

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR
N.º 360, DE 2013
(Do Poder Executivo)
MSC 47/2013
AV 129/2013**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 480, de 28 de outubro de 2011, que autoriza à Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Calçoene, Estado do Amapá.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Mensagem nº 47

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 745, de 24 de agosto de 2010 – Associação Cultural de Arenópolis, no município de Arenópolis – GO;

2 - Portaria nº 759, de 24 de agosto de 2010 – Associação Radiodifusora Verdes Campos, no município de Ernestina – RS;

3 - Portaria nº 1.045, de 8 de novembro de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Banzaê/Bahia, no município de Banzaê – BA;

4 - Portaria nº 1.155, de 24 de novembro de 2010 – Associação Comunitária e Cultural de Radiodifusão, no município de Sete Lagoas – MG;

5 - Portaria nº 1.157, de 24 de novembro de 2010 – Associação Cultural de Comunicação Alternativa de Rubim, no município de Rubim – MG;

6 - Portaria nº 1.229, de 30 de novembro de 2010 – Associação Comunitária e de Comunicação de Tijuaçu e Quebra Facão Senhor do Bonfim, no município de Senhor do Bonfim – BA;

7 - Portaria nº 1.237, de 30 de novembro de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária Esmeraldas, no município de Esmeraldas – MG;

8 - Portaria nº 68, de 16 de março de 2011 – Associação Comunitária de Radiodifusão dos Amigos do KM-20, no município de Francisco Beltrão – PR;

9 - Portaria nº 137, de 24 de maio de 2011 – Associação Comunitária, Cultural e Educativa de Monte Carmelo, no município de Monte Carmelo – MG;

10 - Portaria nº 145, de 24 de maio de 2011 – Associação Rádio Comunitária Pinheira, no município de Palhoça – SC;

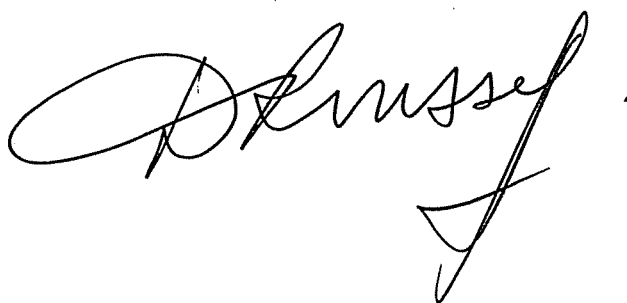
11 - Portaria nº 152, de 24 de maio de 2011 – Rádio Cultura de Santa Helena de Goiás – RCS – Goiás, no município de Santa Helena de Goiás – GO;

12 - Portaria nº 159, de 24 de maio de 2011 – Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão Grande Visão Parque dos Pinheiros, no município de Álvares Machado – SP;

13 - Portaria nº 161, de 24 de maio de 2011 – Associação Comunitária, Cultural, Artística, Desportiva e de Comunicação do Distrito de Guarizinho, no município de Itapeva – SP;

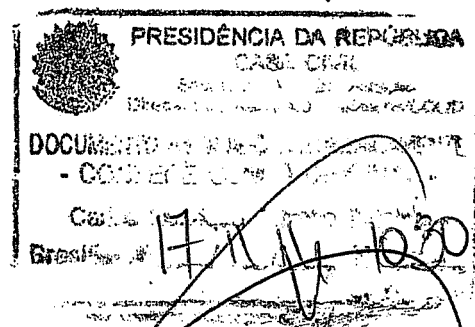
- 14 - Portaria nº 171, de 6 de junho de 2011 – Associação Comunitária dos Amigos do Loteamento Sal Torrado, no município de Paulo Afonso – BA;
- 15 - Portaria nº 177, de 6 de junho de 2011 – Associação de Radiodifusão Comunitária Buriti FM, no município de Buriti dos Lopes – PI;
- 16 - Portaria nº 185, de 6 de junho de 2011 – Associação Comunitária e Cultural de Seara, no município de Seara – SC;
- 17 - Portaria nº 188, de 6 de junho de 2011 – Organização Cidadania e Integração, no município de Jaú – SP;
- 18 - Portaria nº 205, de 6 de junho de 2011 – Associação Comunitária da Região dos Cocais do Piauí – ACOMCAPI, no município de Matias Olímpio – PI;
- 19 - Portaria nº 207, de 6 de junho de 2011 – Associação Cultural da Nova Juventude Castelandense, no município de Castelândia – GO;
- 20 - Portaria nº 311, de 1º de agosto de 2011 – Associação Comunitária Rádio Flor do Campo, no município de Novo Oriente – CE;
- 21 - Portaria nº 393, de 12 de setembro de 2011 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Tramandaí, no município de Tramandaí – RS;
- 22 - Portaria nº 480, de 28 de outubro de 2011 – Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço, no município de Calçoene – AP;
- 23 - Portaria nº 526, de 6 de dezembro de 2011 – Associação Comunitária de Rádio Difusão da Terra dos Gêmeos, no município de Cândido Godói – RS;
- 24 - Portaria nº 527, de 6 de dezembro de 2011 – Associação Cultural Rádio Comunidade FM – Radiocom, no município de Santa Cruz do Sul – RS;
- 25 - Portaria nº 37, de 20 de janeiro de 2012 – Associação Cultural de Desenvolvimento Social Gauramense – ACDESGA, no município de Gaurama – RS;
- 26 - Portaria nº 116, de 2 de março de 2012 – Associação Radiofônica Educativa do Bairro Aviso, no município de Linhares – ES;
- 27 - Portaria nº 169, de 21 de março de 2012 – Associação de Moradores do Setor Central de Porteirão Goiás, no município de Porteirão – GO;
- 28 - Portaria nº 173, de 21 de março de 2012 – Associação Mantenedora Materno Infantil de Serrinha, no município de Serrinha – BA; e
- 29 - Portaria nº 219, de 16 de abril de 2012 – Associação Comunitária Trescoroense de Radiodifusão, no município de Três Coroas – RS.

Brasília, 18 de fevereiro de 2013.



e.e. R. 104

EM nº. 818/2011 - MC

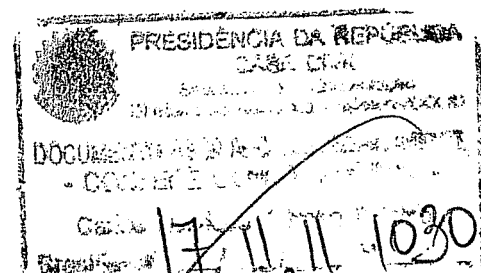


Brasília, 8 de novembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço, no Município de Calçoene, Estado do Amapá, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.017.189-08, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	01 / 11 / 11
Página:	60 Seção: I
ANOTADO POR:	

PORTARIA Nº 480 , DE 28 DE OUTUBRO DE 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.017189-08, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço, com sede na Av. José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço, Município de Calçoene, Estado do Amapá, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 02º 20' 18" N e longitude em 51º 36' 40" W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA

CM 818/MC

RTT

FORMULÁRIO PARA PRI PORTARIA

TVR
360/2013

51522

Processo Administrativo nº 53000.017189/2008-00

Art. 1º -

Nome da Entidade: Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço

Sede: Avenida José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço

Município: Calçoene

Estado: AP

Art. 3º -

Coordenadas: Latitude em 02°20'18"N e Longitude em 51°36'40"W

Frequência: 87,9 MHz

Número de Volumes: 01

01 NOV 2011

(27)

Formalizar

90
01
6

**A S S O C I A Ç Ã O C O M U N I T Á R I A D O S
M O R A D O R E S D E L O U R E N Ç O -**

C A L Ç O E N E / A P

A S C O C A L

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 017/185/2008-00

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

25/04/2008-11:38

**REQUERIMENTO DE DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇOENE / AP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.469.601/0001-12, com sede na Avenida Jose Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço, na cidade de Calçoene, Estado do Amapá, CEP 68.970-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, respeitosamente à presença de V. Ex.^a, nos termos de que trata o item 3 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstrar seu interesse em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 Km, com centro localizado na Avenida Jose Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço, Calçoene - AP, de coordenadas geográficas 02º, 20', 18.24"N de latitude e 051º, 36', 40.13"W de longitude, onde pretende instalar o sistema irradiante de sua estação, e solicitar a designação de canal para a execução do Serviço.

Declaro ter conhecimento de que o presente requerimento se destina somente a registro de dados no Sistema de Informação do Serviço de Radiodifusão Comunitária - Sistema RadCom para conhecimento, pelo Ministério das Comunicações, do interesse desta entidade em executar o Serviço na localidade informada, não gerando qualquer direito referente à autorização para essa execução.

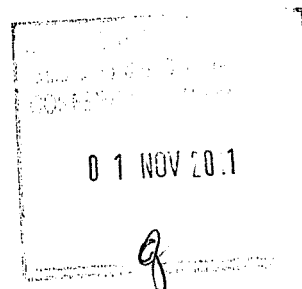
Lourenço, 09 de abril de 2008.

Renato Alves dos Santos Piaba

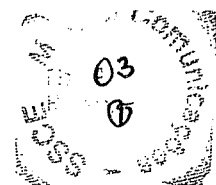
Renato Alves dos Santos Piaba

Diretor Geral

CPF: 006.890.822-90



01 NOV 2011

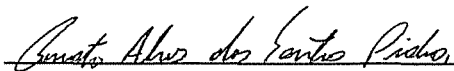


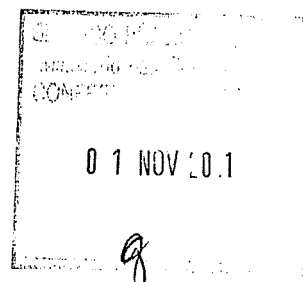
DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

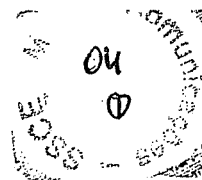
Renato Alves dos Santos Piaba, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO – CALÇOENE / AP**, declaro para os devidos fins que:

- o endereço completo da sede da entidade é na Avenida José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço, Calçoene - AP;
- todos os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou, se a localidade for menor ou igual a 3,5 Km, na área urbana da localidade;
- a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;
- o nome fantasia da Entidade ou da emissora, se este for utilizado, será ASCOCAL.
- o local pretendido para a instalação do sistema irradiante possibilita o atendimento do disposto no subitem 18.2.7.1 ou 18.2.7.1.1 da Norma Complementar nº 1/2004.
- as coordenadas geográficas, na padronização GPS-SAD69 ou WGS 84, são: 02° N, 20', 18.24" de latitude e 051°W, 36' 40.13" de longitude e o endereço proposto para instalação do sistema irradiante é: Avenida José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço, Calçoene - AP;
- a entidade apresentará Projeto Técnico de acordo com as disposições da Norma Complementar nº 1/2004 e com os dados indicados em seu requerimento, caso seja selecionada;
- a Entidade requerente não possui qualquer vínculo de subordinação ou que a sujeite à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, em respeito ao disposto no art. 11 da lei 9612/98.

Lourenço, 09 de abril de 2008.

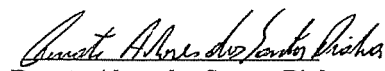

Renato Alves dos Santos Piaba
Diretor Geral
CPF: 006.890.822-90

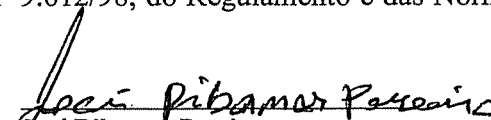




DECLARAÇÃO ASSINADA PELOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Nós, abaixo-assinados, na qualidade de dirigentes da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO – CALÇOENE / AP declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.


Renato Alves dos Santos Piaba
Diretor Geral
CPF: 006.890.822-90


José Ribamar Pereira
Diretor Administrativo
CPF: 299.206.222-00


Márcia Maria Gomes de Oliveira
Diretor de Operações
CPF: 774.616.572-91

Endereço para correspondência: AV. José Bonifácio nº 1289, na cidade
de Calçoene, Estado AP., CEP
68.970.000 - 00;
Telefone para contato: 0XX-96 - 34261232-1233;
Correio eletrônico (e-mail): Vero

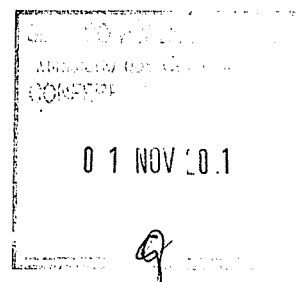
ATENÇÃO: Não se esqueça que também deverão ser encaminhados os seguintes documentos de cada dirigente:

Comprovação de que todos os seus dirigentes são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e de que são maiores de 18 anos ou emancipados, mediante apresentação de cópia de qualquer um dos seguintes documentos:

- Certidão de Nascimento ou Casamento; Certificado de Reservista; Título de Eleitor; Carteira Profissional; Cédula de Identidade; Certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil; Escritura Pública de Emancipação.

Não serão aceitos, a título de comprovação de maioridade e de nacionalidade os seguintes documentos:

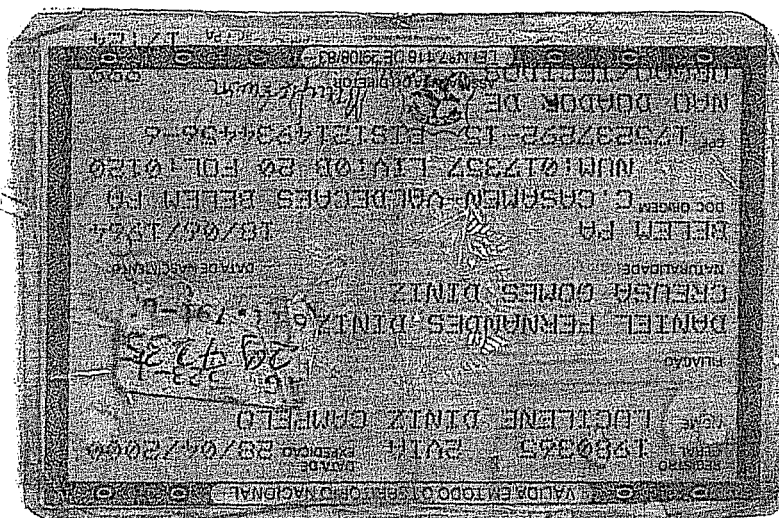
- Cópia do cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e,
- Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).



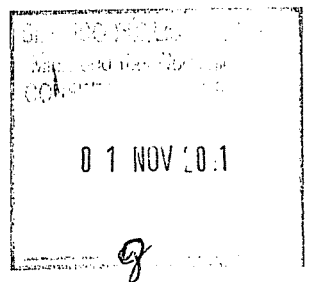
05 00

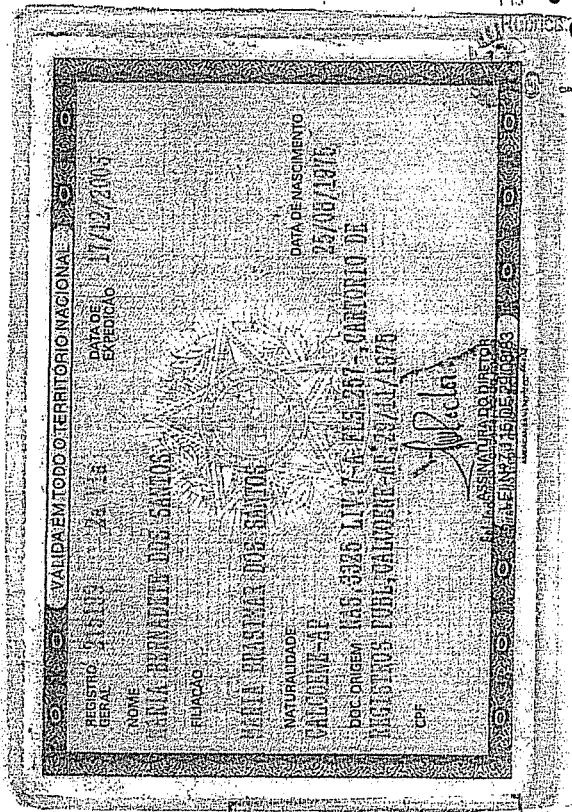
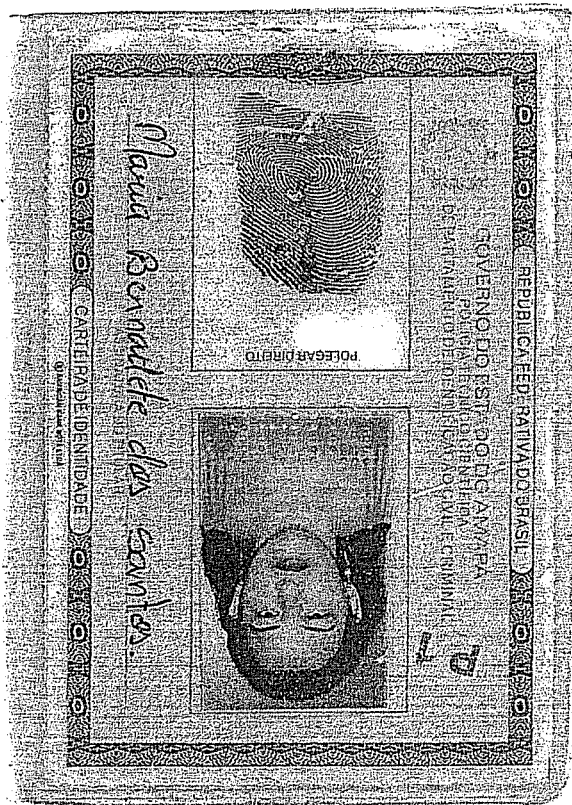
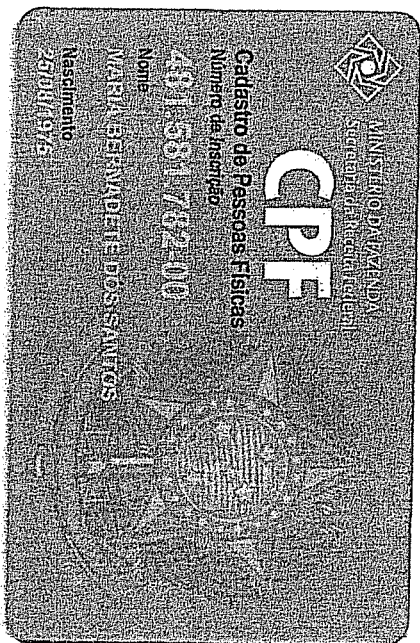
01 NOV 2011

9

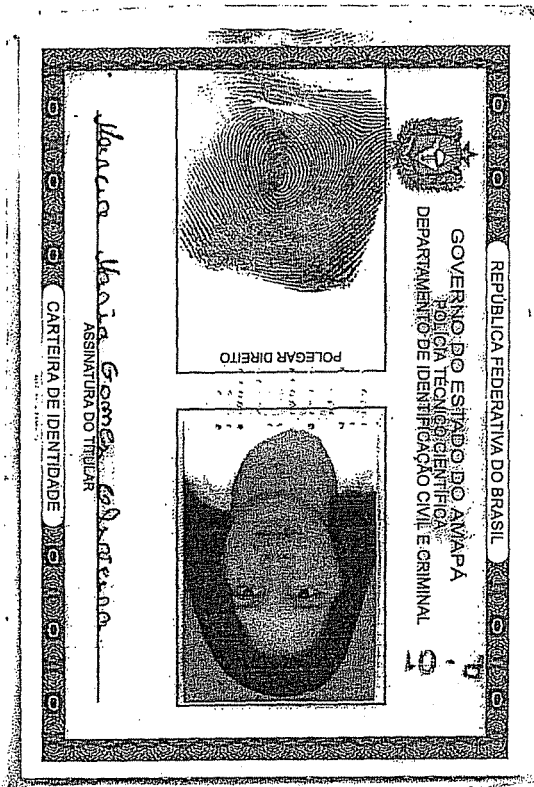
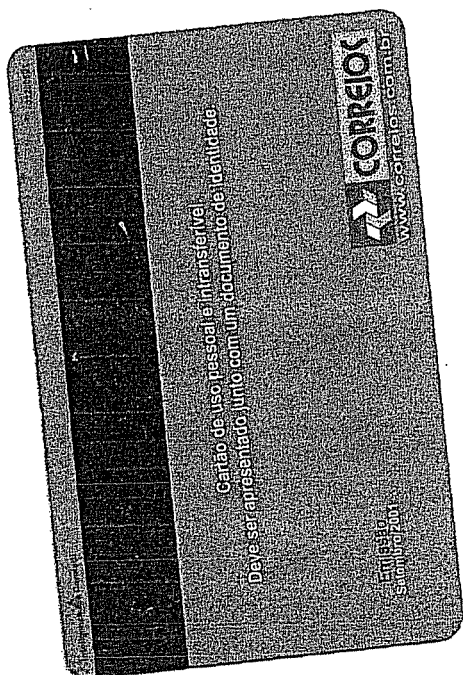
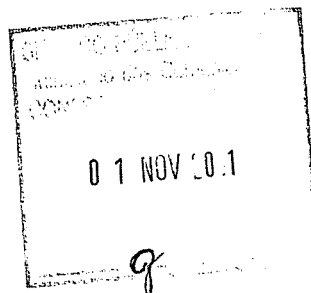
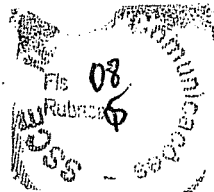


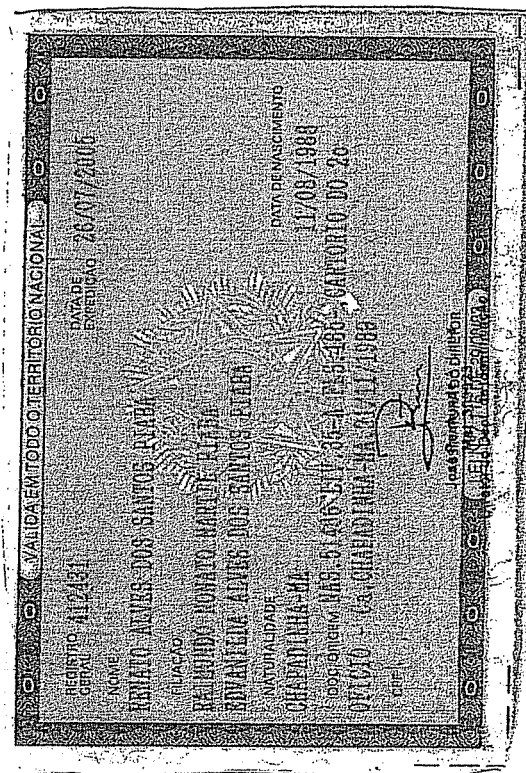
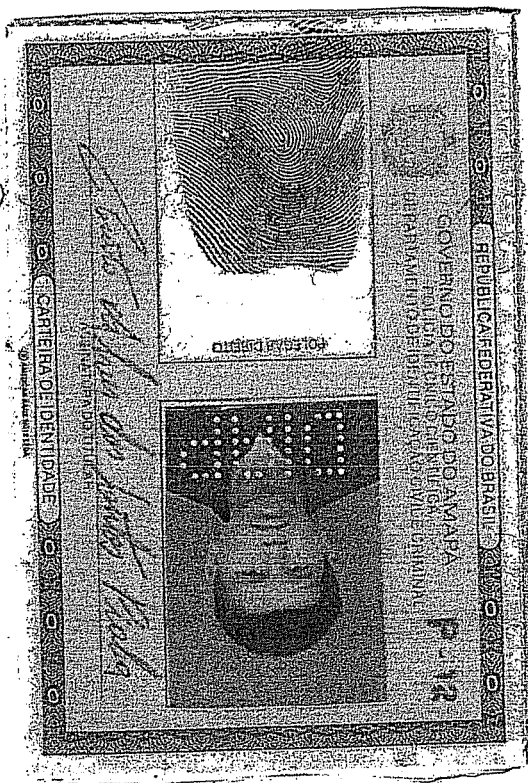
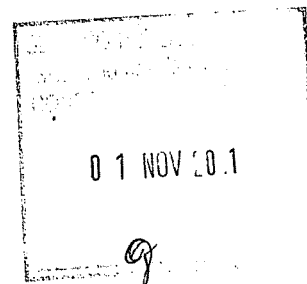
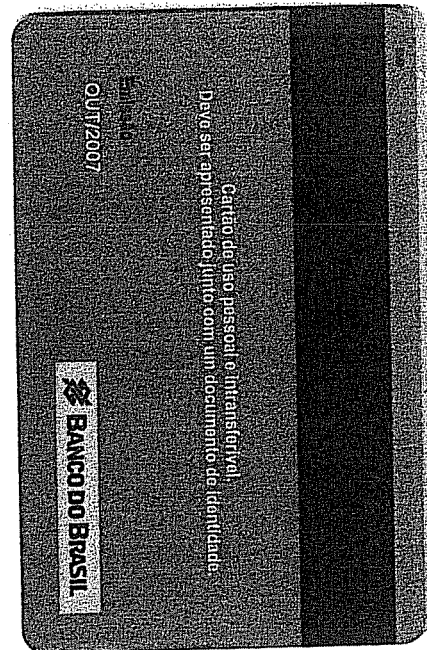
Comunicações
90
06

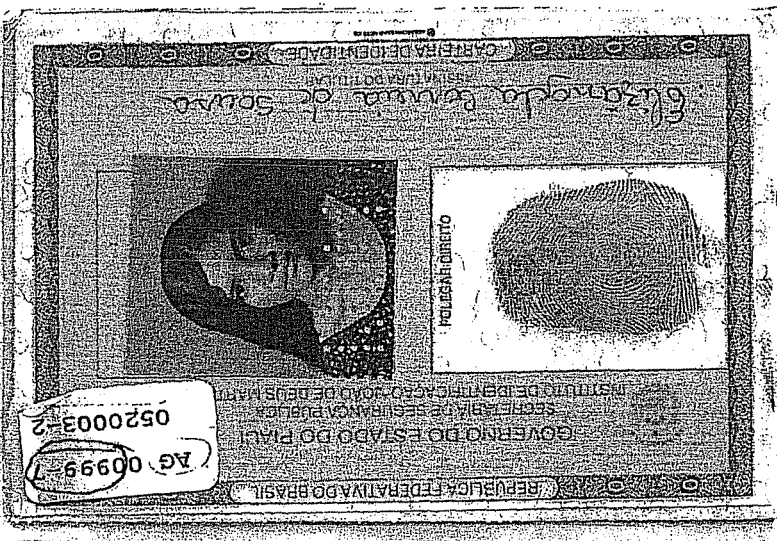




01 NOV 2011







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

POLEGAR DIREITO

VALIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

DATA DE EXPEDIÇÃO 07/08/2001

REGISTRO GERAL 160213

NOME **MARCIA MARIA GOMES OLIVEIRA**

FILIAÇÃO **ABELARDO COSTA OLIVEIRA**

TELMIA GOMES OLIVEIRA

NATURALIDADE **BELEM - PA**

DOC ORIGEM **NASC. 60185 LIV. A-61 FLS 31 BELEM-PA. 20-12-84**

CPF

DATA DE NASCIMENTO **30/07/1977**

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

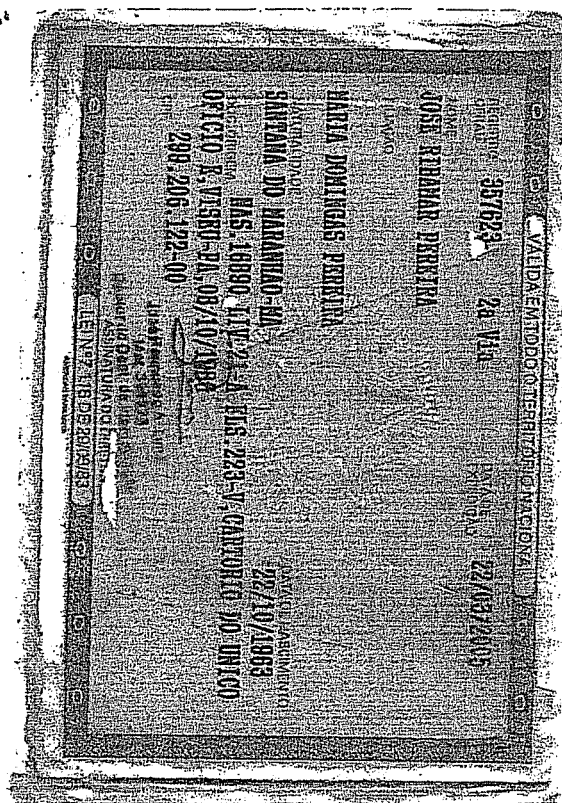
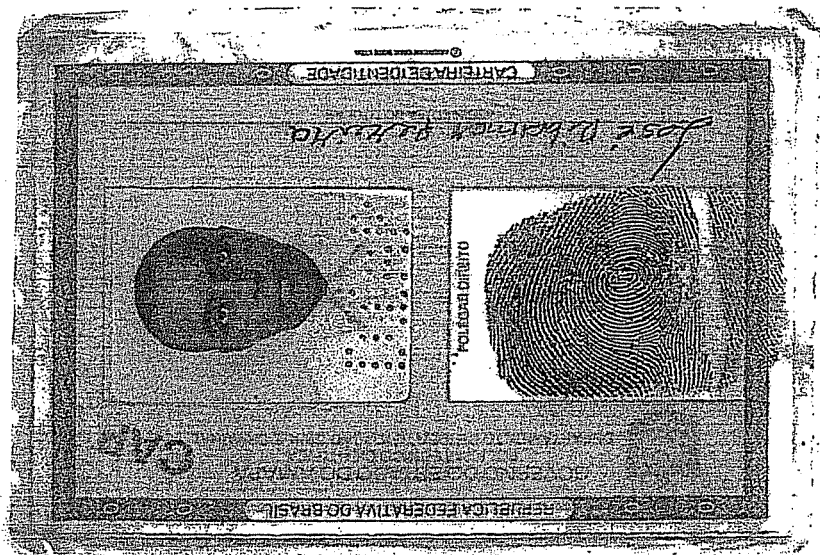
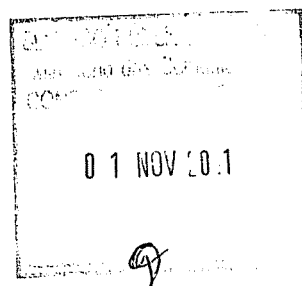
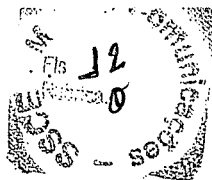
SEL. LUCIANO AMORIM MORO
Diretor do Departamento de Identificação
Assinatura 103 103 103

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

01 NOV 2001



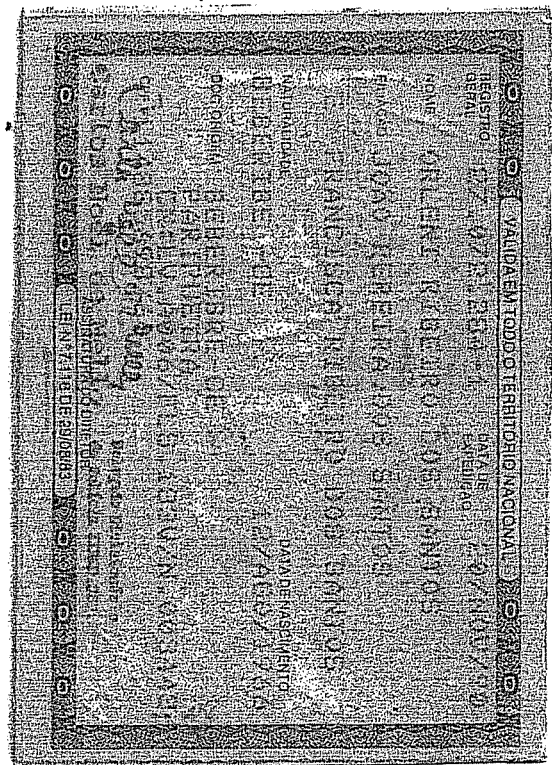
Arquivo - 11



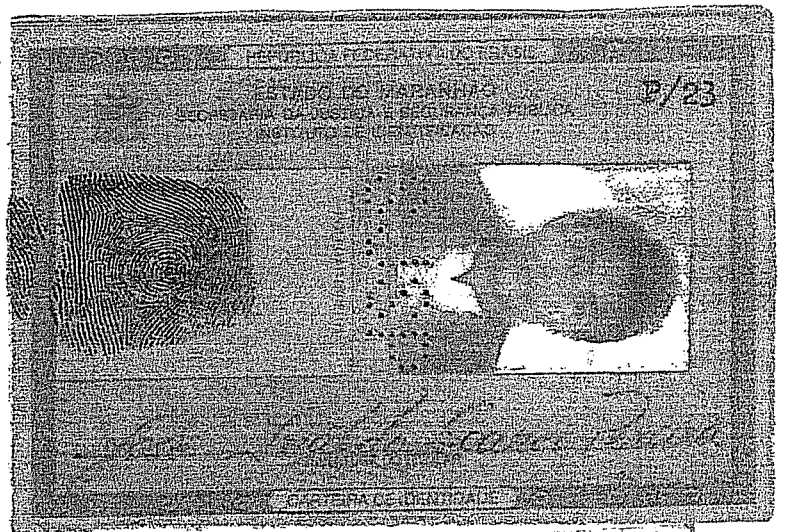
Fls 13
Rúbrica



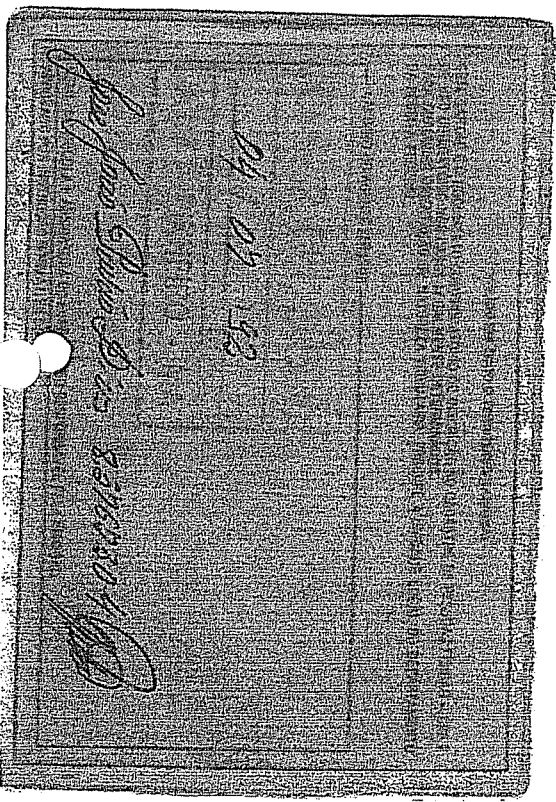
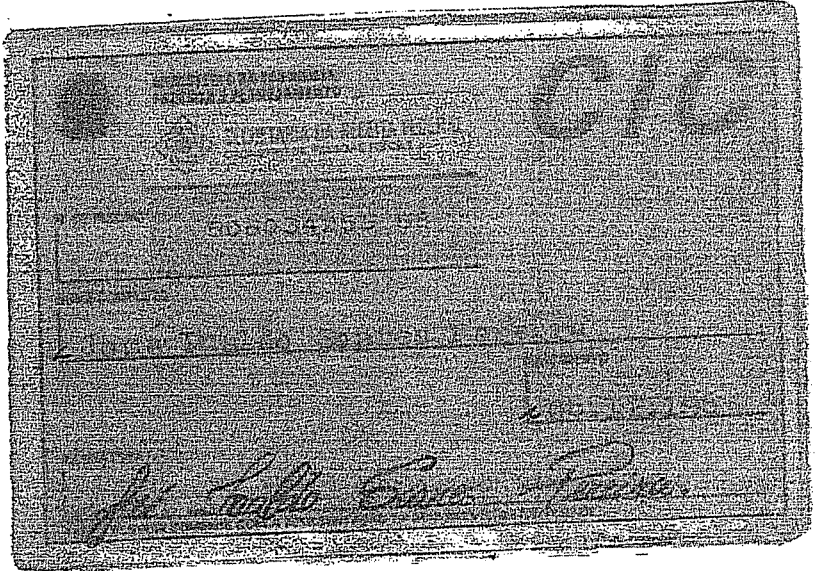
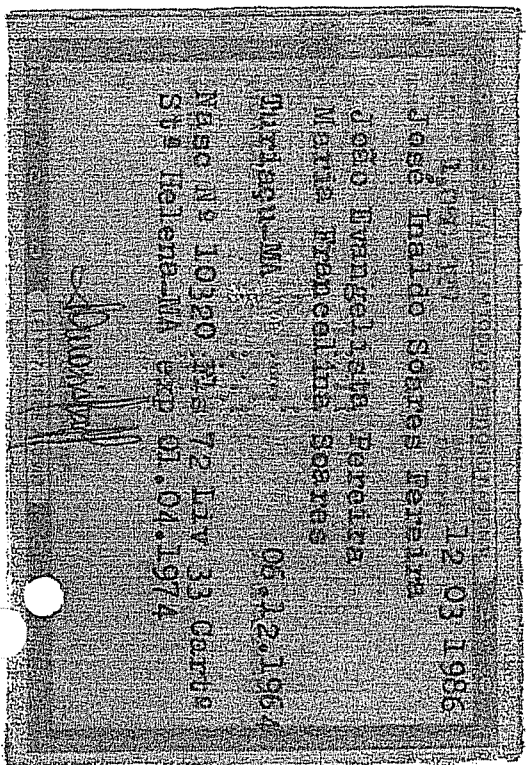
01 NOV 2011



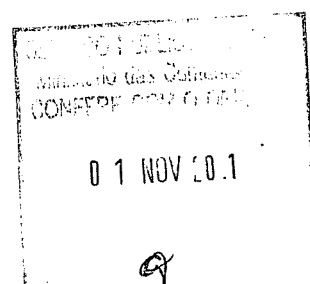
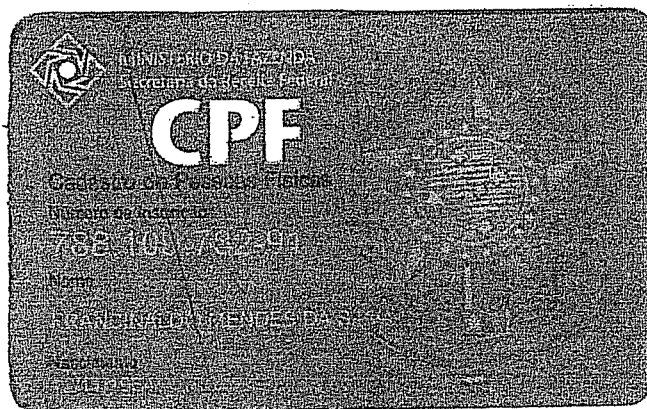
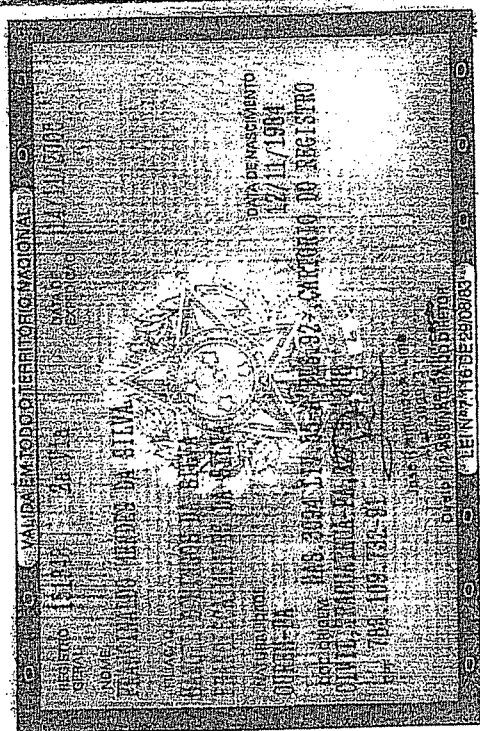
14
0
1986

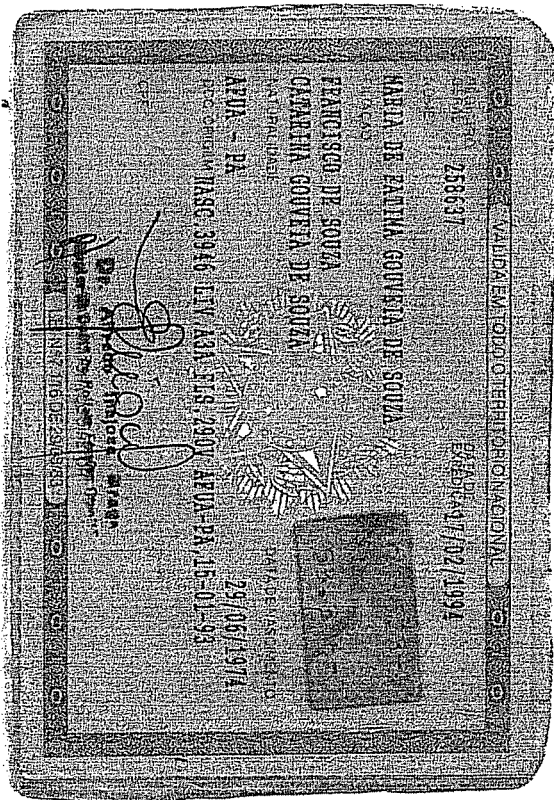
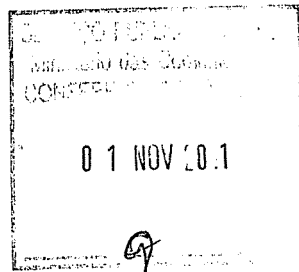


01 NOV 2011
9



Fls 15
Rubrica
CS - 50328





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 080867 2a Via DATA DE EXPEDIÇÃO 08/05/2002

NOME
ADENILDO TAVARES DA SILVA

TIPO DE REGISTRO
ANTONIO DA SILVA
MARIA TAVARES GOMES

NATURALIDADE
CALCOENE-AP DATA DE NASCIMENTO
15/06/1978

ORIGEM NAS. 3691 LIV. A-8 FLS. 143V CARTÓRIO DE
REGISTROS PUBL. CALCOENE-AP, 15/06/1978

Dir. Eugênio Amorim Nova
Diretor do Departamento de Identificação Civil e Criminal

LENN 7 116 DE 29-04-93

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

Adenildo Tavares da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

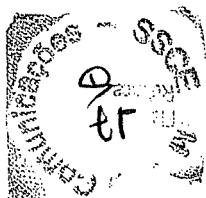
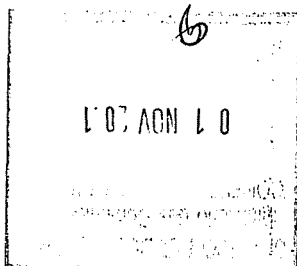
CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

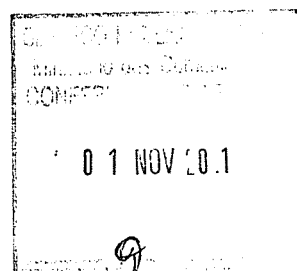
Número de Inscrição
872.024.842-34

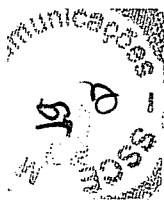
Nome
ADENILDO TAVARES DA SILVA

Nascimento
15/06/1978



Assinatura





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 160213 DATA DE EXPEDIÇÃO 07/08/2001

NOME
MARCIA MARIA GOMES OLIVEIRA

FILIAÇÃO
ABELARDO COSTA OLIVEIRA
TELMA GOMES OLIVEIRA

NATURALIDADE
BELEM - PA

DATA DE NASCIMENTO
30/07/1977

DOC ORIGEM NASC.60185 LIV.A-61 FLS.31 BELEM-PA. 20-12-84

CPF

Assinatura

BEL. LUIZINO AMORIM MORO
Diretor do Departamento de Identificação

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Identificação

774.616.572-91

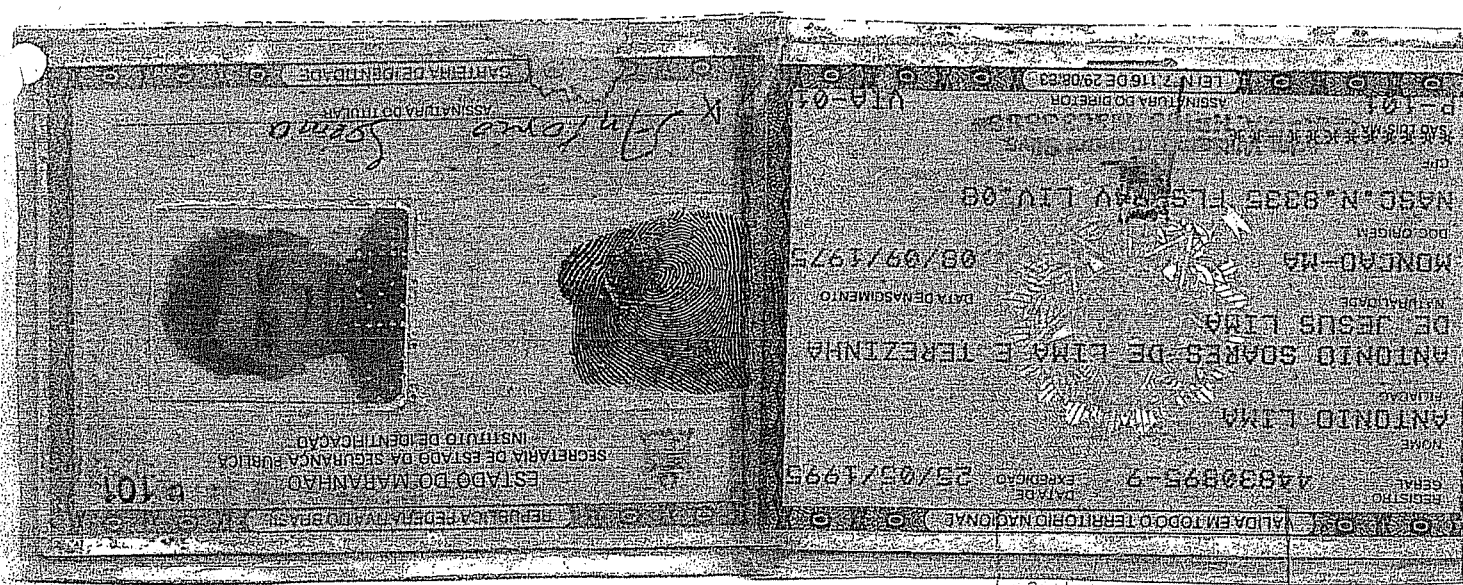
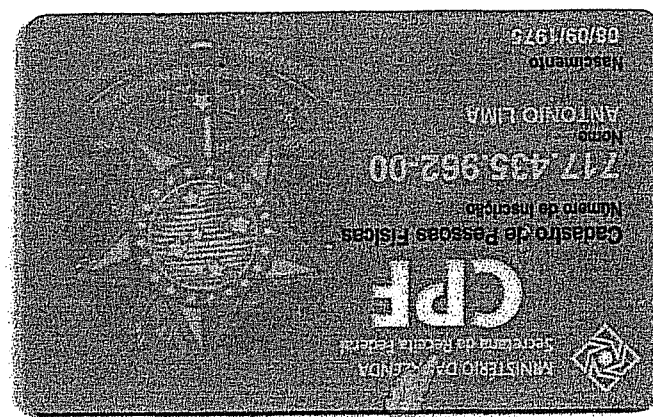
NOME
MARCIA MARIA GOMES OLIVEIRA

DATA DE NASCIMENTO
30/07/1977

01 NOV 2011

8

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA DELEGADA
19
67



01 NOV 2011

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

POLEGAR DIREITO

Marcia Maria Gomes Oliveira
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

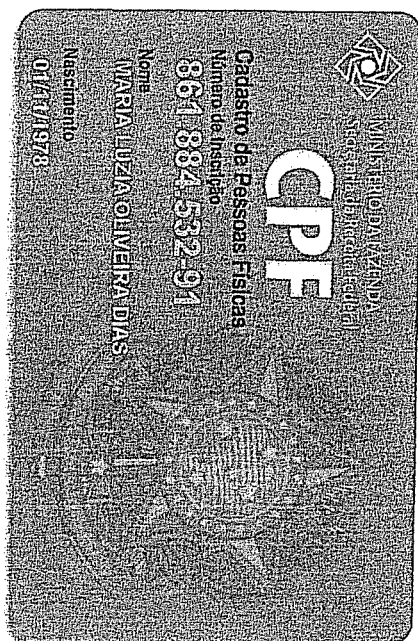
01 NOV 2011

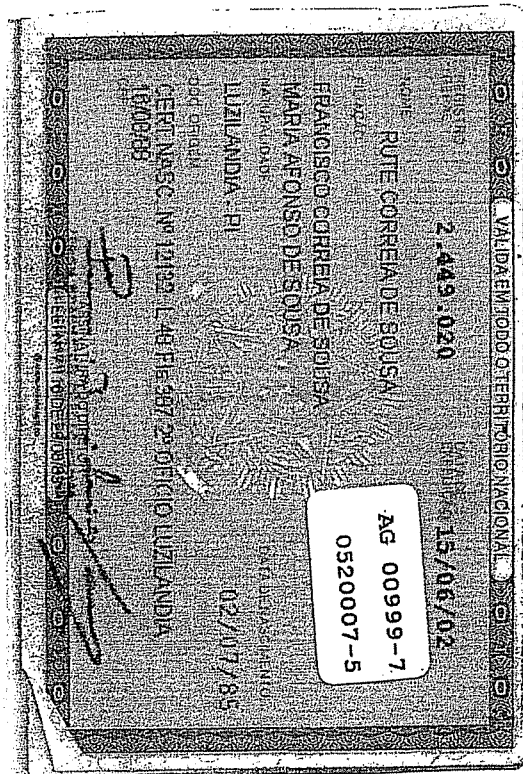
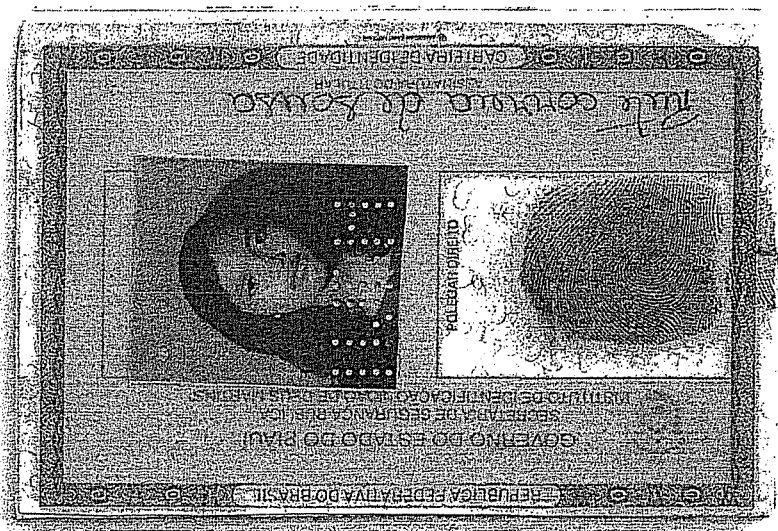
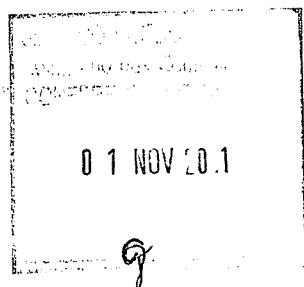
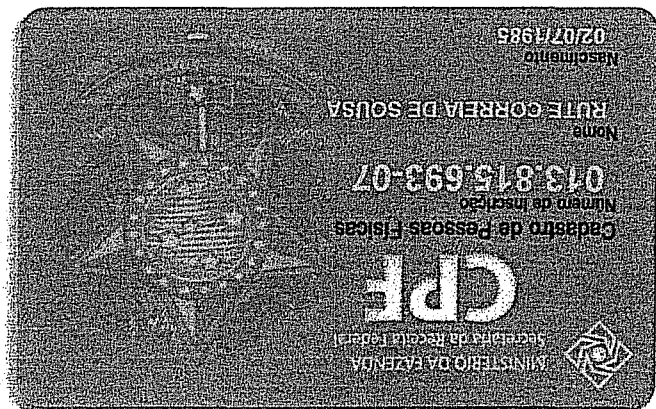
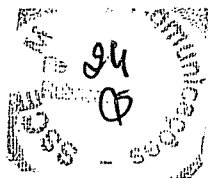
Cartão de uso pessoal e intransferível.
Devo ser apresentado junto com um documento de identidade.

BRINSA
Setembro/2001

CORREIOS
www.correios.com.br







MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstramos o nosso total apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO – CALÇOENE / AP**, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmamos ainda que os endereços, abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação do Serviço.

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO / CEP	ASSINATURA
01	Antonio Gues Soares	391963/AP	Av. José Lourenço 3/4	Antonio Gues Soares
02	Amélia Alves dos Santos Rocha	412431	Av. J. A. José Lourenço, 1299	Amélia
03	Guilherme Lima de Sousa	017500/PA	Av. José Lourenço	Guilherme
04	Luísa dos Santos Martil	419383/AP	Av. José Lourenço nº 1083	Luísa
05	Queclia Oliveira Nogueira		Rua Calçoene SIN	
06	Josely Oliveira Costa		Rua Calçoene SIN	
07	Edilson dos SILVA		Av. José Lourenço	
08	Maria Dalva de Oliveira Costa		11 - 11	
09	Glória Maria da		R. G. Rua do Fórum	
10	MARIA DELCINE S. B. Ag.		R. G. Rua do Hospital	
11	Estor T. BARBOSA		R. G. Rua do Col. G. de Bani	
12	Márcia de Sousa Reis		Rua do Hospital	
13	Maria do Rosário Oliveira		Rua Yoshidomay	
14	José a guisa de Miranda		Rua da igreja	
15	Adriana da		Rua Yoshidomay	
16	Vina da P. Miranda		Av. principal	
17	Antônio Moreira Ramos		Av. José Lourenço nº 1241	
18	Cecília Almeida Ramos		11 - 11	
19	Raimundo Amorim filho		Assentamento (zona rural)	
20	Cláudio Cordeiro Monteiro		Rua da aut. Caixa d'água	
21	Thiago Monteiro de Lima		11 - 11	
22	Bruno Monteiro Rocha		11 - 11	

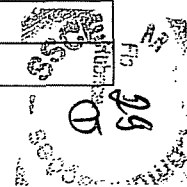
23	Aldo José C. Ribeiro	Rua Yokshidany
24	Patrícia Almeida Costa	Av. principal nº 1240
25	Jonilson de Jesus dos Reis	Av. Principal nº 1240
26	Januário Doniz Campelo	Av. José Laurence nº 1286
27	Paulo Cayck do E. S. F. Ribeiro	Rua da aut. caixa d'água 2º
28	Ana Cristina Cordeiro	— x —
29	Yago Messias da Silva	Av. José Laurence SLV
30	Tommaso Silva Bastião	Rua do Fórum
31	Rosiane da Conceição de Sousa	Rua da aut. cx. d'água
32	Raimundo N. G. de Souza	Av. principal
33	Nataniel A. Rocha	Rua da aut. cx. d'água
34	João Ribeiro Pereira	Av. José Laurence
35	David Nogueira de Aquino	Av. principal
36	Edvaldo Lima de Souza	Assentamento (zona rural)
37	João Vinícius Campelo	Av. José Laurence nº 1268
38	João Luís Miranda Campelo	— x —
39	ARMANDO MARTIN	Av. José Laurence nº 12.
40	Francisco Moraes Ribeiro	Rua do Hotel da igreja
41	Ana Lúcia de Moraes Ribeiro	— x —
42	Valdeir Aguiar Ribeiro	— x —
43	Jefferson Diego Costa Paes	Av. principal SLV
44	Francisco Correia de Sousa	Av. José Laurence nº 1288
45	Fúlbio Correia de Sousa	— x —
46	Marciana Lima Silva	Av. José Laurence nº 1237
47	Lenilde Carvalho Viana	Av. José — — nº 1235
48	Jonilson Almeida da Silva	Assentamento (zona rural)
49	Samuel de V. do S. de Souza	— — —
50	Wenderson Souza da Costa	— x —
51	SAMUEL LIMA SILVA	— — —
52	João Raimundo Reis	Rua do Colégio Campo de Davi

53	Rosemary da Silva e Silva		Rua da benevolência SIN	
54	José Roberto da Costa		Rua calcene SIN	
55	Daniela Fátima		Rio do meio (zona rural)	
56	Glória de Nazaré		Alague (zona rural)	
57	Polônio de Jesus Reis		Baixas do bairro	
58	EGLESON INYUATIE Cidreira		cachoeirinha	
59	Paulinho F. Ferraz		cachoeirinha	Alague
60	Paula da Silva		Baixas do bairro	
61	Clóves Pereira Coelho		montanha salamagorre	
62	BRASILINO LIND DESOUSA		Baixas do cerca boca	
63	Glazara Lima Silva		Av. José Lourenço	Alague
64	Princípios 12100		Baixas do cerca Boca	
65	Glizângela C. de Sousa		Av. José Lourenço n. 1238	Alague
66	Altomira da Natividade		Baixas Planta Fina	
67	ANTÔNIO JANEIRO D. Botelho		Carimpo esgal	
68	Valdeci dos Reis		Av. José Lourenço	
69	GILSON Freitas		Assentamento do Tigre	
70	processar Freitas		Assentamento do Tigre	
71	Marcos Laércio Cruz da Silva		Baixas do cerca Boca	
72	Dayana da Gama		Rua do Quartel	Dayana G.
73	Sara da Silva Campos		Rua do Quartel	
74	Antônio da Conceição Oliveira		Assentamento Tigre	
75	Alencar da Conceição Barreto		Assentamento Sibua	
76	Paula de Jesus		Assentamento Sibua	
77	Alfredo de Sousa		Av. Principal SIN	
78	NOTA DA SILVA		Assentamento do tu	
79	Rose P. Santos		Assentamento do tu	
80	Luciano Figueira do Castelo		Av. Principal SIN	Luciano
81	Amg. Amg.		montanha salamagorre	
82	Marcia Maria Gomes Oliveira		Av. José Lourenço	Alague

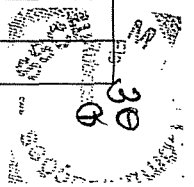
01 NOV 2011

01 NOV 2011

113	Marciano de Sousa Fontes		Rua do Hospital	
114	Carlos Antônio da Costa Silva		Rua do Hospital	
115	Eduardo F. de Sousa		Rua do Hospital	
116	Tamara Silva Santos		Assentamento do Tigre	
117	Hellen Caldas de Andrade		Baixas Rio do Meio	
118	Mônica de Souza Fontes		Baixas Rio do Meio	
119	Rosário Victor de concição		Baixas do Lerra - Boa	
120	Matheus de Paula Teixeira		Baixas do cachoeirinha	
121	Andelza Soares Cunha		Baixas do Lagoa	
122	Francisco Anillo Perini		Baixas do Lagoa	
123	Isidoro Cristiana Nascimento		Baixas do Circa - Boca	
124	Geórgia Dantas Batista	20010101-79940	Av: José Laurence 555	Boia
125	Worid de Souza Moraes		Baixas do português	
126	Emanuel Costa de Resende		Baixas do português	
127	Polita Gomes Pereira		Rua do calceene	
128	Elispe Gonçalves Pereira		Rua do calceene	
129	Wenderson Carlos Colares		Rua do calceene	
130	Sabrina dos Reis dos Santos		Rua alta do Hospital	
131	Carla Maria Trindade de Azevedo		Baixas do Rio do meio	
132	Rafael Meireles dos Santos Rocha		Baixas do Rio do meio	
133	Matheus da Paz		Rua do calceene	
134	Aline Azevedo da Silva		Rua do calceene	
135	Aline Gonçalves Sales		Baixas do Eligue	
136	Thalita Oliveira Gomes		Baixas do Eligue	
137	Mayara Voléria Ribeiro		Rua do Forno	
138	Larissa de Araújo Costa	01 NOV 2011	Rua do Forno	
139	Maria de Fátima F. Lima		Rua do Forno	
140	Carlos da Silva Lima		Rua do colégio Santa de São	
141	Henry da Cruz Vasconcelos		Rua do colégio Santa de São	
142	Maria Rosângela B. de Santos		Rua do Forno	



143	Maria Isen Costa		laurencia 13/04/2008	laurencia
144	Marimilson Costa Monteiro		laurencia 13/04/2008	
145	Olivia S. Cardoso		laurencia 13/04/2008	laurencia
146	Alm. G. Silva			
147	Isamar Furtado Furtado	1242809-4	laurencia 14/04/2008	
148	maellet samara da silva			
149	Gilberto Medeiros Sousa			
150	Ediana Silva	028697	Trav. Mãe Dúzia 277	Ediana Silva
151	Eleonora Sampaio da Silva	344005	" " " "	Eleonora
152	Rosalina Das Santos Paes		" " " 287	Rosalina
153	maellet samara da silva		" " " 287	maellet samara da silva
154	João Batista de Azevedo			
155	Admilson Alves Gomes Junior	163712	AV. José Laurencio N° 1039	
156	Caetano dos Santos Farias		AV. Mãe Dúzia N° 27	Caetano
157	JACKSON S. LUIZ	029684	AV. José Laurencio 1228	
158	JOÃO BATISTA DE AZEVEDO	137721	AV. José Laurencio	
159	Antonio Márcio Silva	1625724	AV. CALÇOENE 495-A	Antonio
160	Willelles Moreira Cruz.	N° 1059	AV. José Laurencio.	
161	Eunilda Franca	N° 1059	AV. José Laurencio.	
162	Wilson M. da Cruz.	N° 1059	AV. José Laurencio	Wilson M. da Cruz.
163	Edvan Oliveira Nobre	N° 1059	AV. José Laurencio	
164	Dinalva Moreira da Cruz	N° 1059	AV. José Laurencio	
165	Cláudio Cardoso Furtado	N° 1059	AV. José Laurencio.	
166	Tr. ME José P. Teixeira		AV. José Laurencio	
167	Leandro Silva Costa		AV. José Laurencio	
168	Leuzinete G	N° 1068	AV. José Laurencio	
169	Esquivaldo Silva Sousa		AV. José Laurencio 963	
170	Seleção Roberto da Silva		AV. José Laurencio 1029 A	
171	Isotiane da Silva Nunes		Rua do Hospital	
172	Mauricio Rodrigues Silva		Rua do Quartel	



173	JOSE ALVES DE LIMA	—	Rua do Quartel
174	JOE BARROO	—	Av. Principal
175	FRANCA	—	Av. Principal
176	FRANCK DE S.S	—	Rua do Fium
177	JOE DE A. PETERGEL	—	Rua calceene
178	JOE MATE DA SILVA	—	Baixas do Rixeiro do meio
179	CARLOS CRISTOPHES DA SILVA	—	Baixas
180	SORJA DE LIMA SOUZA	—	Baixas
181	SHIYA MOREIRA DA CRUZ	—	Baixas do Portugues
182	MARCELO CARLOS DE SOUSA	—	Baixas do Portugues
183	JOE VALMIR DO CARVALHO	—	Montanha Salomagense
184	ALDIMER ALVES DOS SANTOS	—	Baixas do R.G
185	ANTONIO JOSE DE SOUZA	—	Baixas do R.G.
186	JOEALDO DE PINHO MATEOS	—	Av. Principal
187	ADRIANO DA SILVA	—	Rua calceene
188	JOEQUE MACHADO DOS SANTOS	—	Rua calceene
189	ROGERIO PAULO DA SILVA	—	Rua do Hospital
190	FERNANDO ANTONIO DA SILVA	—	Baixas do Oligue
191	CHRLITO SOUZA	—	Baixas do Cereja Boca
192	JOE J. MATEOS	—	Baixas do Te
193	JOE J. MATEOS	—	Rua da Ant. CX. d'agua
194	JOEBO MATEOS / Andrade	—	Rua do calceue H. da Cari
195	JOE DE DIAS DURANTES	—	Baixas do Oligue
196	JOE DIAS DA SILVA DUARTE	—	Montanha da planta sul
197	JOE MATEOS CARNEIRO DIAS	—	Montanha da planta sul
198	JOE MATEOS CARNEIRO FERREIRA	—	Rua do Hospital
199	JOE MATEOS CARNEIRO A. JOMASCO	—	Rua do Quartel
200	JOE MATEOS	—	Baixas do Portugues
201	SALVADOR SUEIRA ALVES	—	Baixas
202	MARIA LINDA DA SILVA	1000 718 CE	Baixas
	JOE MATEOS JOULSON S. JOULSON	—	Rua do Hospital

203 Aldemara V. Oliveira

Baixas do Cereja-boca

de

204 EDNA SHIRLEY DA SILVA TEIXEIRA 400801/AP AV. JOSE LOURENÇO 1208

[Handwritten signature]

01 NOV 2011

32
COMMUNICADO
F.D. 32
F.D. 32

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral


Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.469.601/0001-12	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 20/03/2008
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO LOURENCO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) A. CAL			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 96.09-2-99 - Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO			
LOGRADOURO AV JOSE LOURENCO		NÚMERO 1288	COMPLEMENTO
CEP 68.970-000	BAIRRO/DISTRITO LOURENCO	MUNICÍPIO CALCOENE	UF AP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/03/2008	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

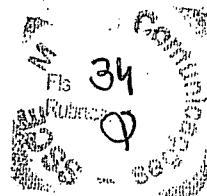
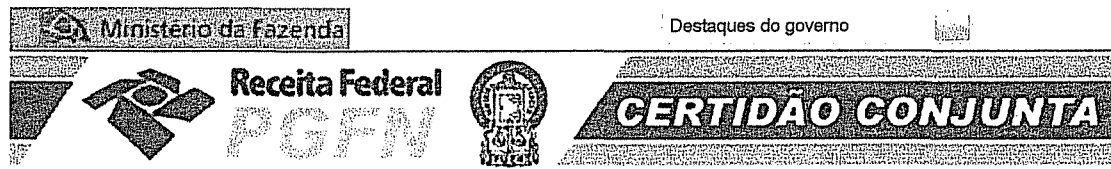
Atualizado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.

Emissão no dia **08/04/2008** às **16:57:27** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#) Preparar página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

01 NOV 2011



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO LOURENCO
CNPJ: 09.469.601/0001-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 17:03:44 do dia 08/04/2008 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/10/2008.

Código de controle da certidão: **3F72.4763.3CDD.D334**

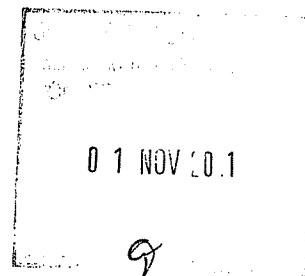
Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta

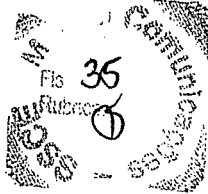
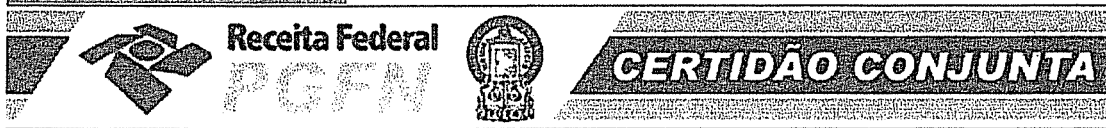


Preparar página
para impressão





Destaques do governo



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO LOURENCO
CNPJ: 09.469.601/0001-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 17:03:44 do dia 08/04/2008 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/10/2008.

Código de controle da certidão: **3F72.4763.3CDD.D334**

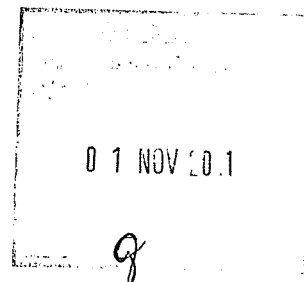
Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta

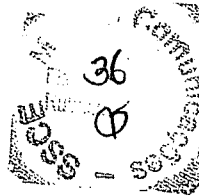
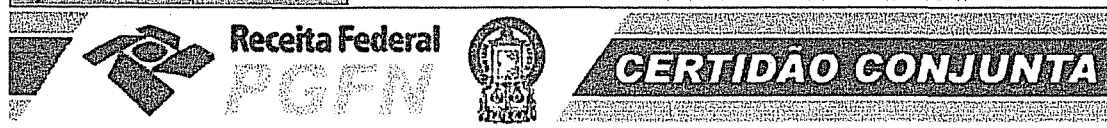


Preparar página
para impressão



Ministério da Fazenda

Destques do governo



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO LOURENCO
CNPJ: 09.469.601/0001-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 17:03:44 do dia 08/04/2008 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/10/2008.

Código de controle da certidão: **3F72.4763.3CDD.D334**

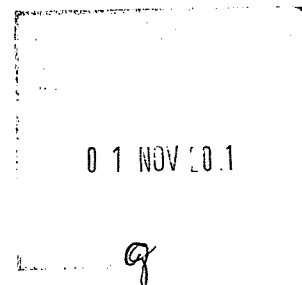
Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta



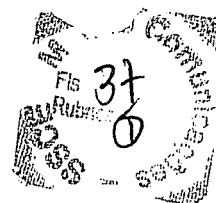
Preparar página
para impressão



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ



CÓDIGO DE ACESSO
29.52.15.40.60 - 00.000.689.082.290

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)
ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO LOURENCO

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

101 Inscrição de primeiro estabelecimento - 20/03/2008
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ

☒ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável

☐ Preposto

NOME
RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA

CPF
006.890.822-90

LOCAL E DATA

ASSINATURA (com firma reconhecida)

Renato Alves dos Santos Piaba

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

1º OFÍCIO DE NOTAS E DE REGISTROS

Rua Tiradentes, 604 - Macapá - AP - Fone: (96) 3223-604 - Fax: (96) 3223-4514 - Cep: 68906-380

Reconheço a firma autêntica de RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA, cuja assinatura foi aposta em minha presença, dou fé.
Macapá-AP, 08 de abril de 2008. [2005978814083100161455]

EMOLUMENTOS: R\$ 5,36

Bel. José Roberto Sena de Almeida - Tabelião

Bel. Teste

da verdade.

Aprova-se pela Instrução Normativa SRF nº 632, de 17 de março de 2006

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA UNIDADE
CADASTRADORA

01 NOV 2011

g



Poder Judiciário

Justiça do Estado do Amapá

Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Calçoene,

Estado do Amapá, República Federativa do Brasil, estabelecido à Av. João Anastácio dos Santos, s/nº, Centro – CEP 68.960-000 –E-mail: cartoriocalcoene@yahoo.com.br


Oficiala: Maisa Lopes Costa

Oficial Substituto: Marlos Leite Marinho

CERTIDÃO DE REGISTRO

MAISA LOPES COSTA,

Oficiala do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, da Comarca de Calçoene, Estado do Amapá, República Federativa do Brasil, na forma da lei, etc...

C E R T I F I C A, a requerimento da parte interessada, tendo apresentado **Ata de Assembléia Geral de Fundação**, realizada em 20 de março de 2008, foi protocolado sob o nº 120, livro 01 de Protocolo, em 04 de abril de 2008, e registrado no Livro 02, de Registro de Pessoas Jurídicas, sob o nº de ordem 040, em 04 de abril de 2008, o registro dos atos constitutivos da sociedade civil, sem fins lucrativos, denominada **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOURENÇO- ASCOCAL**. **C E R T I F I C A M A I S**, que o Registro foi efetuado a requerimento do Presidente Sr. **RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA**. Dado e passado nesta cidade de Calçoene, Estado do Amapá, aos 04 dias do mês de abril do ano de 2008. Eu, , (Maisa Lopes Costa), Oficiala do Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Certifico, dou fé e assino.


Oficiala Maisa Lopes Costa
CPF 816 384 12-15
OFICIAL E TABELIA
TITULAR

01 NOV 2011

Ilustríssima Senhora MAISA LOPES COSTA
MD. Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Calçoene-AP

Fls. 39
Rubrica
39
5

Deferido em 04.04.2008

Maísa Lopes Costa
CPF 316 364 113-15
OFICIAL E TABELIA
TITULAR

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA, Diretor Geral da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO LOURENÇO – ASCOCAL, abaixo assinado, vem ante a Vossa Senhoria, requerer que se digne em registrar os atos constitutivos da entidade acima mencionada, tudo em conformidade com a Assembléia Geral de constituição, realizada em 20 de março de 2008 e demais requisitos para o registro em anexo.

Nestes termos, pede deferimento.

Laurenço- Calçoene-AP, 20 de março de 2008.

1º Ofício de Notas
Calçoene-AP

Renato Alves dos Santos Piaba

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA

RG. nº 160.213-SSP-AP

CPF nº 006.890.822-90



1º Ofício de Notas da Comarca de Calçoene
AMAPÁ - BRASIL

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) de:

Renato Alves dos Santos Piaba

O referido é verdade, dou fé.

Calçoene-AP, 20/03/2008

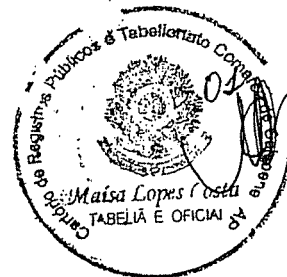
Maísa Lopes Costa
CPF 316 364 113-15
OFICIAL E TABELIA
TITULAR

01 NOV 2011

9

**RELAÇÃO DOS SÓCIOS FUNDADORES DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS
MORADORES DO LOURENÇO - ASCOCAL**

Fls 49
Rubrica
09/03/08



- 1- IVONE BARROSO MIRANDA
- 2- ANTONIO GOMES SOARES
- 3- RAIMUNDO JOSÉ CONCEIÇÃO DO VALE
- 4- VILCENIRA DA PAIXÃO PINTO
- 5- ELIZÂNGELA CORREIA DE SOUSA
- 6- RUTE CORREIA DE SOUSA
- 7- ORLENI RIBEIRO DOS SANTOS
- 8- MARCIA MARIA GOMES OLIVEIRA
- 9- MARIA DE FÁTIMA GOUVEIA DE SOUZA
- 10- LUCILENE DINIZ CAMPELO
- 11- RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA
- 12- ANTONIO LIMA
- 13- JOSÉ INALDO SOARES PEREIRA
- 14- ROMERO CÉZAR DA CRUZ PEIXOTO
- 15- ADENILDO TAVARES DA SILVA
- 16- JOSÉ RIBAMAR PEREIRA
- 17- FRANCINALDO MENDES DA SILVA

Lourenço – Calçoene-AP, 20 de março de 2008.

1º Ofício de Notas
Calçoene-AP

Renato Alves dos Santos Piaba

01 NOV 2011

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA
DIRETOR GERAL

Registro de Pessoas Físicas
Comarca de Calçoene - AP

Protocolado sob o nº 320-4
Livro A nº 01-4
Nº 010- no Livro A nº 02
F 04, 04, 2008
Calçoene - AP 04 de 04 de 2008



1º Ofício de Notas da Comarca de Calçoene
AMAPÁ - BRASIL

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) de:

Renato Alves dos Santos Piaba

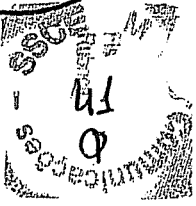
O referido é verdade, dou fé.

Calçoene-AP, 04/04/2008

Maísa Lopes Costa
OFFICIAL

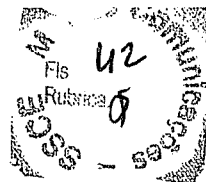
Maísa Lopes Costa
CPF 816 364 11-15
OFICIAL E TABELIA
- TITULAR -

Ata de Assembleia Geral de Constituição da Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço
ASCO CAL

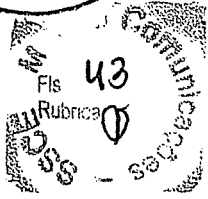
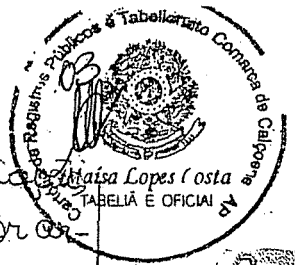


Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às oito horas, na sede do Centro Comunitário da Assembleia de Deus, Iate da Benção, sito à Rua José Lourenço, 1168, Distrito de Lourenço, Município de Calçoene, Estado do Amapá, reuniram-se, conforme Edital de convocação, publicado e divulgado através do Diário do Amapá, exemplar Ano XV, nº 3683, do dia 12 de março de 2008, na Seção de Esporte, página 07 e Edital afixado no quadro de avisos da Igreja Assembleia de Deus e no comércio local, na Vila de Lourenço, Distrito de Calçoene, Estado do, digo, Município de Calçoene, Estado do Amapá, com o propósito de constituir uma Associação Comunitária, em conformidade com a constituição vigente no país, as seguintes pessoas: Ivone Barroso Miranda, Orleni Ribeiro dos Santos, José Enaldo Soares Pereira, Marcia Maria Gomes de Oliveira, Maria Raimunda Ferreira, Antonio Gomes Soares, Antonio Lima, Adenildo Tavares da Silva, Romero Cezar da Cruz Peixoto, Edna Shirley da Silva Teixeira, Renato Alves dos Santos Piaba, Lucilene Diniz Campelo, José Ribamar Pereira, Vilcenira da Paixão Pinto, Maria de Fátima Gouveia de Sousa, Rute Correia de Sousa, Francinaldo Mendes da Silva, Elizangela Gouveia de Sousa, que constam no livro de assinatura da associação. Depois de constatada a existência de número mínimo para dar suporte as atividades fins da associação, através das assinaturas registrados no livro de pre-

01 NOV 2011



da Comissão, Sr. Antonio Gomes Soares comi-
Sr. Romero Bezar da Cruz Peixoto e a Sra
Maria Raimunda Ferreira, a participarem da mesa
diretora dos trabalhos desta assembleia, que em segui-
da aclamou o Sr. Romero Bezar da Cruz Peixoto pa-
ra coordenar os trabalhos e convidando a mim, MA-
RIA RAIMUNDA FERREIRA, para lavrar a seguinte ata
assumindo a direção dos trabalhos o Sr. coordenador
fez a leitura do Edital de convocação que tem o
seguinte teor: EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GE-
RAL DE CONSTITUIÇÃO. A Comissão Organizadora res-
ponsável pela mobilização das pessoas interessadas
em constituir a Associação Comunitária dos mora-
dores do Lourenço - ASCOCAL - no uso de suas atri-
buições que lhes foram conferidas pelo grupo mobili-
zado, convidou a todos os interessados a se fazerem
presentes na Assembleia Geral de constituição da ASSO-
CIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOURENÇO -
ASCOCAL - que realizar-se-á no dia 20 de mar-
ço de dois mil e oito - (quinta-feira), às oito ho-
ras, no Vale da Benção, sítio a pv. José Lourenço, nº
1168, Distrito de Lourenço, Município de Calceene, Est.
do de Pernambuco, para deliberarem sobre a seguinte or-
dem do dia. 1 - Análise e apreciação do Estatuto So-
cial - 2 - Eleição e posse da Diretoria e Conselho Fiscal.
Calceene - AP, 10 de março de 2008. COMISSÃO: Antonio Gomes
Soares - Presidente - CPF 243.945.993-34; (a) Edna Shir-
ley da Silva Teixeira - 1º membro - CPF nº 071.097.512-
20. (a) Marcia Maria Gomes de Oliveira - 2º membro - CPF
774.616.572-91. (a) José Inaldo Soares Pereira - 3º mem-
bro - CPF 508.034.253-68. (a) José Ribamar Pereira - 4º
membro - CPF 229.206.122-00. (a) Maria Raimunda Fer-
reira - 5º membro - CPF 089.794.562-04, dando prosse-
guimento aos trabalhos o Sr. coordenador fez o pro-



pliquei e debati o projeto do estatuto da Associação anteriormente elaborado, o que foi feito artigo por artigo, respondendo satisfatoriamente a cada indagação ou dúvida dos presentes; no Capítulo I, artigo 1º que trata da denominação, Fone, Prazo de duração, área de ação social, sugeriu-se o nome da razão social da Associação com a seguinte proposta: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES DO LOURENÇO - ASCOCAL - Proposta aceita por unanimidade. O que trata da administração, foi aprovada por unanimidade que a associação terá no seu Conselho 03 membros sendo Diretor Geral, Diretor administrativo e Diretor de Operações, para um mandato de 04 (quatro) anos, não havendo mais nenhum questionamento o Sr. Coordenador deu por encerrada a análise da proposta estatutária, colocando então o estatuto em votação. O estatuto foi aprovado pelos votos dos sócios fundadores, cujos os nomes estão devidamente consignados nesta ata. A seguir o Sr. Coordenador iniciou o segundo ponto da pauta que trata da eleição do Conselho Fiscal, conforme dispõe o estatuto recém aprovado, tendo apenas a apresentação de uma chapa para concorrer a ~~diretoria~~, esta foi colocada para apreciação da assembleia que por aclamação aprovou por unanimidade a mesma. Procedida a votação foram eleitos para comporem o conselho de administração as seguintes pessoas: Vilcinira da Paixão Pinto, Maria Raimunda Ferreira, Lucilene Diniz Campelo, Ruth Correia de Sousa, José Inaldo Soares Pereira, Maria de Fátima Gouveia de Souza. Em seguida o Sr. Coordenador deu posse a referida chapa que no mesmo ato após reuniram, digo, reuniram-se, definiram os Diretores de Operações: Márcia Gomes de Oliveira. Sendo continuada de os trabalhos o Sr. Coordenador passou a ELEIÇÃO

01 NOV 2011

q



SELHO FISCAL, não havendo chapa inscrita até o momento o Sr. Coordenador sugeriu que as pessoas presentes se manifestassem individualmente, assim sendo manifestaram-se as seguintes pessoas, Vilcenira da Paixão Pinto, Maria Raimunda Ferreira, Lucilene Diniz Campelo, Rute Correia de Sousa, José Snaldo Soares Pereira, Maria de Fátima Gouveia de Sousa. O Sr. Coordenador expôs para a Assembleia Geral os nomes a serem analisados, não havendo nenhuma objeção por parte da mesma, os nomes foram aprovados por aclamação, em seguida os membros eleitos reuniram-se particular definindo os cargos, ficando assim composto o quadro dos Conselheiros fiscais efetivos: Maria de Fátima Gouveia de Souza, José Snaldo Soares Pereira, Vilcenira da Paixão Pinto e para seus suplentes: Maria Raimunda Ferreira, Lucilene Diniz Campelo, Rute Correia de Sousa, passamos aqui qualificar os diretores. DIRETOR GERAL: Renato dos Santos Piaba, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Distrito de Lourenço - Balçone - AP, na PU: José Lourenço, nº 1168, portador do RG. nº 412431 - SSP - AP e do CPF nº 006.890.822 - 90; DIRETOR ADMINISTRATIVO: José Ribamar Pereira, brasileiro, casado, garimpeiro, portador do RG. 357623 - SSP - AP e do CPF nº 299.206.222 - 00, residente e domiciliado no Distrito de Lourenço, nº 748, PU: José Lourenço; DIRETOR DE OPERAÇÕES: Marcia Maria Gomes Oliveira, brasileira, solteira, comerciante, portadora do RG. nº 160213 - SSP - AP e do CPF 774.616.572 - 91, residente e domiciliada no Distrito de Lourenço - Balçone - AP, sito a PU: José Lourenço, nº 768. Em seguida foram eleitos para compor o Conselho Fiscal para mandato igual ao da diretoria, os seguintes membros. CONSELHO FISCAL / membros: Maria de Fátima Gouveia de Souza, Maria



...ira, solteira, autônoma, residente e domiciliada no Distrito de Baurinho - Balçene - AP, sito a PV: Balçene, nº 405, portadora do RG. nº 258637-SSP-AP e do CPF nº 570.601.162-00. CONSELHO FISCAL: José Sinaldo Soares Pereira, brasileiro, solteiro, pedreiro, portador do RG. nº 1050329-SSP-MA e do CPF 508.034.253-68, residente e domiciliado no Distrito de Baurinho - Balçene - AP, sito a PV: José Baurinho, nº 570; (membro efetivo); CONSELHO FISCAL (membro efetivo): Rute Correia de Sousa, brasileira, solteira, autônoma, portadora do RG. nº 1980365-SSP-PI e do CPF nº 013.815.693-07, residente e domiciliada no Distrito de Baurinho - Balçene - AP, sito a PV: José Baurinho, nº 239; CONSELHO FISCAL (membro suplente) Lucilene Diniz Campelo, brasileira, casada, missionária, portadora do RG. nº 1980365-SSP-PA e do CPF nº 175.237.292-15, residente e domiciliada no Distrito de Baurinho - Balçene - AP, sito a PV: José Baurinho, nº 1168. CONSELHO FISCAL (membro suplente) Maria Raimunda Ferreira, brasileira, solteira, agente de saúde, portadora do RG. nº 44380-SSP-AP e do CPF nº 089.794.562-04, residente e domiciliada no Distrito de Baurinho - Balçene - AP, sito a PV: José Baurinho, nº 563-A. CONSELHO FISCAL (membro suplente) Vilcenira da Paixão Pinto, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG. nº 105801-SSP-AP e do CPF nº 757.714.626-91, residente e domiciliada na cidade de Macapá - AP, sito a PV: Felipe Comarão, nº 360, Bairro Trem. Informando a todos os presentes que seria marcado em data posterior a Assembleia Geral da Associação para discussão e aprovação do regimento interno. Tendo sido assinado por todos os presentes para que surta os efeitos legais. Secretariada e redigida por mim em 20/03/2008.

« Vilcenira da Paixão Pinto
« Anete Alves dos Santos Pinheiro

01 NOV 2008

9

Registro de Pessoas Jurídicas
Comarca de Calçoene - AP

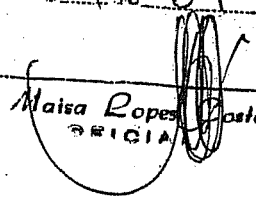
Protocolado sob o Nº 120-u

Livro A Nº 01-u registrado em

Nº 040 no Livro A Nº 02

F. 04, 04, 2008

Calçoene - AP 04 de 04 de 2008


Maísa Lopes Costa
TABELIA E OFICIAL



**RELAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS
MORADORES DO LOURENÇO – ASCOCAL**

Cargo: DIRETOR GERAL

Nome: RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA

Nacionalidade: brasileiro

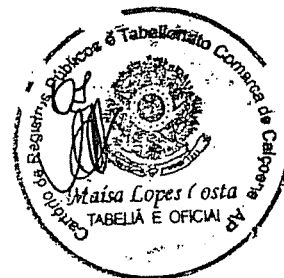
Estado Civil: solteiro

***Profissão: estudante**

RG: 412431-SSP-AP

CPF: 006.890.822-90

Endereço: Av : José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço- Calçoene-AP



Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO

Nome: JOSÉ RIBAMAR PEREIRA

Nacionalidade: brasileiro

Estado Civil: casado

Profissão: garimpeiro

RG: 357623-SSP-AP

CPF: 299.206.222-00

Endereço: Av : José Lourenço, nº 748, Distrito de Lourenço- Calçoene-AP

Cargo: DIRETOR DE OPERAÇÕES

Nome: MARCIA MARIA GOMES OLIVEIRA

Nacionalidade: brasileira

Estado Civil: solteira

Profissão: comerciante

RG: 160213-SSP-AP

CPF: 774.616.572-91

Endereço: Av : José Lourenço, nº 768, Distrito de Lourenço- Calçoene-AP

Cargo: CONSELHO FISCAL (MEMBRO EFETIVO)

Nome: MARIA DE FÁTIMA GOUVEIA DE SOUZA

Nacionalidade: brasileira

Estado Civil: solteira

Profissão: autônoma

RG: 258637-SSP-AP

CPF: 510.601.162-00

Endereço: Av : Calçoene, nº 405, Distrito de Lourenço- Calçoene-AP

Cargo: CONSELHO FISCAL (MEMBRO EFETIVO)

Nome: JOSÉ INALDO SOARES PEREIRA

Nacionalidade: brasileiro

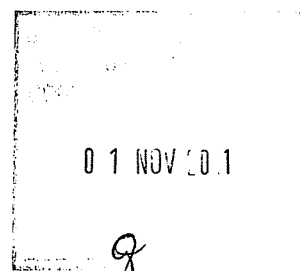
Estado Civil: solteiro

Profissão: pedreiro

RG: 1050329-SSP-MA

CPF: 508.034.253-68

Endereço: Av : José Lourenço, nº 570 , Distrito de Lourenço- Calçoene-AP



Cargo: CONSELHO FISCAL (MEMBRO EFETIVO)

Nome: RUTE CORREIA DE SOUSA

Nacionalidade: brasileira

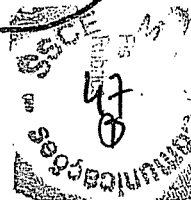
Estado Civil: solteira

Profissão: autônoma

RG: 244.9020-SSP-PI

CPF: 013.815.693-07

Endereço: Av : José Lourenço, nº 239, Distrito de Lourenço- Calçoene-AP



Cargo: CONSELHO FISCAL (MEMBRO SUPLENTE)

Nome: LUCILENE DINIZ CAMPELO

Nacionalidade: brasileira

Estado Civil: casada

Profissão: missionária

RG: 1980365-SSP-PA

CPF: 175.237.292-15

Endereço: Av : José Lourenço, nº 1168, Distrito de Lourenço- Calçoene-AP

Cargo: CONSELHO FISCAL (MEMBRO SUPLENTE)

Nome: MARIA RAIMUNDA FERREIRA

Nacionalidade: brasileira

Estado Civil: solteira

Profissão: Agente de Saúde

RG: 44380-SSP-AP

CPF: 089.794.562-04

Endereço: Av : José Lourenço, nº 563-A, Distrito de Lourenço- Calçoene-AP

Cargo: CONSELHO FISCAL (MEMBRO SUPLENTE)

Nome: VILCENIRA DA PAIXÃO PINTO

Nacionalidade: brasileira

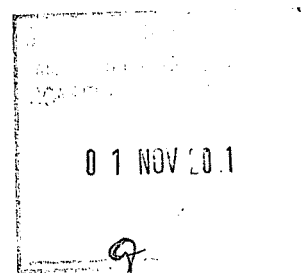
Estado Civil: solteira

Profissão: empresária

RG: 105801-SSP-AP

CPF: 757.714.626-91

Endereço: Av : Felipe Camarão, nº 360, Bairro Trem- Macapá-AP



Lourenço – Calçoene-AP, 20 de março de 2008.



registro de Pessoas Jurídicas
Comarca de Calçoene-AP

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA
DIRETOR GERAL

1º Ofício de Notas da Comarca de Calçoene
AMAPÁ - BRASIL

Protocolado sob o Nº 1204
Livro A Nº 01-4, registrado sob
Nº 040, no Livro A Nº 02
Em 04, 04, 2008
Calçoene-AP, 04 de 04 de 2008

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) de:

Renato Alves dos Santos Piaba

O referido é verdade, dou fé.

Calçoene-AP, / 04, 04, 2008

Márcia Lopes Costa

CPF: 315.352.215
OFICIAL TABELÃO

Márcia Lopes Costa

Relação das pessoas interessadas a
participarem da Assembleia Geral de
Constituição da Associação Comunitária
dos Moradores da Vila do Bonuco,
realizada na sede do Vale da Baía -
Sítio P. M. José Bonuco - ao lado da
Assembleia do Povo, na Vila do Bonuco,
No topo do balcão, AP.

- 1) Irone Barroso Aquino.
- 2) Antonio Pires Lago.
- 3) Reimoldo F. da Silva
- 4) Vilkenira da Baixa Pinto
- 5) Elizângela Correia de Sousa
- 6) Rute Correia de Sousa
- 7) Orlan Rêno dos Santos
- 8) Márcia Maria Gomes Oliveira
- 9) Maria de Fátima Gomes de Souza
- 10) Lucilene Diniz Dampelo
- 11) RENATO ALVES DOS SANTOS PIAGA
- 12) ANTONIO LIMA
- 13) José Geraldo Soares Ferreira
- 14) Helio Pessa da Silva
- 15) Jorge Barroso Monada
- 16) Abelardo Travenço da Silva
- 17) José Rhamon Pereira
- 18) Transilene Mendes da Silva

Registro de Pessoas Jurídicas

P. 120-4

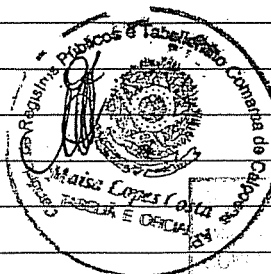
01-1

04-04-2008

04-04-2008

04-04-2008

Maisa Lopes Costa



01 NOV 2011

q



Poder Judiciário

Justiça do Estado do Amapá

Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Calçoene,

Estado do Amapá, República Federativa do Brasil, estabelecido à Av. João Anastácio dos Santos, s/nº, Centro – CEP 68.960-000 –E-mail: cartoriocalcoene@yahoo.com.br


Oficiala: Maísa Lopes Costa

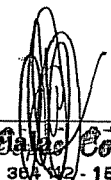
Oficial Substituto: Marlos Leite Marinho

CERTIDÃO DE REGISTRO

MAISA LOPES COSTA,

Oficiala do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, da Comarca de Calçoene, Estado do Amapá, República Federativa do Brasil, na forma da lei, etc...

C E R T I F I C A, a requerimento da parte interessada, tendo apresentado **Ata de Assembléia Geral de Fundação**, realizada em 20 de março de 2008, foi protocolado sob o nº 120, livro 01 de Protocolo, em 04 de abril de 2008, e registrado no Livro 02, de Registro de Pessoas Jurídicas, sob o nº de ordem 040, em 04 de abril de 2008, o registro dos atos constitutivos da sociedade civil, sem fins lucrativos, denominada **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOURENÇO- ASCOCAL . C E R T I F I C A M A I S**, que o Registro foi efetuado a requerimento do Presidente Sr. **RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA**. Dado e passado nesta cidade de Calçoene, Estado do Amapá, aos 04 dias do mês de abril do ano de 2008. Eu, , (Maísa Lopes Costa), Oficiala do Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Certifico, dou fé e assino.


Maísa Lopes Costa
CPF 316 364 42-15
OFICIAL E TABELIA
FISCAL

01 NOV 2011

9

Ilustríssima Senhora MAISA LOPES COSTA

MD, Oficiala do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Calçoene-AP



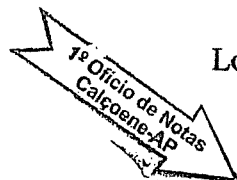
Deferido em 04.04.2008

Maísa Lopes Costa
CPF 316 364 113-15
OFICIAL E TABELIA
TITULAR

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA, Diretor Geral da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO LOURENÇO – ASCOCAL, abaixo assinado, vem ante a Vossa Senhoria, requerer que se digne em registrar os atos constitutivos da entidade acima mencionada, tudo em conformidade com a Assembléia Geral de constituição, realizada em 20 de março de 2008 e demais requisitos para o registro em anexo.

Nestes termos, pede deferimento.

Lourenço- Calçoene-AP, 20 de março de 2008.



Renato Alves dos Santos Piaba

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA

RG. nº 160.213-SSP-AP

CPF nº 006.890.822-90



1º Ofício de Notas da Comarca de Calçoene
AMAPÁ - BRASIL

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) de:

Renato Alves dos Santos Piaba

O referido é verdade, dou fé.

Calçoene-AP, 20/03/2008

Maísa Lopes Costa
CPF 316 364 113-15
OFICIAL E TABELIA
TITULAR

01 NOV 2011

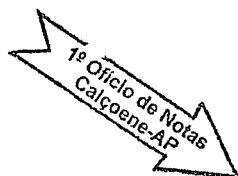
**RELAÇÃO DOS SÓCIOS FUNDADORES DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS
MORADORES DO LOURENÇO - ASCOCAL**

61
07

- 1- IVONE BARROSO MIRANDA
- 2- ANTONIO GOMES SOARES
- 3- RAIMUNDO JOSÉ CONCEIÇÃO DO VALE
- 4- VILCENIRA DA PAIXÃO PINTO
- 5- ELIZÂNGELA CORREIA DE SOUSA
- 6- RUTE CORREIA DE SOUSA
- 7- ORLENI RIBEIRO DOS SANTOS
- 8- MARCIA MARIA GOMES OLIVEIRA
- 9- MARIA DE FÁTIMA GOUVEIA DE SOUZA
- 10- LUCILENE DINIZ CAMPELO
- 11- RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA
- 12- ANTONIO LIMA
- 13- JOSÉ INALDO SOARES PEREIRA
- 14- ROMERO CÉZAR DA CRUZ PEIXOTO
- 15- ADENILDO TAVARES DA SILVA
- 16- JOSÉ RIBAMAR PEREIRA
- 17- FRANCINALDO MENDES DA SILVA



Laurenço – Calçoene-AP, 20 de março de 2008.



Renato Alves dos Santos Piaba

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA
DIRETOR GERAL

Registro de Pessoas Físicas
Comarca de Calçoene - AP
Protocolado sob o Nº 320-4
Livro A Nº 04-4 registrado em
Nº 040- no Livro A Nº 02
Em 04 de 04, 2008
Calçoene - AP 04 de 04 de 2008

Maise Lopes Costa
TABELIA E OFICIAL



1º Ofício de Notas da Comarca de Calçoene
AMAPÁ - BRASIL

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) de:

Renato Alves dos Santos Piaba

O referido é verdade, dou fé.

Calçoene-AP, 04 de 04, 2008

Maise Lopes Costa
TABELIA E OFICIAL
CPF 816 364 11-15
- TITULAR -

01 NOV 2011

9

RELAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOURENÇO – ASCOCAL

Cargo: DIRETOR GERAL

Nome: RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA

Nacionalidade: brasileiro

Estado Civil: solteiro

Profissão: estudante

RG: 412431-SSP-AP

CPF: 006.890.822-90

Endereço: Av : José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço- Calçoene-AP



Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO

Nome: JOSÉ RIBAMAR PEREIRA

Nacionalidade: brasileiro

Estado Civil: casado

Profissão: garimpeiro

RG: 357623-SSP-AP

CPF: 299.206.222-00

Endereço: Av : José Lourenço, nº 748, Distrito de Lourenço- Calçoene-AP

Cargo: DIRETOR DE OPERAÇÕES

Nome: MARCIA MARIA GOMES OLIVEIRA

Nacionalidade: brasileira

Estado Civil: solteira

Profissão: comerciante

RG: 160213-SSP-AP

CPF: 774.616.572-91

Endereço: Av : José Lourenço, nº 768, Distrito de Lourenço- Calçoene-AP

Cargo: CONSELHO FISCAL (MEMBRO EFETIVO)

Nome: MARIA DE FÁTIMA GOUVEIA DE SOUZA

Nacionalidade: brasileira

Estado Civil: solteira

Profissão: autônoma

RG: 258637-SSP-AP

CPF: 510.601.162-00

Endereço: Av : Calçoene, nº 405, Distrito de Lourenço- Calçoene-AP

Cargo: CONSELHO FISCAL (MEMBRO EFETIVO)

Nome: JOSÉ INALDO SOARES PEREIRA

Nacionalidade: brasileiro

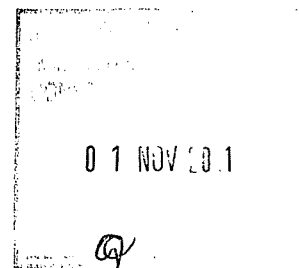
Estado Civil: solteiro

Profissão: pedreiro

RG: 1050329-SSP-MA

CPF: 508.034.253-68

Endereço: Av : José Lourenço, nº 570 , Distrito de Lourenço- Calçoene-AP



Cargo: CONSELHO FISCAL (MEMBRO EFETIVO)

Nome: RUTE CORREIA DE SOUSA

Nacionalidade: brasileira

Estado Civil: solteira

Profissão: autônoma

RG: 244.9020-SSP-PI

CPF: 013.815.693-07

Endereço: Av : José Lourenço, nº 239, Distrito de Lourenço- Calçoene-AP



Cargo: CONSELHO FISCAL (MEMBRO SUPLENTE)

Nome: LUCILENE DINIZ CAMPELO

Nacionalidade: brasileira

Estado Civil: casada

Profissão: missionária

RG: 1980365-SSP-PA

CPF: 175.237.292-15

Endereço: Av : José Lourenço, nº 1168, Distrito de Lourenço- Calçoene-AP

Cargo: CONSELHO FISCAL (MEMBRO SUPLENTE)

Nome: MARIA RAIMUNDA FERREIRA

Nacionalidade: brasileira

Estado Civil: solteira

Profissão: Agente de Saúde

RG: 44380-SSP-AP

CPF: 089.794.562-04

Endereço: Av : José Lourenço, nº 563-A, Distrito de Lourenço- Calçoene-AP

Cargo: CONSELHO FISCAL (MEMBRO SUPLENTE)

Nome: VILCENIRA DA PAIXÃO PINTO

Nacionalidade: brasileira

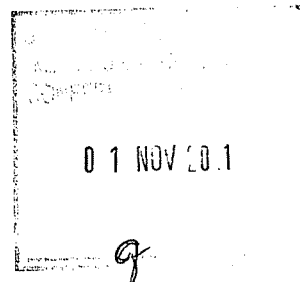
Estado Civil: solteira

Profissão: empresária

RG: 105801-SSP-AP

CPF: 757.714.626-91

Endereço: Av : Felipe Camarão, nº 360, Bairro Trem- Macapá-AP



Lourenço – Calçoene-AP, 20 de março de 2008.



registro de Pessoas Jurídicas
Comarca de Calçoene - AP

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA
DIRETOR GERAL

1º Ofício de Notas da Comarca de Calçoene
AMAPÁ - BRASIL

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) de:

Renato Alves dos Santos Piaba

O referido é verdade, dou fé.

Calçoene-AP, 04/04/2008

Maisa Lopes Costa
CPF: 818.392.115
OFICIAL TABELA E
TABELA E

Introduzido sob o Nº 1204 -
Livro A No 01 - 4 - registrado sob
040, no Livro A No 02
04, 04, 2008
Calçoene-AP 04 de 04 de 2008

Maisa Lopes Costa

Relação das pessoas interessadas a participarem da Assembleia Geral de Constituição da Associação bairro Fátima dos Moradores da Vila do Bonfém, localizada na sede do Vale da Baixa - Sítio P. M. J. do Bonfém - anexo de Assembleia de Deus, na Vila do Bonfém, na Tr. de Bonfém, RP.

- 1) Irineu Barroso Nunes
- 2) António Figueiredo
- 3) Joaquim do F. da Silva
- 4) Vilkenira da Silva Pinto
- 5) Elizângela Correia de Sousa
- 6) Rute Correia de Sousa
- 7) Orlim Rêno dos Santos
- 8) Mônica Maria Gomes Oliveira
- 9) Maria de Fátima Gomes de Souza
- 10) Lusitane Diniz Dampelo
- 11) RENATO ALVES DOS SANTOS PIAGA
- 12) ANTONIO LIMA
- 13) José Geraldo Soares Pereira
- 14) Jéssica Rosa da Silva Peixoto
- 15) Jorge Barroso Monacho
- 16) Abelardo Travençolo da Silva
- 17) Jéssica Marques Pereira
- 18) Transilvina Mendes da Silva

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

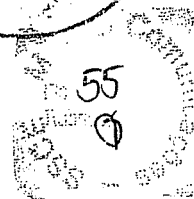
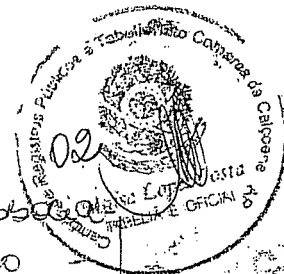
Protocolo nº 120-4
 Data 04-11-2008
 Nº 040-02
 Data 04-04-2008
 Cód. 04-04-2008



Município de São Paulo

01 NOV 2008

Ata de Assembleia Geral de Constituição da Associação Comunitária dos Moradores de Laureço
ASCO CAL



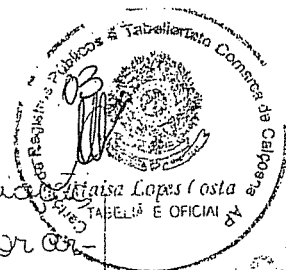
Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às oito horas, na sede do Centro Comunitário da Assembleia de Deus, Torre da Benção, sito à Rua José Laureço, 1168, Distrito de Laureço, Município de Calçoene, Estado do Amapá, reuniram-se, conforme Edital de convocação, publicado e divulgado através do Diário do Amapá, exemplar, ano XV, nº 3683, do dia 12 de março de 2008, na Seção de Esporte, página 07 e Edital afixado no quadro de avisos da Igreja Assembleia de Deus e no comércio local, na Vila do Laureço, Distrito de Calçoene, Estado do, digo, Município de Calçoene, Estado do Amapá, com o propósito de constituir uma Associação Comunitária, em conformidade com a constituição vigente no país, as seguintes pessoas: Ivone Barroso Miranda, Orleni Ribeiro dos Santos, José Inaldo Soares Pereira, Marcia Maria Gomes de Oliveira, Maria Raimunda Ferreira, Antônio Gomes Soares, Antônio Lima, Adenildo Tavares da Silva, Romero Cezar da Cruz Peixoto, Edna Shirley da Silva Teixeira, Renato Alves dos Santos Paba, Lucilene Diniz Campelo, José Ribamar Pereira, Vilcinira da Paixão Pinto, Maria de Fátima Gouveia de Sousa, Rute Ferreira de Sousa, Francinaldo Mendes da Silva, Elizangela Ferreira de Sousa, que constam no livro de assinatura da Associação. Depois de constatada a existência de número mínimo para dar suporte as atividades fins da Associação, através das assinaturas registrados no livro de pre-

01 NOV 2011

q



da Comissão, Sr. Antonio Gomes Soares Comi-
ssão, Sr. Romero Bezor da Cruz Peixoto e a Sra
Maria Raimunda Ferreira, a participarem da mesa
diretora dos trabalhos desta Assembleia, que em segui-
da aclamou o Sr. Romero Bezor da Cruz Peixoto pa-
ra coordenar os trabalhos e convidando a mim, MA-
RIA RAIMUNDA FERREIRA, para lavrar a seguinte ata.
Assumindo a direção dos trabalhos e Sr. Coordenador
fiz a leitura do Edital de convocação que tem o
seguinte teor: EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GE-
RAL DE CONSTITUIÇÃO. A Comissão Organizadora res-
ponsável pela mobilização das pessoas interessadas
em constituir a Associação Comunitária dos mora-
dores do Lourenço - ASCOCAL - no uso de suas atri-
buições que lhes foram conferidas pelo grupo mobili-
zado, convidou a todos os interessados a se fazerem
presentes na Assembleia Geral de constituição da ASSO-
CIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOURENÇO -
ASCOCAL - que realizar-se-á no dia 20 de mar-
ço de dois mil e oito - (quinta-feira), às oito ho-
ras, no Vale da Benção, sítio a pu. José Lourenço, nº
1168, Distrito de Lourenço, Município de Calçene, Esta-
do de Paraíba, para deliberarem sobre a seguinte or-
dem do dia: 1- Análise e apreciação do estatuto so-
cial - 2- Eleição e posse da Diretoria e Conselho Fiscal.
Calçene - 10 de março de 2008. COMISSÃO: Antonio Gomes
Soares - Presidente - CPF 243.945.993-34; (a) Edna Shir-
ley da Silva Teixeira - 1º membro - CPF nº 071.097.512-
20. (a) Marcia Maria Gomes de Oliveira - 2º membro - CPF
774.616.572-91 (a) José Sinaldo Soares Pereira - 3º mem-
bro - CPF 508.034.253-68. (a) José Ribamar Pereira - 4º
membro - CPF 229.206.122-00. (a) Maria Raimunda Fer-
reira - 5º membro - CPF 089.794.562-04, dando prosse-
guimento aos trabalhos o Sr. Coordenador lavrou:



pliquei e debati o projeto do estatuto da associação anteriormente elaborado. O que foi feito artigo por artigo, respondendo satisfatoriamente a cada indagação ou dúvida dos presentes; no Capítulo I, artigo 1º que trata da denominação, Foro, Prazo de duração, área de ação social, sugeriu-se o nome da ação social da associação com a seguinte proposta: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES DO LOURENÇO - ASCOCAL - Proposta aceita por unanimidade. O que trata da administração, foi aprovada por unanimidade que a associação terá no seu Conselho 03 membros sendo Diretor Geral, Diretor Administrativo e Diretor de Operações, para um mandato de 04 (quatro) anos, não havendo mais nenhum questionamento o Sr. Coordenador deu por encerrada a análise da proposta estatutária, colocando então o estatuto em votação. O estatuto foi aprovado pelos votos dos sócios fundadores, cujo os nomes estão devidamente consignados nesta ata. A seguir o Sr. Coordenador iniciou o segundo ponto da pauta que trata da eleição do Conselho Fiscal, conforme dispõe o estatuto recém aprovado, tendo apenas a apresentação de uma chapa para concorrer a Diretoria, esta foi colocada para apreciação da assembléia que por aclamação aprovou por unanimidade a mesma. Procedida a votação foram eleitos para comporem o Conselho de administração as seguintes pessoas: Vilanira da Paixão Pinto, Maria Raimunda Ferreira, Lucilene Diniz Campelo, Ruth Correia de Sousa, José Inaldo Soares Pereira, Maria de Fátima Gouveia de Souza. Em seguida o Sr. Coordenador deu posse a referida chapa que no mesmo ato após reuniram, digo, reuniram-se, definiram os Diretores de Operações: Márcia Gomes de Oliveira. Sendo continuada de aos trabalhos o Sr. Coordenador passou a ELEIÇÃO

01 NOV 2011

9



CONSELHO FISCAL, não havendo chapa inscrita até o momento o Sr. Coordenador sugeriu que as pessoas presentes se manifestassem individualmente, assim sendo manifestaram-se as seguintes pessoas, Vilcenira da Paixão Pinto, Maria Raimunda Ferreira, Lucilene Diniz Campelo, Rute Correia de Sousa, José Snaldo Soares Pereira, Maria de Fátima Gouveia de Sousa. O Sr. Coordenador expôs para a Assembleia Geral os nomes a serem analisados, não havendo nenhuma objeção por parte da mesma, os nomes foram aprovados por aclamação, em seguida os membros eleitos reuniram-se particular definindo os cargos, ficando assim composto o quadro dos Conselheiros fiscais efetivos: Maria de Fátima Gouveia de Souza, José Snaldo Soares Pereira, Vilcenira da Paixão Pinto e para seus suplentes: Maria Raimunda Ferreira, Lucilene Diniz Campelo, Rute Correia de Sousa, passemos aqui qualificar os diretores. DIRETOR GERAL: Renato dos Santos Naba, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Distrito de Lourenço-Balçoene-AP, na PV: José Lourenço, nº 1168, portador do RG. nº 412431-SSP-AP e do CPF nº 006.890.822-90; DIRETOR ADMINISTRATIVO: José Ribamar Pereira, brasileiro, casado, garimpeiro, portador do RG. 357623-SSP-AP e do CPF nº 299.206.222-00, residente e domiciliado no Distrito de Lourenço, nº 748, PV: José Lourenço; DIRETOR DE OPERAÇÕES: Marcia Maria Gomes Oliveira, brasileira, solteira, comerciante, portadora do RG. nº 160213-SSP-AP e do CPF 774.616.572-91, residente e domiciliada no Distrito de Lourenço-Balçoene-AP, sito a PV: José Lourenço, nº 768. Em seguida foram eleitos para compor o Conselho Fiscal para mandato igual ao da diretoria, os seguintes membros: CONSELHO FISCAL / mem-
- Maria de Fátima Gouveia de Souza, Rute Correia de Sousa, Vilcenira da Paixão Pinto, José Snaldo Soares Pereira, Lucilene Diniz Campelo, Maria Raimunda Ferreira.

01 NOV 01
9



...na, solteira, autônoma, residente e domiciliada no Distrito de Calçoene - Alagoas, sítio a PV: Calçoene, nº 570, portadora do RG nº 258637-SSP-AP e do CPF nº 570.601.162-00. CONSELHO FISCAL: José Sinaldo Soares Pereira, brasileiro, solteiro, pedreiro, portador do RG nº 1050329-SSP-MA e do CPF 508.034.253-68, residente e domiciliado no Distrito de Calçoene - Alagoas, sítio a PV José Calçoene, nº 570; (membro efetivo); CONSELHO FISCAL (membro efetivo): Rute Faria de Sousa, brasileira, solteira, autônoma, portadora do RG nº 1980365-SSP-PI e do CPF nº 013.815.693-07, residente e domiciliada no Distrito de Calçoene - Alagoas, sítio a PV: José Calçoene, nº 239; CONSELHO FISCAL (membro suplente) Lucilene Viniz Compelo, brasileira, casada, missionária, portador do RG nº 1980365-SSP-PA e do CPF nº 175.237.292-15, residente e domiciliada no Distrito de Calçoene - Alagoas, sítio a PV: José Calçoene, nº 1168. CONSELHO FISCAL (membro suplente) Maria Raimunda Terreira, brasileira, solteira, agente de saúde, portadora do RG nº 44380-SSP-AP e do CPF nº 089.794.562-04, residente e domiciliada no Distrito de Calçoene - Alagoas, sítio a PV: José Calçoene, nº 563-A. CONSELHO FISCAL (membro suplente) Vilcenira da Paixão Pinto, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG nº 105801-SSP-AP e do CPF nº 757.714.626-91, residente e domiciliada na cidade de Jacapã - AP, sítio a PV: Felipe Comarão, nº 360, bairro Trem. Informando a todos os presentes que seria marcado em data posterior a Assembleia Geral da Associação para discussão e aprovação do regimento interno. Tendo sido assinado por todos os presentes para que surta os efeitos legais. Secretariada e redigida por mim em 20/03/2008.

* Vilcenira da Paixão Pinto

* Anete Alves dos Santos Rocha

01 NOV 2008

q

27º ANO.

30

98
2

Ao
Senhor Diretor do Outorgas de Serviços
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA/DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 016014/2009-58

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

17/04/2009-11:32

SED

Processo: **53000017189/2008**

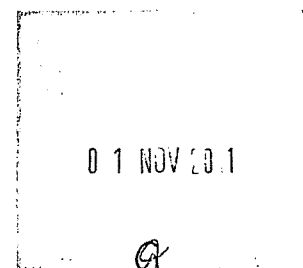
Local: Lourenço – Calçoene/AP

Em atendimento às solicitações feitas por meio do ofício, relativo a pendência constatadas diante da análise do requerimento de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em nome da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO – CALÇOENE – AP**. Segue abaixo a relação da documentação anexa .

- 1 – O novo Estatuto Social;
- 2 - Ata de eleição e aprovação do novo Estatuto Social;
- 3 – Relação dos membros da diretoria.

Lourenço -AP, 15 de abril de 2009

Renato Alves dos Santos Piaba
RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA
Diretor Geral



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇOENE - AP.

ESTATUTO SOCIAL

I- DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

Art.1º- A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO CALÇOENE/AP, doravante denominada ASCOCAL é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Calçoene, Estado do Amapá, com sede, na Avenida José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço.

Parágrafo Único- A ASCOCAL utilizará como denominação fantasia LOURENÇO FM e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º- A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇOENE/AP tem por objetivo **EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a :

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

01 NOV 2011

Dr. Charles Sales Bordalo
Adv. OAB - 4387/AP

II – respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.

§1º- É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º- Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º- Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária .

Art.3º- Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º- A receita da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO – CALÇOENE/ AP** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

01 NOV 2011

Dr. Charles Sampaio Bordalo
Adv. OAB - 438/AP



II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º- Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Art. 6º- A ASCOCAL será composta pelas seguintes categorias de associados:

I – Fundadores – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação;

II – Contribuintes ou Efetivos – Todos aqueles que ingressarem na Associação após a data de fundação;

III – Honorários – pessoas físicas, jurídicas ou profissionais liberais, que concordam em contribuir com capital ou trabalho para o custeio e desempenho das atividades da associação.

Art. 7º- As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º- São direitos e deveres dos associados:

- a) o direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12;
- b) manter sua contribuição em dia , conforme estipulado pela AG;
- c) Apoiar, divulgar, propor e efetivar eventos, programas e propostas da entidade;
- d) Cumprir com as disposições estatutárias e regimentais;
- e) Prestigiar e defender a Entidade, lutando pelo seu engrandecimento;
- f) Trabalhar em prol dos objetivos da sociedade, respeitando os dispositivos estatutários, zelando pelo bom nome da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO – CALÇOENE /AP**;
- g) Satisfazer pontualmente os compromissos que contraiu com a Entidade;
- h) Observar na sede da Instituição ou onde a mesma se faça representar as normas de boa educação e disciplina;
- i) Acatar as decisões da Diretoria.

01 NOV 2011

Dr. Charles Sales Bordalo
Adv. CA 11 - 438/AP

3

102

Art. 9º- São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10- São órgãos da ASCOCAL :

- a) Assembléia Geral ;
- b) Diretoria ;
- c) Conselho Comunitário.

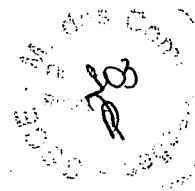
Art. 11- A **Assembléia Geral**, órgão máximo de deliberação da **ASCOCAL**, será composta por seus associados, e ocorrerá **ordinariamente** a cada ano, no dia 15 do mês de janeiro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 3 ano(s) para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§ 1º- A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º- A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da **ASCOCAL** e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

01 NOV 2011

Dr. Charles Sales Bordalo
Adv. OAB - 438/AP



§3º- A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§4º- A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Art. 12- A Diretoria da ASCOCAL, órgão executivo e administrativo, será composta por um **Diretor Geral**, um **Diretor Administrativo** e um **Diretor de Operações**, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 3 anos, permitida a reeleição.

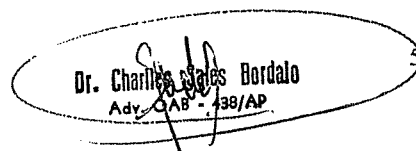
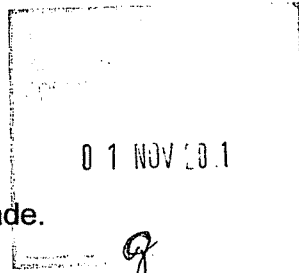
§1º- A Diretoria da ASCOCAL poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§ 2º- Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13- São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a ASCOCAL em atos públicos ou internos;
- d) Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da ASCOCAL;
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins;
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral.



II) De cada dirigente:

- a) **Ao Diretor Geral** compete: representar a **ASCOCAL**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) **Ao Diretor Administrativo** compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos documentos concernentes a vida financeira da **ASCOCAL**, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;
- c) **Ao Diretor de Operações** compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

Art. 14 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como **associações de classe, beneméritas, religiosas** ou de **moradores**, desde que **legalmente constituídas**, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único- O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

Dr. Charles Sales Bordalo
Adv. OAB - 43872/P

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18- Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 19º- A dissolução da **ASCOCAL** ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

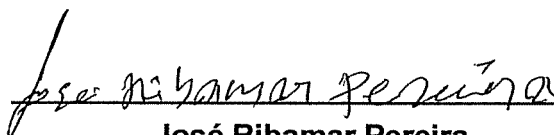
Art. 20- Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 21- O presente estatuto foi aprovado na AG de 15/01/2009 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

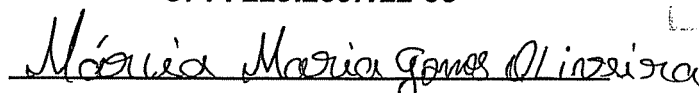
Lourenço, 15 de janeiro 2009



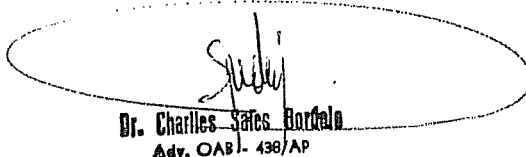
Renato Aves dos Santos Piaba
Diretor Geral
CPF: 006.890.822-90

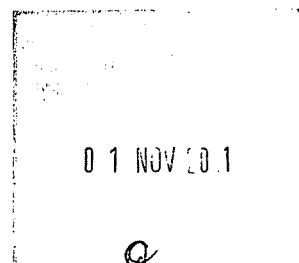


José Ribamar Pereira
Diretor Administrativo
CPF: 229.209.122-06



Marcia Maria Gomes de Oliveira
Diretora de Operações
CPF: 774.616.572-91


Dr. Charles Sales Borda
Adv. OAB - 438/AP



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO- CALÇOENE /AP-
ASCOCAL

102

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
DOS MORADORES DE LOURENÇO-CALÇOENE /AP- ASCOCAL, REALIZADA EM
15 DE JANEIRO DE 2009.

Aos 15 (quinze) dias do mês de janeiro do ano de 2009 (Dois mil e nove), às 08h30Min em segunda e última convocação com a presença de 17 (dezessete) associados, e 02 (convidados) que são: Waldinete Sudário Melo e Nelson Ferreira Neves, na sede comunitária da Assembléia de Deus, Vale da Benção, sito a Rua José Lourenço, 1168, Distrito de Lourenço, Município de Calçoene, Estado do Amapá, reuniram-se conforme Edital de Convocação divulgado através de protocolo de carta circular nº 001/09 e afixação no Prédio da Prefeitura Municipal de Calçoene, na Sede Comunitária Vale da Benção em Lourenço, na sede da ASCOCAL, na Associação dos Produtores da Colônia Agrícola da Salgadeira /Asa Aberta, na Sede e Campo de Futebol da Associação Desportiva dos Atletas do Lourenço- ATIVA; na Associação Beneficente dos Voluntários da Assembléia Legislativa dos Estado do Amapá-AVAL. Instalando a Assembléia Geral Ordinária da ASCOCAL o Senhor Presidente RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA, cumprimentou à todos, agradecendo a presença, neste momento fundamental para as deliberações que irão nortear todas as ações da ASCOCAL no transcorrer em 2009, na ocasião chamou para compor e secretariar os trabalhos a Srª. MARCIA MARIA GOMES DE OLIVEIRA, Composta a mesa o presidente pediu que a secretaria fizesse a leitura do edital de convocação, que contem o seguinte teor: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO-CALÇOENE/AP- EDITAL DE CONVOCAÇÃO- ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA. O Presidente da Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço-Calçoene/AP-ASCOCAL, usando de suas atribuições Estatutárias, CONVOCA, todos os seus 18 (dezoito) sócios a se fazerem presentes a Assembléia Geral Ordinária da ASCOCAL, que realizar-se-à no dia 15 de janeiro de 2009, às 8 h em primeira chamada com a maioria absoluta e às 8:30 h em segunda e última chamada, com o mínimo de 1/3 de seu quadro social, no Vale da Benção, sito à Av. José Lourenço, nº 1168, Distrito de Lourenço, Município de Calçoene, Estado do Amapá, para deliberarem, sobre a seguinte ordem do dia: 1 - Prestação de contas

Rua José Lourenço - 1168 - Distrito de Lourenço, Município de Calçoene-AP

01 NOV 2009
Dr. Charles Pires Bordalo
Adv. OAB - 438/AP

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO- CALÇOENE /AP
ASCOCAL

do exercício 2008; 2 - Análise de admissão para novos sócios; 3 - Proposta para exclusão de sócios; 4 - reforma do Estatuto Social; 5 - Eleição e Posse do novo Conselho Comunitário. Macapá, AP, 05 de Janeiro de 2009. (a) **RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA- PRESIDENTE ASCOCAL** - Terminada a leitura do Edital a senhor Presidente iniciou o primeiro ponto de pauta da Ordem do Dia que trata-se da:

1. Prestação de contas do Exercício 2008, na ocasião o Presidente enfatizou que a **ASCOCAL** em toda a sua existência jamais trabalhou com recursos financeiros e que esta prestação de contas se dará em razão ao cumprimento ao **ESTATUTO SOCIAL**, Passando para a segunda pauta, foi proposto a admissão de novos sócios, que depois de apresentados, discutido e apreciado foi aprovado por unanimidade a admissão dos novos sócios **NELSON FERREIRA NEVES**, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado Av. Manoel Sarmiento, 14, Calçoene, AP CI nº 478775-AP e CPF 719.544.908-44, pertencente a Associação dos Produtores da Colônia Agrícola da Salgadeira /Asa Aberta, CNPJ 02.703.372/0001-00 e **WALDINETE SUDÁRIO MELO**, brasileira, solteira, técnica em enfermagem, natural de Monção-Ma, nascida em 28/03/78, residente do domiciliada à Av. José Lourenço, s/n, portadora da CI nº 280.095-AP. CPF 796.888.962-68, Conselheira da Associação Beneficente dos Voluntários da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá- AVAL CNPJ, 06.280.290/0001-50, assim a concluímos a segunda pauta e passamos a tratar a Terceira Pauta que trata da Exclusão de Sócios. Foi relatado que o sócio **Adenildo Tavares da Silva**, encontra-se em lugar incerto e não sabido, por este motivo foi proposto a exclusão do mesmo que foi aceito por todos, nada mais tendo a tratar passamos para Quarta Pauta que trata da Reforma e Aprovação do Novo Estatuto Social. Na oportunidade, o Sr Presidente da mesa fez a leitura das propostas de alterações e as devidas adequações atendendo ao Código Civil, e normas da DENTEL, substituindo o Conselho Fiscal pelo Conselho Comunitário, após alguns esclarecimentos e mais algumas indagações partindo da plenária, as quais foram todas respondidas, concluímos a apreciação das alterações em nosso Estatuto Social, em seguida o Sr. Presidente colocou as mesmas para apreciação da plenária, que aprovou todas as alterações por unanimidade, assim sendo o Sr, Presidente, deu por encerrada a quarta pauta da ordem do dia e abriu para discussão a quinta e

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO- CALÇOENE /AP
ASCOCAL

última pauta que trata da: Eleição e posse da Diretoria e Conselho Comunitário, neste momento o presidente Declarou que estava aberta as inscrições para as chapas que desejam concorrer ao Conselho, foram apresentado os seguinte nomes para apreciação e votação: Waldinete Sudário Melo, Edna Shirley da Silva Teixeira, Orleni Ribeiro dos Santos, Maria Raimunda Ferreira, Antonio Gomes Soares, Maria de Fátima Gouveia de Sousa, Nelson Ferreira Neves, José Inaldo Soares Pereira, João Batista da Silva, após uma breve análise dos nomes por todos os presentes, a mesa colocou para apreciação e votação os seguinte nomes, WALDINETE SUDÁRIO MELO, ORLENI RIBEIRO DOS SANTOS, JOSÉ INALDO SOARES PEREIRA, NELSON FERREIRA NEVES, JOÃO BATISTA DA SILVA que aprovado pela plenária, aprovou por unanimidade o Conselho Comunitário da ASCOCAL que ficou assim composto: WALDINETE SUDÁRIO MELO, brasileira, solteira técnica em enfermagem, natural de Monção-Ma, nascida em 28/03/78, residente do domiciliada à Av. José Lourenço, S/n, portadora da CI nº 280.095-AP. CPF 796.888.962-68, Conselheira da Associação Beneficente dos Voluntários da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá-AVAL, CNPJ, 06.280.290/0001-50, ORLENI RIBEIRO DOS SANTOS; Brasileiro, natural de Beberibe/Ce, nascido em 12/08/1966 com 41 anos, Autônomo, Casado, RG. 27.072.284-1-Sp, CPF. 114.885.698-60, Presidente da Associação Desportista dos Atletas do Lourenço - ATIVA CNPJ 09.544.553/0001-80, residente sítio IND. PS. Lourenço nº 45 CEP. 68.970-000 Distrito do Lourenço, município de Calçoene, Estado do Amapá; JOÃO BATISTA DA SILVA; Brasileiro, natural de Estrela do Indaiá, nascido em 28/08/1953 com 54 anos, Agricultor, Casado, RG. 454.712-AP, CPF. 532.203.642-49, pertencente a ATIVA, CNPJ 09.544.553/0001-80, residente sítio à Travessa: Mãe Luzia nº 237 CEP. 68.970-000 Distrito do Lourenço, município de Calçoene, Estado do Amapá; JOSÉ INALDO SOARES PEREIRA, Brasileiro, natural de Turiaçú/Ma, nascido em 06/12/1967 com 43 anos, Autônomo, RG. 1.050.329-Ma, CPF. 508.034.253-68, pertencente a ATIVA CNPJ 09.544.553/0001-80 residente sítio à Av. José Lourenço nº 578, Centro, CEP. 68.970-000 Distrito de Lourenço, município de Calçoene, Estado do Amapá, NELSON FERREIRA NEVES, Brasileiro, Casado, Agricultor, residente e domiciliado Av. Manoel Sarmento, 14, Calçoene-AP, RG. nº 478775-AP e CPF. 719.544.908-44, pertencente

01 NOV 201

Dr. Charles Siqueira
Ass. OAB/33/AP

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO- CALÇOENE /AP
ASCOCAL**

a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA COLÔNIA AGRÍCOLA DA SALGADEIRA /ASA ABERTA, CNPJ 02.703.372/0001-00. Ratificando o Conselho de Administração que assim é composto. DIRETOR GERAL: RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado no Distrito de Lourenço-Calçoene-AP, na Av. José Lourenço, nº 1168, portador da RG. 412431 SSP/AP e CPF 006.890.822-90. DIRETOR ADMINISTRATIVO JOSÉ RIBAMAR PEREIRA, brasileiro, casado, profissional liberal, residente no distrito de Lourenço, Av. José Lourenço, nº 748, DIRETOR DE OPERAÇÕES: MARCIA MARIA GOMES OLIVEIRA, brasileira, solteira, comerciante, portadora da RG. 160.213-SSP/AP e do CPF. 774.616.572-91, residente e domiciliada no Distrito de Lourenço, Calçoene, sito a Av. José Lourenço nº 768. Nada mais para o momento, deu por encerrada esta Assembléia às 11h32min e eu, MÁRCIA MARIA GOMES DE OLIVEIRA, que secretariei e lavrei a presente Ata, cópia fiel do livro, que vai assinada pelo Diretor Geral, Diretor Administrativo e Diretora de Operação que sou eu, e pelos Conselheiros comunitários e demais presentes.

DISTRITO DE LOURENÇO-AP, 15 DE JANEIRO DE 2009.

Renato Alves dos Santos Piaba
RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA
DIRETOR GERAL

José Ribamar Pereira
JOSÉ RIBAMAR PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Marcia M. G. Oliveira
MARCIA MARIA GOMES DE OLIVEIRA
DIRETORA DE OPERAÇÕES

Waldinete Súdario Melo
WALDINETE SUDÁRIO MELO
CONSELHEIRO

01 NOV 2011

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO-CALÇOENE /AP
ASCOCAL

ORLENI RIBEIRO DOS SANTOS
CONSELHEIRO

JOSÉ INALDO SOARES PEREIRA
CONSELHEIRO

NELSON FERREIRA NEVES
CONSELHEIRO

JOÃO BATISTA DA SILVA
CONSELHEIRO



1.

João Batista da Silva

2.

João Batista da Silva

3.

João Batista da Silva

4.

João Batista da Silva

5.

João Batista da Silva

6.

João Batista da Silva

7.

João Batista da Silva

8.

João Batista da Silva

9.

João Batista da Silva

10.

João Batista da Silva

11.

João Batista da Silva

Dr. Charles Santos Bordinho
Adv. OAB - 439/AP

01 NOV 2011



Documentos que a processo
contém o Original
16.03.2009
Marles L. Costa
CPI 610.943.982-87
ABELIA
OFFICIAL
TUTU
00598/07 ST

que a Secretaria fizesse a Edital de convocação que portem o seguinte:
Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço-Calcóene/AP. Edital de convocação - Assembleia Geral Ordinária. O Presidente da Associação Comunitária do Lourenço - Calcóene/AP. Ascochal - usando de suas atribuições estatutárias convocar todos os seus 18 (dezoito) sócios a se fazerem presentes a Assembleia Geral Ordinária da Ascochal, que realizar-se-á no dia 15 de janeiro de 2009, às 8h em primeira chamada, com a maioria absoluta e às 8:30h em segunda e última chamada, com mínimo de 1/3 de seu quadro social, no Vale da Banca, sítio do Ju. José Lourenço n.º 1168, Distrito do Lourenço, município de Balneário, Estado do Amapá, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: 1- Prestação de contas do exercício 2008. 2- Avaliação de administração para novos sócios. 3- Proposta para exclusão dos sócios. 4- Reforma do Estatuto social. 5- Eleição e posse do novo balseiro comunitário. Ap. 05 de janeiro de 2009. (a) Renato Alves dos Santos Pádua - Presidente Ascochal. Verificada a leitura do Edital o senhor Presidente iniciou o primeiro ponto de pauta da Ordem do Dia que trata da 1ª Prestação de contas do exercício 2008, na ocasião o Presidente enfatizou que a Ascochal em toda sua existência

1 NOV 2011

AU

Justiça de

entrega com o Original

16.03.2016



236

7

Marcos Acilino
CPF 611.945.932-87
OFICIAL TABELIAO
SUBSTITUTO
Portaria 001.98/07 - S.

Nunca trabalhou com recursos financeiros e que esta prestação de contas se dará em razão do cumprimento ao Estatuto social. Passando para a segunda parte, foi proposto a admissão de novos sócios, que depois de apresentados, discutidos e apreciados foi aprovado por unanimidade a admissão dos novos sócios Nelson Ferreira Neves, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado Av. Manoel Sacramento 14, balcoene. R.P. nº 47.8775-RP. CPF. 719.544.908-44, pertencente a Associação dos Produtores da Colônia Agrícola da Salgadeira / Associação e CNPJ 02.703.372/0001-00 e Waldinete Zudano Melo, brasileira, solteira, técnica em enfermagem, natural de Yocod, MA, nascida em 28/03/78, residente e domiciliada a Av. José Lourenço S/N, portadora da CPF 280.095-RP, CPF. 796.888.962-68, conselheira da Associação Beneficente dos Voluntários da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá - PUAL - CNPJ 06.280.290/0001-50, assim a reunimos a segunda parte e passamos a tratar a terceira parte, que trata da exclusão de sócios. Foi realizado que o sócio João da Silva, encartou-se em registro morto e não pago, por este motivo, foi proposta a exclusão

16/03/2009

Maria Lúcia Mar
CPF 16104-1-932-8
OFICIAL E TABELIA
SUBSTITUTO
P-1158/07



do mesmo que foi acerto por todos, nada mais tendo a tratar, passamos para quarta pauta que trata da reforma e Atualização do Novo Estatuto Social. Na oportunidade o Sr. Presidente da mesa fez a leitura das propostas de alteração e as devidas adequações ao 'bôdigo bôdigo' e recomendações da Dentel, pois tudo, digo Dentel, digo, bôdigo bôdigo e normal da Dentel substituído, o bôdigo fiscal pelo bôdigo comunitário, após alguns esclarecimentos e mais algumas indicações partindo da plebana, as quais foram todas respondidas, concluindo a apreciação das alterações em nosso Estatuto Social, em seguida o Sr. Presidente colocou as mesmas para apreciação da plebana que aprovou todas as alterações por unanimidade, assim sendo o Sr. Presidente deu por encerrada a quarta pauta da ordem do dia e abriu para discussão a quinta e última pauta que trata da Eleição e posse da Diretoria e Conselho Comunitário, neste momento o presidente declarou que estava aberta as inscrições para as chapas que desejarem concorrer ao Conselho, foram apresentados os seguintes nomes para apreciação e votação. Waldine

01 NOV 2011

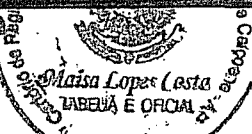
AUT

Bordões que a presente COPIA

conferir com o Original.

19/03/2007

Maria Lopes Costa
CP 618 000 992-87
OFICIAL TABELAÇÃO
SUBSTITUTO
PARTEIRA 008 98707 50



8

Sudano Melo, Edna Shirley da
Silva Teixeira, Oleni Ribeiro dos
Santos, Maria Raimunda Ferreira,
Antônio Goues Soares, Maria de
Fatima Gouveia de Souza, Nelson
Ferreira Nelles, José Geraldo Soares
Vereira, José Batista da Silva, após
uma breve análise dos nomes por
todos os presentes, a mesa colocou
para apreciação e votação os seguin-
tes nomes: Waldinete Sudano Melo,
Oleni Ribeiro dos Santos, José Geral-
do Soares Ferreira, Nelson Ferreira
Nelles, José Batista da Silva, que
ficou assim composto: Waldinete Suda-
no Melo, brasileira, solteira, técnica
em enfermagem, natural de Mond-
MA nascida em 28/03/78, residente
e domiciliada à Av. João Lourenço
S/N. portadora de RG 280.095-RP,
CPF 796.888.962-08, conselheira
da Associação Beneficente dos Volun-
tários da Assembleia Legislativa
do Estado do Piauí - Alrel - CNPJ
06-280.290/0061-50 - Oleni Ribeiro
dos Santos, brasileiro, natural
de Belém - CE, nascido em 12/08/1966,
com 41 anos, autônomo, casado, RG
27.072.284-1-SP. CPF 114.885.698-60,
presidente da Associação dos Portistas do PLE
TAS DO LOURENÇO - ATIVA, CNPJ 09.544.
553/0001-80, residente e domiciliado à IND. 75 - Lourenço
nº 45, CEP 68.970.000 - Distrito do Lourenço,
município de Belém, Estado do Piauí, José

16.03.2007

Batista da Silva, brasileiro, natural de
Estrela do Indaia, nascido em 28/08/53

com 54 anos, agricultor, casado, RG
454.712-4p. CPF. 532.203.642-49, pertencente
à ATIVIA - CNPJ. 09.544.553/001-80.

residente. Situa a Travessa mãe Lúcia, n. 237.

CEP. 68.970.000, Distrito de Boreno, mun-
cipio de Caluene, Estado de Juazeiro,
Goiás. Inalva Soares Pereira, brasileira, ma-
trimônio de Tuiacui - MA. nascido em 06/12/67,

com 43 anos, autônomo - RG 1.050.327-

MA. CPF. 508.034.253-68, pertencente à ATIVIA,
CNPJ. 09.544.553-0001-80, residente 1/2 a

Av. José Boreno 575 centro - CEP. 68.970.000,
Distrito de Boreno, município de Caluene,
Estado do Piauí. Nelson Pereira Neves,
brasileiro, casado, agricultor, residente
e domiciliado a ju. Manoel Sarmento, 14.

Caluene - PP. RG. 478.775-PP. CPF. 719.544.

908-44, pertencente à Associação dos
Produtivos da Colônia Agrícola da Sal-
gadeira / ASA Aberta, CNPJ - 02.703.372

Rafael F. Cando, o brasileiro de administração
que possui o cargo de Diretor Geral.

Renato Alves dos Santos Nisha, brasileiro,
solteiro, estudante, residente e domiciliado
no Distrito de Boreno - Caluene - PP, na Av.

José Boreno n. 1168, portador da RG. 412431,
SSP / PP. e CPF. 006.890.822-70 - Diretor

Administrativo: José Ribamar Pereira, bra-
sileiro, casado, proprietário de imóvel, resi-
dente no Distrito de Boreno à Rua

José Boreno n. 748 - Caluene - PP, Diretor
de Operações - Marcia Maria Goues

Marcelo Leite Martins
CPF 519.045.932-87
OFICIAL E TABELIAO
SUBSTITUTO
PP/MA 05598/07 SC

01 NOV 201



Conferido com o Original

16.03.2009

Carlos Feitosa
CPF 619.844.952-9
OFICIAL E TABELADO
SUBSTITUTO

veira, brasileira, solteira, portadora da RG nº 160.213-5571/SP, e do CPF 774.616.572-91, residente e domiciliada no Distrito do Baurão, balcão à Rua José Baurão - n.º 768. Nada mais para o momento, deu por encerrada esta Assembleia às 11.32 minutos, eu eu (a) Márcia Afância Gomes de Oliveira, que se detaxei e lavrei a presente Ata, cópia fiel do livro que vai assinada, pelo Diretor Geral, Diretor Administrativo, Diretora de Operações que sou eu, e pelos conselheiros comunitários e demais presentes.

Distrito de Baurão - SP. 15 de janeiro de 2009.

(a) - Thone Barroso Miranda

- ~~Augusto Dias do Souto Lima~~

Jose Ribamar Pereira

Márcia Maria Gomes Oliveira

- Orlini Ribeiro dos Santos

Jose Sualdo Soares Pereira

para o

Waldirine Sândia Melo

Edna Sílvia da Silva Seixas

Maria de Fátima Louveira de Souza.

Maria Raimunda Ferreira

~~Maria Raimunda Ferreira~~

ROMERO CESAR DA SILVA

Francimário Mendes da Silva

Rute Correia de Sousa

para o

Olizângela Correia de Sousa

Vilzenira da Paixão Pinto

01 NOV 201

6/5/2

01 NOV 1961

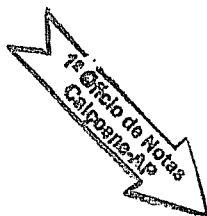
9



NOME: JOÃO BATISTA DA SILVA
NACIONALIDADE: BRASILEIRA
ESTADO CIVIL: CASADO
PROFISSÃO: AGRICULTOR
RG. Nº 454.712-AP e do CPF. Nº 532.203.642-49
END: TV: MÃE LUZIA, Nº 237, DISTRITO DE LOURENÇO - CALÇOENE-AP.

NOME: JOSÉ INALDO SOARES PEREIRA
NACIONALIDADE: BRASILEIRA
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO
PROFISSÃO: AUTÔNOMO
RG. Nº 1.050.329-MA e do CPF. Nº 508.034.253-68
END: AV: JOSÉ LOURENÇO, Nº 578, DISTRITO DE LOURENÇO - CALÇOENE-AP.

NOME: NELSON FERREIRA NEVES
NACIONALIDADE: BRASILEIRA
ESTADO CIVIL: CASADO
PROFISSÃO: AGRICULTOR
RG. Nº 478775-AP e do CPF. Nº 719.544.908-44
END: AV: MANOEL SARMENTO, Nº 14, BAIRRO CENTRAL - CALÇOENE-AP.



Calçoene-AP, 16 de março de 2009.

Renato Alves dos Santos Piaba

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA



1º Oficial de Notas da Comarca de Calçoene
AMAPÁ - BRASIL

Reconheço por ~~jornal~~ assinatura(s) de:
Renato Alves dos Santos
Piaba

O referido é verdade, dou fé.

Calçoene-AP, 16/03/09

Maklos Lopes
Maklos Lopes - Oficial
CPF 619.445.932-87
OFICIAL E TABELIAO
SUBSTITUTO
Portaria 00598/07 SR

01 NOV 2011

Registro de Pessoas Jurídicas
Comarca de Calçoene - AP

Protocolado sob Nº 136
Livro A Nº 01 AVERBADO
Nº 01 na Livro A-Nº 01
Em 16.03.2009

Calçoene-AP

16 de março de 2009

Maklos Lopes
Maklos Lopes - Oficial
CPF 619.445.932-87
OFICIAL E TABELIAO
SUBSTITUTO
Portaria 00598/07 SR

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOURENÇO-
CALÇOENE/AP

CNPJ 04.469.601/0001-12.
+

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOURENÇO-CALÇOENE/ AP- ASCOCAL-**, usando de suas atribuições Estatutárias, **CONVOCA** todos os seus 18 (dezoito) sócios a se fazerem presentes a **Assembléia Geral Ordinária** da **ASCOCAL**, que realizar-se-á no dia **15 de JANEIRO de 2009**, às **8 h em primeira chamada com a maioria absoluta e às 8.30 h em segunda e última chamada, com um mínimo de 1/3 de seu quadro social** no Vale da benção, sito à Av. José Lourenço nº 1168, Distrito de Lourenço, Município de Calçoene, Estado do Amapá, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Prestação de contas do exercício 2007;
2. Análise de admissão para novos sócios;
3. Proposta para exclusão de sócios;
4. Reforma do Estatuto social;
5. Eleição e posse do novo Conselho comunitário;

Macapá/AP, 05 de Janeiro de 2009.

Renato Alves dos Santos Piaba
RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA
PRESIDENTE – ASCOCAL

[Assinatura]
Dr. Charles Sales Bordalo
Adv. OAB - 438/AP

01 NOV 2009

Ofício nº 001/09-ATIVA

Lourenço-Calçoene/AP, 27 de fevereiro de 2009.

À

ILMA. SR^a.

M.D.

TABELIÃ DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL CALÇOENE/AP

Neste:

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO-CALÇOENE-AP – ASCOCAL, aqui representado pelo seu Presidente o senhor **RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA**, portador da RG. 412431-SSP-AP e CPF. 006.890.822-90, residente sito Av. Lourenço nº 1168 CEP. 68.970-000 Distrito do Lourenço município de Calçoene Estado do Amapá vem perante ao Ilustríssima Senhora solicitar o Registro, Arquivamento, Averbação e a Certidão de documentos Constitutivos, referentes a nossa Associação.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Renato Alves dos Santos Piaba

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA
PRESIDENTE-ATIVA

Charles Sales Bordalo
Dr. Charles Sales Bordalo
Adv. OAB - 438/AP

01 NOV 2011

Ofício nº 001/09-ATIVA

Lourenço-Calçoene/AP, 27 de fevereiro de 2009.

À

ILMA. SRª.

M.D.

TABELIÃ DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL CALÇOENE/AP

Neste:

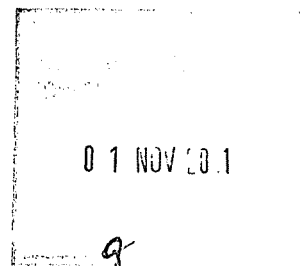
A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO-CALÇOENE-AP – ASCOCAL, aqui representado pelo seu Presidente o senhor **RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA**, portador da RG. 412431-SSP-AP e CPF. 006.890.822-90, residente sito Av. Lourenço nº 1168 CEP. 68.970-000 Distrito do Lourenço município de Calçoene Estado do Amapá vem perante ao Ilustríssima Senhora solicitar o Registro, Arquivamento, Averbação e a Certidão de documentos Constitutivos, referentes a nossa Associação.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Renato Alves dos Santos Piaba

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA
PRESIDENTE-ATIVA

Dr. Charles Sates Bordalo
Dr. Charles Sates Bordalo
Adv. OAB - 436/AP





Poder Judiciário

Justiça do Estado do Amapá

Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Calçoene,

Estado do Amapá, República Federativa do Brasil, estabelecido à Av. João Anastácio dos Santos, s/nº, Centro – CEP 68.960-000 –E-mail: cartoriocalcoene@yahoo.com.br

Oficiala: Maísa Lopes Costa

Oficial Substituto: Marlos Leite Marinho



CERTIDÃO DE AVERBAÇÃO

MAISA LOPES COSTA,

Oficiala do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, da Comarca de Calçoene, Estado do Amapá, República Federativa do Brasil, na forma da lei, etc...

C E R T I F I C A, a requerimento da parte interessada, apresentado no dia 16.03.2009 e ata da Reunião da Assembléia Geral, realizada no dia 15.01.2009, que teve como pauta a eleição e posse da Diretoria e Conselho Comunitário, da entidade denominada, ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES DO LOURENÇO - ASCOCAL, foi protocolado sob o nº. 137, livro 01 de Protocolo, em 16 de março de 2009, e Averbado sob o nº 02, a margem do Registro nº 040, em 16 de março de 2009. C E R T I F I C A M A I S, que a Averbação foi efetuada a requerimento do Diretor Geral Sr. RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA. Dado e passado nesta cidade de Calçoene, Estado do Amapá, aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e nove. Eu, *Marlos*, Oficial Substituto do Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Certifico, dou fé e assino.

Marlos Leite Marinho
Oficial Substituto
CPF 618.048.932-87
OFICIALA ADELIÃO
SUBSTITUTO
Portaria 06598/07 SC

01 NOV 2011

9

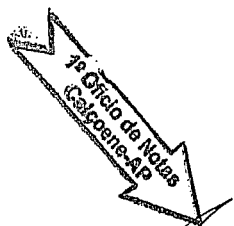
125

Ilustríssima Senhora MAISA LOPES COSTA
Mui Digna Oficiala do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da
Comarca de Calçoene

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG. nº.412431-AP e do CPF nº. 006.890.822-90, residente e domiciliado no Distrito de Lourenço - Calçoene-AP, sito à Av: José Lourenço, nº.1288, presidente da entidade denominada **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES DO LOURENCO - ASCOCAL**, vem ante a Vossa Senhoria, requerer que se digne em Averbar a margem do Registro nº 040, livro 02 de Pessoas Jurídicas, os termos da ata da assembléia geral realizada no dia 15/01/2009, que teve como pauta a eleição e posse da Diretoria e Conselho Comunitário, em anexo.

Nestes termos, pede deferimento,

Calçoene-AP, 16 de março de 2009.



Renato Alves dos Santos Piaba
RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA

Diretor Geral



1º Ofício de Notas da Comarca de Calçoene
MAIPA - BRASIL

Recebi a semelhança assinatura(s) de:
Renato Alves dos Santos
Piaba

O referido é verdade, dou fé.

Calçoene-AP, 16/03/09

Carlos Leis Marinho
TABELIA
CPF 519.978.052-97
OFICIAL TABELIAO
SUBSTITUTO
RECEBIMOS 0598/07 SC

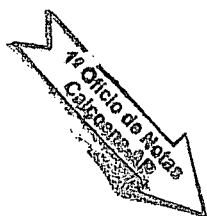
01 NOV 2011

9

326

Ilustríssima Senhora MAISA LOPES COSTA
Mui Digna Oficiala do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da
Comarca de Calçoene

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG. nº.412431-AP e do CPF nº. 006.890.822-90, residente e domiciliado no Distrito de Lourenço - Calçoene-AP, sito à Av: José Lourenço, nº.1288, presidente da entidade denominada **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES DO LOURENÇO - ASCOCAL**, vem ante a Vossa Senhoria, requerer que se digne em Averbar a margem do Registro nº 040, livro 02 de Pessoas Jurídicas, os termos da ata da assembléia geral realizada no dia 15/01/2009, que teve como pauta a Alteração do Estatuto, em anexo.



Nestes termos, pede deferimento,

Calçoene-AP, 16 de março de 2009.

Renato Alves dos Santos Piaba

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA

Diretor Geral



1º Ofício de Notas da Comarca de Calçoene

PI

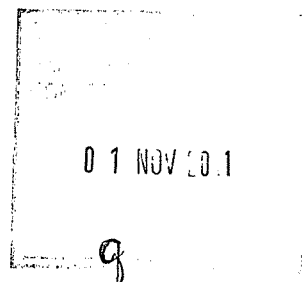
semelhante assinatura(s) de:

Renato Alves dos Santos Piaba

referido é verdade, dou fé.

Calçoene-AP, 16/03/09

TABELA
Carlos Leite da Silva
CPF 610.045.032-97
OFICIAL E TABELA
SUBSTITUTO
Data 05/03/07 SC





27

Poder Judiciário
Justiça do Estado do Amapá

Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Calçoene,
Estado do Amapá, República Federativa do Brasil, estabelecido à Av. João Anastácio
dos Santos, s/nº, Centro – CEP 68.960-000 –E-mail: cartoriocalcoene@yahoo.com.br



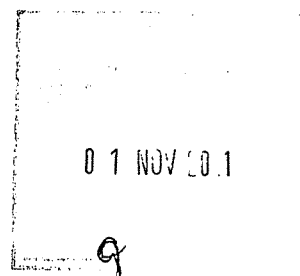
Oficiala: Maísa Lopes Costa
Oficial Substituto: Marlos Leite Marinho

CERTIDÃO DE AVERBAÇÃO

MAISA LOPES COSTA, Oficiala do
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, da Comarca de
Calçoene, Estado do Amapá, República Federativa do Brasil,
na forma da lei, etc...

C E R T I F I C A, a requerimento da parte interessada,
apresentado no dia 16.03.2009 e ata da Reunião da Assembléia Geral, realizada no
dia 15.01.2009, que teve como pauta a Alteração do Estatuto, da entidade
denominada, **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES DO LOURENÇO -**
ASCOCAL, foi protocolado sob o nº. 136, livro 01 de Protocolo, em 16 de março de 2009, e
Averbado sob o nº 01, a margem do Registro nº 040, em 16 de março de 2009. **C E R T I F I C**
A M A I S, que a Averbação foi efetuada a requerimento do Diretor Geral Sr. **RENATO ALVES**
DOS SANTOS PIABA. Dado e passado nesta cidade de Calçoene, Estado do Amapá, aos
dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e nove. Eu, *[Assinatura]*, Oficial Substituto do
Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Certifico, dou fé e assino.

[Assinatura]
Oficial
Marlos Leite Marinho
CPF 518.045.932-97
OFICIAL TABELIAO
SUBSTITUTO
Portaria 00598/07 SC



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOURENÇO-ASCOCAL

CAPITULO – I



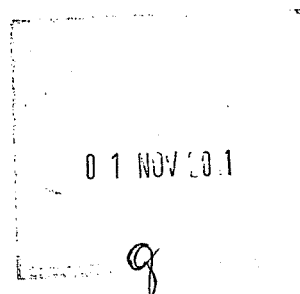
I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE FORO, PRAZO DE DURAÇÃO, ÁREA DE AÇÃO E ANO SOCIAL.

Art.1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOURENÇO - ASCOCAL, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada , de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos constituída no **dia 20 de março de 2008**, rege-se pela **Constituição Federal** , pelo **Código Civil e Lei 9.612/98**, que regulamente o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil e demais disposições legais em vigor, pelas diretrizes da autogestão e por este estatuto, tendo:

&1º Sua sede administrativa sito a **Avenida José Lourenço nº1288. CEP.68.900-000.Distrito de Lourenço,Município de Calçoene, Estado do Amapá**, e foro Juridico na Comarca de Calçoene, Estado do Amapá.

&2º- A área de ação, para fins de admissão de associados, abrangendo toda extensão do Distrito de Lourenço, município de Calçoene, Estado do Amapá.

&3º – O prazo de duração da **ASCOCAL** é indeterminado e seu ano será o compreendido entre o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro .





Parágrafo Único – A **ASCOCAL** utilizará como denominação fantasia **LOURENÇO FM** e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º- A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO – CALÇOENE/AP tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a :

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;



§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;



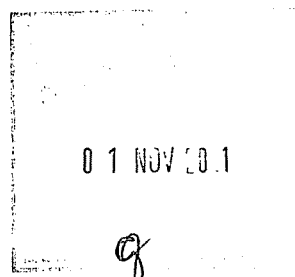
§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

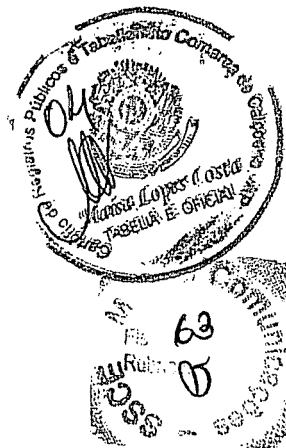
§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º- A receita da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO -ASCOCAL-** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

Parágrafo Único- A **ASCOCAL** atuará sem discriminação política, racial, religiosa, de gênero ou social e não visará lucro.





CAPITULO II DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Art. 6º - A ASCOCAL será composta pelas seguintes categorias de associados:

I – Fundadores – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação;

II – Contribuintes ou Efetivos – Todos aqueles que ingressarem na Associação após a data de fundação;

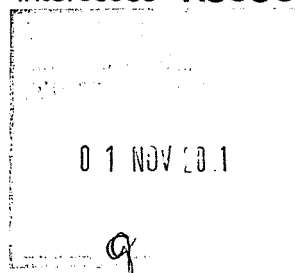
III – Honorários – pessoas físicas, jurídicas ou profissionais liberais, que concordam em contribuir com capital ou trabalho para o custeio e desempenho das atividades da associação.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

CAPITULO III DOS ASSOCIADOS

a) ADMISSÃO, DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES.

Art. 8º - Poderão associar-se a **ASCOCAL**, quaisquer pessoa que se dediquem à atividade objeto da entidade e preencherem os pré-requisitos definidos no Regimento Interno, sem prejudicar os interesses **ASCOCAL** –nem com eles colidir.



Parágrafo único - O número de associados não terá limite quanto ao máximo, mas não poderá ser inferior a 18 (DEZOITO) pessoas físicas.

Art. 9º - Para associar-se, o interessado preencherá a Ficha de Matrícula, com a assinatura dele e de um sócio da **ASCOCAL**, bem como a declaração de que optou livremente por associar-se, conforme normas constantes do Regimento Interno da **ASCOCAL**,

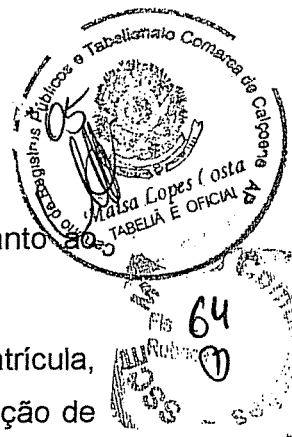
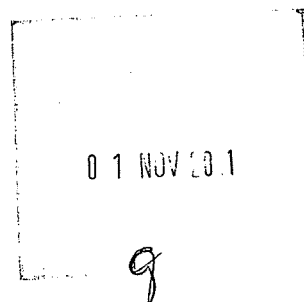
Paragrafo único – Caso o interessado seja membro de outra Associação, deverá apresentar carta de referências por ela expedida;

Art. 10º - Cumprido o que dispõe o **art. 5º**, o associado adquire todos os direitos e assume todos os deveres decorrentes da lei, deste estatuto, do regimento interno e das deliberações tomadas pela Assembléia Geral.

Art. 11º - São **Direitos** do associado:

- a) participar das Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados;
- b) propor a Diretoria, ao Conselho Fiscal ou às Assembléias Gerais medidas de interesse da **ASCOCAL**
- c) solicitar o desligamento da **ASCOCAL** quando lhe convier;
- d) solicitar informações sobre seus débitos e créditos;
- e) solicitar informações sobre as atividades da **ASCOCAL** e, a partir da data de publicação do edital de convocação da Assembléia Geral Ordinária, consultar os livros e peças do Balanço Geral, que devem estar à disposição do associado na sede da **ASCOCAL**

§1º - A fim de serem apreciadas pela Assembléia Geral, as propostas dos associados, referidas em "b" deste artigo, deverão ser apresentadas a Diretoria com a antecedência mínima de 30 (Trinta) dias e constar do respectivo edital de convocação.





§2º - As propostas subscritas por, pelo menos, **05 (Cinco)** associados, serão obrigatoriamente levadas pela Diretoria à Assembléia Geral e, não o sendo, poderão ser apresentadas diretamente pelos associados proponentes.

Art. 12º - São Deveres do associado:

- a) Contribuir com as taxas de serviço e encargos operacionais que forem estabelecidos;
- b) cumprir com as disposições do Código Civil, do estatuto e se houver, do código de ética, bem como respeitar as resoluções tomadas pela Diretoria e as deliberações das Assembléias Gerais;
- c) satisfazer pontualmente seus compromissos com a **ASCOCAL** dentre os quais o de participar ativamente da sua vida societária;
- d) prestar à **ASCOCAL**, informações relacionadas com as atividades que lhe facultaram se associar;
- e) prestar à **ASCOCAL**, esclarecimentos sobre as suas atividades relacionadas com os objetivos sociais;
- f) levar ao conhecimento da Diretoria e/ou Conselho Fiscal, a existência de qualquer irregularidade que atente contra a lei, o estatuto e o regimento interno;
- g) zelar pelo patrimônio material e moral da **ASCOCAL**.

Art. 13º - O associado responde limitadamente pelo prejuízo verificado nas operações sociais, guardada a proporção de sua participação nas mesmas operações

Art. 14º - As obrigações dos associados falecidos, contraídas com a Associação e as oriundas de sua responsabilidade como associado em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano do dia da abertura da sucessão.

Parágrafo único - Os herdeiros do associado falecido têm direito aos créditos pertencentes ao "de cujus", não lhes garantindo acesso a **ASCOCAL**.



b) DESLIGAMENTO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO.

Art. 15º – O **Desligamento** do associado dar-se-á a seu pedido formalmente dirigido a Diretoria da **ASCOCAL**, e não poderá ser negado, em conformidade ao art. 7º em sua alínea "c".

Art. 16º - A **Eliminação** do associado, que será realizada em virtude de infração da lei, deste estatuto e será feita pela Diretoria, após duas advertências por escrito, conforme Regimento Interno da **ASCOCAL**

§1º - A Diretoria poderá eliminar o associado que:

- a) Manter qualquer atividade que conflite com os objetivos sociais da **ASCOCAL**;
- b) Deixar de cumprir as obrigações por ele contratadas na **ASCOCAL**;
- c) Deixar de realizar, com a **ASCOCAL**, as operações que constituem seu objetivo social.

§2º - Cópia autêntica da decisão será remetida ao associado, por processo que comprove as datas da remessa e do recebimento.

§3º - O associado poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação, interpor recurso, que terá efeito suspensivo até a primeira Assembléia Geral.

Art. 17 - A **Exclusão** do associado será feita:

- a) por dissolução da pessoa jurídica;
- b) por morte da pessoa física;
- c) por incapacidade civil não suprida;
- d) por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na **ASCOCAL**.

Art. 18 - O ato de exclusão do associado, nos termos da alínea "d" do artigo anterior serão efetivados por decisão da Diretoria, mediante termo firmado



pelo Presidente no documento de matrícula, com os motivos que o determinaram e remessa de comunicação ao interessado, no prazo de 30 (trinta) dias, por processo que comprove as datas de remessa e recebimento.

Art. 19 - Em qualquer caso de desligamento, eliminação ou exclusão, o associado só terá direito à créditos que lhe tiverem sido registrados, não lhe cabendo nenhum outro direito.

§1º - A restituição de que trata este artigo somente poderá ser exigida depois de aprovado, pela Assembléia Geral, o Balanço do exercício em que o associado tenha sido desligado da **ASCOCAL**.

§2º - A Diretoria da **ASCOCAL** poderá determinar que a restituição desses direitos seja feita em até **10 (Dez) parcelas**, a partir do exercício financeiro que se seguir ao em que se deu o desligamento.

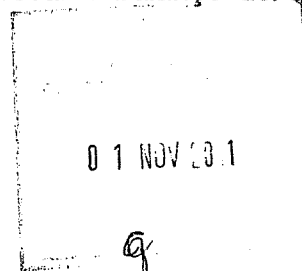
§3º - No caso de morte do associado, a restituição de que trata o parágrafo anterior será efetuada aos herdeiros legais, mediante a apresentação do respectivo formal de partilha ou alvará judicial.

§4º - Ocorrendo desligamentos, eliminações ou exclusões de associados em número tal que as restituições das importâncias referidas neste artigo possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da **ASCOCAL**, esta poderá restitui-las mediante critérios que resguardem a sua continuidade.

§5º - Quando a devolução ocorrer de forma parcelada deverá manter o mesmo valor de compra a partir da Assembléia Geral Ordinária que aprovar o balanço.

Art.20 - Os atos de desligamentos, eliminação ou exclusão acarretam o vencimento e pronta exigibilidade das dívidas do associado na **ASCOCAL**, sobre cuja liquidação caberá a Diretoria decidir.

Art. 21 - Os direitos e deveres de associados eliminados ou excluídos perduram até a data da Assembléia Geral que aprovar o balanço de contas do exercício em que ocorreu o desligamento.





CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DO QUADRO SOCIAL

Art. 22 – A Diretoria da **ASCOCAL** definirá, através do Regimento Interno, aprovado em Assembléia Geral, a forma de organização do seu quadro social.

Art. 23 – Todas as ações que se relacionarem com o bom andamento da Diretoria e do Conselho Fiscal e destes com o Quadro Social e que não estejam mencionados na Lei ou neste Estatuto deverão constar no Regimento Interno.

CAPÍTULO V

DA ASSEMBLÉIA GERAL

a) DEFINIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 24 - A Assembléia Geral dos associados, Ordinária ou Extraordinária é o órgão supremo da **ASCOCAL**, cabendo-lhe tomar toda e qualquer decisão de interesse da entidade. Suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 25 – Habitualmente as Assembléias Gerais serão convocadas pelo Presidente da **ASCOCAL**.

§1º - Poderá também ser convocada pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves e urgentes ou, ainda, após solicitação não atendida, por 1/5 (Um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais.

§2º - Não poderá votar na Assembléia Geral o associado que:

- a) Tenha sido admitido após a convocação;
- b) Infringir qualquer disposição do **Artigo 8º** deste estatuto.
- c) Tenha interesse na matéria ou relação direta com a mesma;

Art. 26 - Em qualquer das hipóteses, referidas no artigo anterior, as Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de **10 (Dez)**

01 NOV 2011





dias, com o horário definido para as duas convocações, sendo de meia hora o intervalo entre elas.

Art. 27 - O quorum para instalação da Assembléia Geral é o seguinte:

- a) Maioria absoluta em primeira convocação;
- b) 2/3 (dois terços) do número de associados em condições de votar, em segunda e última convocação;

§1º - Para efeito de verificação do quorum de que trata este artigo, o número de associados presentes, em cada convocação, será contado por suas assinaturas, seguidas do respectivo número de matrícula, apostas no Livro de Presença.

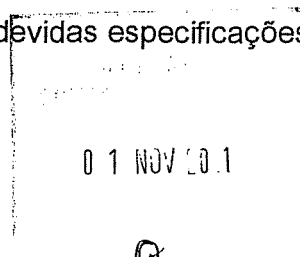
§2º - Constatada a existência de quorum no horário estabelecido no edital de convocação, o Presidente instalará a Assembléia e, mediante termo que contenha a declaração do número de associados presentes, fará transcrever estes dados para a respectiva ata.

Art. 28 - Não havendo quorum para instalação da Assembléia Geral, será feita nova convocação, com antecedência mínima de **10 (dez)** dias.

Parágrafo único - Se ainda assim não houver quorum para a sua instalação, será admitida a intenção de dissolver a **ASCOCAL**.

Art. 29 - Dos **Editais de Convocação** das Assembléias Gerais deverão constar:

- a) A denominação da **ASCOCAL** e o número de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, seguidas da expressão: Convocação da Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, conforme o caso;
- b) O dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o local da sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será o da sede social;
- c) A seqüência ordinal das convocações;
- d) A Ordem do Dia dos trabalhos, com as devidas especificações;





e) O número de associados existentes na data de sua expedição para efeito do cálculo do quorum de instalação;

f) Data e assinatura do responsável pela convocação.

§1º - No caso da convocação ser feita por associados, o edital será assinado, no mínimo, por **05 (Cinco)** signatários do documento que a solicitou.

§2º - Os editais de convocação serão afixados em locais visíveis das dependências geralmente freqüentados pelos associados e publicados em jornal de circulação local ou regional, comunicado aos associados por intermédio de circulares ou através de outros meios de comunicação.

Art. 30 - É da competência das Assembléias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias a destituição dos membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal.

Parágrafo único - Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da **ASCOCAL**, poderá a Assembléia Geral designar administradores e conselheiros fiscais provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se realizará no prazo máximo de **60 (Sessenta)** dias.

Art. 31 - Os trabalhos das Assembléias Gerais serão dirigidos pelo Presidente, auxiliado pelo secretário, sendo também convidados os ocupantes de cargos sociais a participar da mesa.

§1º - Na ausência do Secretário, o Presidente convidará outro associado para ser secretário "ad hoc", para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva ata;

§2º - Quando a Assembléia Geral não tiver sido convocada pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos por um associado, escolhido na ocasião, e secretariado por outro, convidado por aquele, compondo a mesa dos trabalhos os principais interessados na sua convocação.

Art. 32 - Os ocupantes de cargos sociais, como quaisquer outros associados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram direta ou indiretamente, entre os quais os de prestação de contas, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.





Art. 33- Nas Assembléias Gerais em que forem discutidos os balanços das contas, o Presidente da **ASCOCAL**, logo após a leitura do Relatório da Diretoria, às peças contábeis e o parecer do Conselho Fiscal, solicitarão ao plenário que indique um associado para coordenar os debates e a votação da matéria.

§1º - Transmitida à direção dos trabalhos, o Presidente e demais conselheiros de administração e fiscal, deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da Assembléia Geral para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

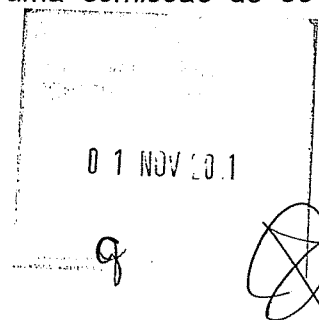
§ 2º - O coordenador indicado escolherá, entre os associados, um Secretário "ad hoc" para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na ata pelo Secretário da Assembléia Geral.

Art. 34 - As deliberações das Assembléias Gerais somente poderão versar sobre assuntos constantes do edital de convocação e os que com eles tiverem imediata relação.

§1º - Os assuntos que não constarem expressamente do edital de convocação e os que não satisfizerem as limitações deste artigo, somente poderão ser discutidos após esgotada a Ordem do Dia, sendo que sua votação, se a matéria for considerada objeto de decisão, será obrigatoriamente assunto para nova Assembléia Geral.

§2º - Para a votação de qualquer assunto na assembléia deve-se averiguar os votos a favor, depois os votos contra e por fim as abstenções. Caso o número de abstenções seja superior a 50% dos presentes, o assunto deve ser mais bem esclarecido antes de submetê-lo à nova votação ou ser retirado da pauta, quando não é do interesse do quadro social.

Art. 35 - O que ocorrer na Assembléia Geral deverá constar de ata circunstanciada, lavrada no livro própria, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos administradores e fiscais presentes, por uma comissão de 05 (Cinco) associados designados pela Assembléia Geral.





Art. 36 - As deliberações nas Assembléias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito de votar, tendo cada associado direito a 01 (um) só voto.

§ 1º - Em regra, a votação será a descoberto, mas a Assembléia Geral poderá optar pelo voto secreto.

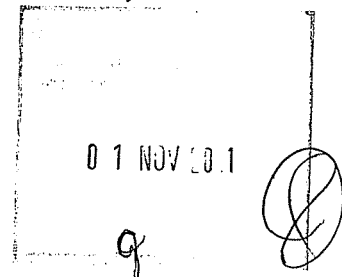
§ 2º - Caso o voto seja a descoberto, deve-se averiguar os votos a favor, os votos contra e as abstenções.

Art. 37 - Prescreve em **04 (Quatro) anos** a ação para anular as deliberações da Assembléia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação de lei ou do estatuto, contado o prazo da data em que a Assembléia Geral tiver sido realizada.

b) ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 38 - A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 03 (Três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da Ordem do Dia:

- a) prestação de contas dos Órgãos de Diretoria, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
1. Relatório da Gestão;
 2. Balanço Geral;
 3. Demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas;
 4. Plano de atividade da **ASCOCAL** para o exercício seguinte.
- b) Destinação das sobras apuradas ou o rateio das perdas;
- c) Criação de novos conselhos, como o Conselho de Ética, definindo-lhes as funções para melhorar o funcionamento da **ASCOCAL**;





- d) Eleição e posse dos componentes da Diretoria, do Conselho Fiscal e de outros conselhos, quando for o caso;
- e) Fixação dos honorários, gratificações e da cédula de presença para os componentes da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- f) Quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no **artigo 43** deste estatuto.

§ 1º - Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos **itens "a" e "e" deste artigo**.

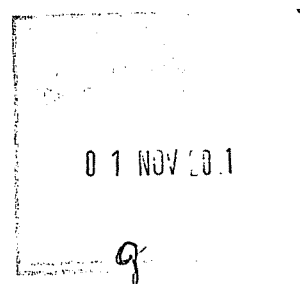
§ 2º - A aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração não desonera seus componentes da responsabilidade por erro, dolo, fraude ou simulação, bem como por infração da lei ou deste estatuto.

C) ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 39 - A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário, podendo deliberar sobre qualquer assunto de interesse da **ASCOCAL**, desde que mencionado no edital de convocação.

Art. 40 - É da competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a) reforma do estatuto;
- b) fusão, incorporação ou desmembramento;
- c) mudança de objetivo da sociedade;
- d) dissolução voluntária e nomeação de liquidantes;
- e) contas do liquidante.



Parágrafo único - São necessários votos de **2/3 (dois terços)** dos associados **presentes** para tomar válidas as deliberações de que trata este artigo.



D) PROCESSO ELEITORAL

Art. 41 - Sempre que for prevista a ocorrência de eleições em Assembléia Geral, o Conselho Fiscal, com a antecedência, pelo menos, idêntica ao respectivo prazo da convocação, criará um **Comitê Especial** composto de **02 (Dois) membros**, todos não candidatos a cargos eletivos na **ASCOCAL**, para coordenar os trabalhos em geral, relativos à eleição dos membros da Diretoria, Fiscal.

Art. 42 - No exercício de suas funções, compete ao comitê especialmente:

- a) certificar-se dos prazos de vencimentos dos mandatos dos conselheiros em exercício e do número de vagas existentes;
- b) divulgar entre os associados, através de circulares e/ou outros meios adequados, o número e a natureza das vagas a preencher;
- c) registrar os nomes dos candidatos, pela ordem de inscrição, verificando se estão no gozo de seus direitos sociais e se foi observado o disposto no **§ 3º do art. 5º** deste estatuto;
- d) observar, na ocasião da inscrição se existe candidatos sujeitos as incompatibilidades previstas no **artigo 45** deste estatuto, fazendo com que assinem declaração de desimpedimento a respeito;
- e) organizar fichas contendo o curriculum dos candidatos, das quais constem, além da individualização e dados profissionais, as suas experiências e práticas cooperativistas, sua atuação e tempo de associado na **ASCOCAL** e outros elementos que os distingam;
- f) divulgar o nome e o curriculum, de cada um do candidato, inclusive tempo em que está associado à **ASCOCAL**, para conhecimento dos associados;
- g) Realizar consultas e promover entendimentos para a composição de chapas ou unificação de candidaturas, se for o caso;

01 NOV 2011



h) Estudar as impugnações, prévia ou posteriormente formuladas por associados no gozo de seus direitos sociais, bem como as denúncias de irregularidades nas eleições, encaminhando suas conclusões a Diretoria, para que ele tome as providências legais cabíveis.

§ 1º - O Comitê fixará prazo para a inscrição de candidatos de modo que possam ser conhecidos e divulgados os nomes **05 (Cinco)** dias antes da data da Assembléia Geral que vai proceder às eleições.

§ 2º - Não se apresentando candidatos ou sendo o seu número insuficiente, caberá ao Comitê proceder à seleção entre interessados que atendam às condições exigidas e que concordem com as normas e formalidades aqui previstas.

Art. 43 - O Presidente da Assembléia Geral suspenderá o trabalho desta para que o Coordenador do Comitê dirija o processo das eleições e a proclamação dos eleitos.

§ 1º - O transcurso das eleições e os nomes dos eleitos constarão da ata da Assembléia Geral.

§ 2º - Os eleitos para suprirem vacância na Diretoria ou Conselho Fiscal exercerão os cargos somente até o final do mandato dos respectivos antecessores.

§ 3º - A posse ocorrerá sempre na Assembléia Geral em que se realizarem as eleições, após encerrada a Ordem do Dia.

Art. 44 - Não se efetivando nas épocas devidas a eleição de sucessores, por motivo de força maior, os prazos dos mandatos dos administradores e fiscais no exercício consideram-se automaticamente prorrogados pelo tempo necessário até que se efetive a sucessão, num prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 45 - São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime **falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato** ou **contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade**.



CAPÍTULO VI
DA ADMINISTRAÇÃO
a) DIRETORIA

Art. 46 - A Diretoria é o órgão superior na hierarquia administrativa, sendo de sua competência privativa e exclusiva a responsabilidade pela decisão sobre todo e qualquer assunto de ordem social, de interesse da **ASCOCAL** ou de seus associados, nos termos da legislação, deste estatuto e de recomendações da Assembléia Geral.

Art. 47 - A Diretoria será composta por **03 (TRES) membros**, todos associados no gozo de seus direitos sociais, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de **quatro anos**, sendo obrigatório, ao término de cada mandato, a renovação de, no mínimo, **1/3 (um terço)** dos seus componentes.

Parágrafo único - Não podem fazer parte da Diretoria, os inelegíveis enumerados nos casos referidos no **artigo 45** deste estatuto, nem os que tenham exercido, nos últimos seis meses, cargo público-eletivo.

Art. 48 - Os membros da Diretoria definirão na inscrição da chapa, aqueles que exercerão as funções de **DIRETOR GERAL, DIRETOR ADMINISTRATIVO, DIRETOR DE OPERAÇÕES**, cujos poderes e atribuições se definem neste Estatuto, aprovado pela Assembléia Geral.

§ 1º - Nos impedimentos por prazos inferiores a 90 (Noventa) dias de um dos Diretores a Diretoria indicará o substituto escolhido entre os seus membros.

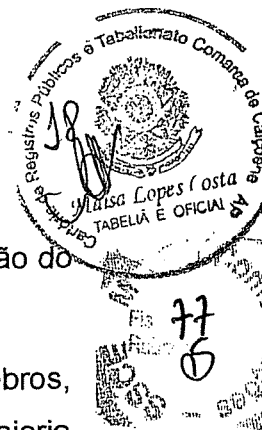
§ 2º - Se o número de membros da Diretoria ficar reduzido a menos da metade deverá ser convocada Assembléia Geral para o preenchimento das vagas.

Art. 49 - A Diretoria rege-se pelas seguintes normas:

- a) reúne-se ordinariamente uma vez a cada dois meses e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do

01 NOV 2011

9



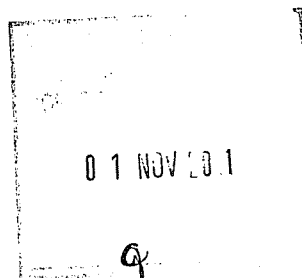
Presidente, da maioria da própria Diretoria, ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;

- b) delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas pela maioria simples de votos dos presentes, reservado ao Presidente o voto de desempate;
- c) as deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas no fim dos trabalhos pelos membros da Diretoria presentes.

Parágrafo único - Perderá automaticamente o cargo o membro da Diretoria que, sem justificativa, faltar a três reuniões ordinárias consecutivas ou a seis reuniões durante o ano.

Art. 50 - Cabem a Diretoria, dentro dos limites da lei e deste estatuto, as seguintes atribuições:

- a) Propor à Assembléia Geral as políticas e metas para orientação geral das atividades da **ASCOCAL**, apresentando programas de trabalho e orçamento, além de sugerir as medidas a serem tomadas;
- b) Estimar previamente a rentabilidade das vendas, bem como a sua viabilidade;
- c) Estabelecer as normas para funcionamento da **ASCOCAL**;
- d) Elaborar, juntamente com lideranças do quadro social, Regimento Interno para a organização do quadro social;
- e) Estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições de lei, deste estatuto, ou das regras de relacionamento com a entidade que venham a ser estabelecidas;





- f) Deliberar sobre a admissão, desligamento, eliminação e exclusão de associados e suas implicações, bem como sobre a aplicação ou elevação de multas;
- g) Deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral e estabelecer sua Ordem do Dia, considerando as propostas dos associados nos termos dos **parágrafos 1º e 2º do art. 7º**;
- h) Estabelecer a estrutura operacional da administração executiva dos negócios, criando cargos e atribuindo funções;
- i) Fixar as normas disciplinares;
- j) Fixar as despesas de administração em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para a sua cobertura;
- k) Indicar banco ou bancos nos quais serão feitos negócios e depósitos de numerário, e fixar limite máximo que poderá ser mantido no caixa da **ASCOCAL**;
- l) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, com expressa autorização da Assembléia Geral;
- m) Fixar anualmente taxas destinadas a cobrir depreciação ou desgaste dos valores que compõem o ativo permanente da entidade;
- n) Zelar pelo cumprimento da legislação do Associativismo e demais dispositivos legais aplicável e do presente Estatuto.

§ 1º - O Presidente providenciará para que os demais membros da Diretoria recebam, com a antecedência mínima de **03 (Três)** dias, cópias dos balancetes e demonstrativos, planos e projetos e outros documentos sobre os quais tenham que se pronunciar, sendo-lhes facultado, ainda anteriormente à reunião correspondente, inquirir empregados ou associados, pesquisar documentos, a fim de dirimir as dúvidas eventualmente existentes.

§ 2º - A Diretoria solicitará, sempre que julgar conveniente, o assessoramento de quaisquer funcionários graduados para auxiliá-lo no



esclarecimento dos assuntos a decidir, podendo determinar que qualquer deles apresente, previamente, projetos sobre questões específicas.

§ 3º - As normas estabelecidas pela Diretoria serão baixadas em forma de Resoluções, Regulamentos ou Instruções que, em seu conjunto, constituirão o Regimento Interno da **ASCOCAL**, "ad referendum" da Assembléia Geral.

Art. 51 - Ao **DIRETO GERAL** compete, entre outros, definidos em Regimento Interno, os seguintes poderes e atribuições:

- a) Dirigir e supervisionar todas as atividades da **ASCOCAL**;
- b) Baixar os atos de execução das decisões da Diretoria;
- c) Assinar, juntamente com **DIRETOR ADMINISTRATIVO**, demais documentos constitutivos de obrigações;
- d) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria, bem como as Assembléias Gerais dos associados;
- e) Apresentar à Assembléia Geral Ordinária:
 - 1. Relatório da Gestão;
 - 2. Balanço Geral
 - 3. Demonstrativo das Sobras apuradas ou das Perdas verificadas no exercício e o Parecer do Conselho Fiscal.
- f) Representar ativa e passivamente a **ASCOCAL**, em juízo e fora dele;
- g) Elaborar o plano anual de atividades da **ASCOCAL**;
- h) Verificar periodicamente o saldo de caixa;
- i) Acompanhar, juntamente com o **DIRETOR ADMINISTRATIVO**, as finanças da **ASCOCAL**.

Art. 52 - **DIRETOR ADMINISTRATIVO** compete interessar-se permanentemente pelo trabalho do Presidente e tesoureiro, substituindo-os em seus impedimentos inferiores a 90 (Noventa) dias;



Art. 53 – Compete ao **DIRETOR DE OPERAÇÕES**, entre outras, definidas em regimento interno, as seguintes atribuições: Secretariar os trabalhos e orientar a lavratura das atas das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral, responsabilizando-se pela guarda de livros, documentos e arquivos pertinentes.

Parágrafo Único – Os documentos e livros já mencionados neste artigo devem permanecer no escritório **ASCOCAL**, mais caso algum diretor necessite retirar livros ou documentos do escritório deve ser com o conhecimento dos demais diretores, além disso deve assinar uma cautela mencionando o referido documento ou livro.

Art. 54 – Ao **DIRETOR DE OPERAÇÕES** compete interessar-se permanentemente pelo trabalho do 1º Secretário, substituindo-os em seus impedimentos inferiores a 90 (Noventa) dias.

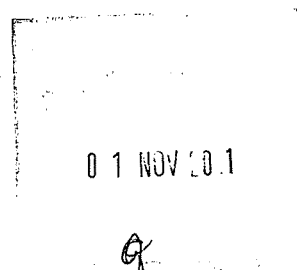
Art. 55 – Ao **DIRETOR ADMINISTRATIVO**, compete as seguintes atribuições: Assinar, juntamente com o Presidente, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações, bem como cheques bancários.

Art. 56 – É de competência do **DIRETOR DE OPERAÇÕES** interessar-se permanentemente pelo trabalho do **DIRETOR GERAL**, substituindo-os em seus impedimentos inferiores a 90 (Noventa) dias

Art. 57 - Os administradores, eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da **ASCOCAL**, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de desídia e omissão ou se agirem com culpa, dolo ou má fé.

§ 1º - A **ASCOCAL** responderá pelos atos a que se refere este artigo, se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

§ 2º - Os que participarem de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade, podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.





§ 3º - O membro da Diretoria que, em qualquer momento, tiver interesse oposto ao da **ASCOCAL**, não poderá participar das deliberações relacionadas com essa operação, cumprindo-lhe declarar seu impedimento.

§ 4º - Os componentes da Diretoria, do Conselho Fiscal ou outros, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

§ 5º - Sem prejuízo da ação que possa caber a qualquer associado, a **ASCOCAL**, por seus dirigentes, ou representada por associados escolhidos em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover a sua responsabilidade.

Art. 58 - Poderá a Diretoria criar comitês especiais, transitórios ou não, para estudar, planejar e coordenar a solução de questões específicas, relativas ao funcionamento da **ASCOCAL**.

b) ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

Art. 59 - As funções da Administração Executiva dos negócios sociais poderão ser exercidas por técnicos contratados, segundo a estrutura que for estabelecida pela Diretoria.

CAPÍTULO VII

DO CONSELHO FISCAL

Art. 60 - Os negócios e atividades da **ASCOCAL** serão fiscalizados assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal, constituído de **03 (Três) membros efetivos**, todos associados, **eleitos a cada 02 (Dois) anos** pela Assembléia Geral, sendo permitida a reeleição de **apenas 1/3 (um terço)** dos seus componentes.

§ 1º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no **artigo 45** deste estatuto.



§ 2º - Os associados não podem exercer cumulativamente cargos na Diretoria e nos Conselhos Fiscal e se houver, de Ética.

Art. 61 - O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada 02 (Dois) meses e extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação de **03 (Três)** dos seus membros.

§ 1º - Em sua primeira reunião, os conselheiros escolherão, entre si, um secretário para a lavratura de atas e um coordenador, este incumbido de convocar e dirigir as reuniões.

§ 2º - As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas, ainda, por qualquer de seus membros, por solicitação da Diretoria ou da Assembléia Geral.

§ 3º - Na ausência do Coordenador será escolhido um substituto, na ocasião, para dirigir os trabalhos.


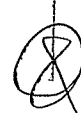
§ 4º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos.

Art. 62 - Ocorrendo 02 (Duas) ou mais vagas no Conselho Fiscal, a Diretoria convocará Assembléia Geral para eleger substitutos.

Art. 63 - Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da **ASCOCAL**, examinando livros, contas e documentos, cabendo-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

- a) conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa, verificando, inclusive, se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pela Diretoria;
- b) Verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da **ASCOCAL**.
- c) Examinar o montante das despesas e inversões realizadas estão de conformidade com os planos e decisões da Diretoria;


23

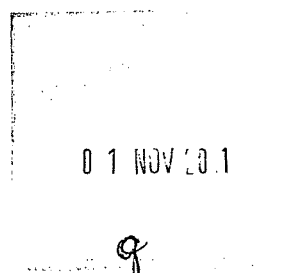
01 NOV 2011
 



- d) Verificar se as operações realizadas e produtos vendidos correspondem em volume, qualidade e valor às conveniências econômico-financeiras da **ASCOCAL**;
- e) Certificar-se se a Diretoria vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;
- f) Averiguar se existe reclamações dos associados quanto aos serviços prestados;
- g) Inteirar-se se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;
- h) Certificar-se se há exigências ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais ou administrativas;
- i) Averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância das regras próprias;
- j) Examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual da Diretoria, emitindo parecer sobre estes para a Assembléia Geral;
- k) Dar conhecimento a Diretoria das conclusões dos seus trabalhos e se for o caso denunciar, à Assembléia Geral as irregularidades constatadas e convocar Assembléia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes quando a diretoria se negar;
- l) Fiscalizando também o cumprimento do estatuto, Regimento Interno, Resoluções, Decisões de Assembléia Geral e da Diretoria.

§ 1º - Para o desempenho de suas funções, terá o Conselho Fiscal acesso a quaisquer livros, contas e documentos, de empregados, associados e outros, independente de autorização prévia da Diretoria.

24





§ 2º - Poderá o Conselho Fiscal ainda, com anuência da Diretoria e com autorização da Assembléia Geral, contratar o necessário assessoramento técnico especializado, correndo as despesas por conta da **ASCOCAL**.

CAPÍTULO VIII

DOS LIVROS E DA CONTABILIDADE

Art. 64 - A **ASCOCAL** deverá, além de outros, ter os seguintes livros: Com termos de abertura e encerramento subscritos pelo Presidente:

1. Matrícula;
2. Presença de associados nas Assembléias Gerais;
3. Atas das Assembléias;
4. Atas da Diretoria;
5. Atas do Conselho Fiscal;
6. Livros Fiscais;
7. Livros Contábeis.

Parágrafo único - É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas, devidamente numeradas.

Art. 65 - No Livro de Matrícula os associados serão inscritos por ordem cronológica de admissão dele constando:

- a) O nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência dos associados;
- b) A data de sua admissão, e quando for o caso, de seu desligamento, eliminação ou exclusão;
- c) A conta corrente das respectivas mensalidades e se houver de taxas administrativas.

01 NOV 2011

9



CAPÍTULO IX

DO BALANÇO GERAL, DESPESAS, SOBRAS, PERDAS E FUNDOS

Art. 66 - A apuração dos resultados do exercício social e o levantamento do balanço geral serão realizados no dia 31 (Trinta e um) de Dezembro de cada ano.

Art. 67 - Os resultados serão apurados segundo a natureza dos eventos, pelo confronto das respectivas receitas com as despesas diretas e indiretas.

§ 1º - As despesas administrativas serão rateadas na proporção das operações, sendo os respectivos montantes computados nas apurações referidas neste artigo.

§ 2º - A Assembléia poderá criar fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação aplicação e liquidação.

§ 3º - Os resultados negativos serão rateados entre os associados, na proporção das ações de cada um realizado com a **ASCOCAL**

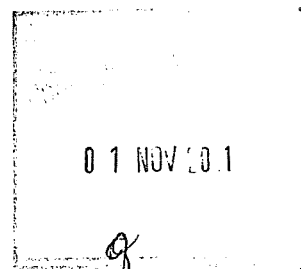
§ 4º - As sobras líquidas verificadas no exercício, depois de reduzidas as taxas para fundos Regimentais e legais, serão rateados entre seus associados, proporcionalmente às ações e serviços realizados pelos mesmos no período, salvo outra deliberação da Assembléia Geral.

CAPÍTULO X

DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 68 - A **ASCOCAL** se dissolverá de pleno direito:

- a) Quando assim deliberar a Assembléia Geral, desde que os associados, totalizando o número mínimo de **2/3 (dois terços) dos associados presentes**, com direito a voto, não se disponham a assegurar a continuidade da **ASCOCAL**;
- b) Devido à alteração de sua forma jurídica;





Art. 69 - Quando a dissolução for deliberada pela Assembléia Geral, esta nomeará um ou mais liquidantes e um Conselho Fiscal de 03 (Três) membros para proceder à liquidação.

Art. 70 - Quando a dissolução da **ASCOCAL** não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas no **Art. 66**, essa medida poderá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer associado.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 71 - Este Estatuto poderá ser alterado ou reformado a qualquer tempo, no todo ou em parte, desde que sua proposta de alteração seja apresentada, pela **Diretoria**, ou por 2/3 (Dois terços) dos associados ativos e em dias com suas obrigações Estatutárias analisada e posteriormente ser apreciada e votada pela Assembléia Geral;

Art. 72 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais.

- a) Este Estatuto foi apresentado, analisado, esclarecido, apreciado e aprovado em Assembléia de Constituição realizada em 20 de março de 2008 a Entidade, lutando pelo seu engrandecimento;
 - b) Trabalhar em prol dos objetivos da sociedade, respeitando os dispositivos estatutários, zelando pelo bom nome da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO -**ASCOCAL**;
 - c) Satisfazer pontualmente os compromissos que contraiu com a Entidade;
 - d) Observar na sede da Instituição ou onde a mesma se faça representar as normas de boa educação e disciplina;
 - e) Acatar as decisões da Diretoria.
-
- a) documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;



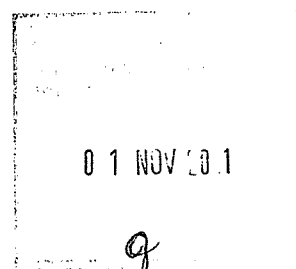
- b) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Art. 73 - O Conselho Fiscal, é composto por associado da ASCOCAL, eleito em Assembleia geral para mandato igual ao da Diretoria, sendo quatro membros efetivos e um suplente, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade, obdecendo o disposto no parágrafo 2º do Art. 12.

Parágrafo único - O Conselho Fiscal deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 74 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendun de, no mínimo , um décimo de associados aptos a votar.





§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 75 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 76 - O Patrimônio e Receita da ASCOCAL será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades



comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 77 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim,

sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 78 - A dissolução da ASCOCAL ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 79 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

01 NOV 2011

ESTATUTO ASCOCAL



Art.80- O presente estatuto foi aprovado na AG de 20/03/2008 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas alterações por que passar.,

Lourenço 20 de março de 2008.



Renato Alves dos Santos Piaba

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA
DIRETOR GERAL
CPF: 006.890.822-90



José Ribamar Perreira
JOSÉ RIBAMAR PERREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 229.206.122-06



Marcia Maria Gomes de Oliveira
MARCIA MARIA GOMES DE OLIVEIRA
DIRETORA DE OPERAÇÕES
CPF: 774.616.572-91



1º Ofício de Notas da Comarca de Calçoene
AMAPÁ - BRASIL

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) de
Renato Alves dos Santos Piaba
José Ribamar Perreira
Marcia Maria Gomes de Oliveira
referido e verdade, dou fé.
Calçoene - AP, 04/04/2008

Maisa Lopes Costa
CPF 816.364.113-15
OFICIAL E TABELIA
E TABELIA

Registro de Pessoas Jurídicas
Comarca de Calçoene - AP

Protocolado sob o Nº 120-u

Livro A No 01-u, registrado sob

Nº 040-1, no Livro A No 02-u

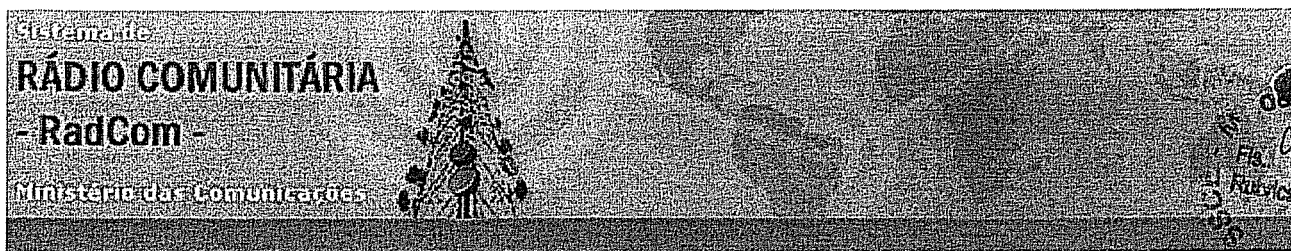
Em 04 de 04, 2008.

Calçoene - AP 04 de 04 de 2008

Maisa Lopes Costa
OFICIAL

Dr. Charles Calvo
Adv. OAB - 4.8 AP

01 NOV 201



Lista de Resultados - Processos

UF	Localidade	Aviso	No. Processo	Entidade / Representante	St.
AP	Calcoene	27	53000.017189/08	09.469.601/0001-12 - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO CALÇOENE 006.890.822-90 - Renato Alves dos Santos Piaba	EM ANÁLISE INICIAL
AP	Calcoene	27	53000.046560/04	06.033.673/0001-24 - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO DISTRITO DE LOURENÇO - ASCON 097.459.982-49 - Valdira Alves de Oliveira Rodrigues	CONCLUÍDO ARQUIVADO 228
AP	Calcoene	13	53720.000473/99	02.851.729/0001-05 - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE CALÇOENE 026.399.632-87 - Carlos Lemos de Araújo	CONCLUÍDO ARQUIVADO 228
AP	Calcoene	13	53720.000542/99	03.321.005/0001-04 - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CALÇOENE 241.459.632-53 - Cláudio Jânio dos S. Farias	CONCLUÍDO ARQUIVADO 228
AP	Calcoene	13	53720.000642/01	04.702.854/0001-70 - ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CALÇOENE FM 021.088.872-53 - Maria da Providência de Veiga Cabral	CONCLUÍDO ARQUIVADO 228
AP	Calcoene	13	53720.000652/01	04.718.826/0001-41 - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE CALÇOENE - ASSOCAL 732.484.362-04 - Luiza Gomes do Nascimento	FASE LICENCIAMENTO DECRET

6 itens.

01 NOV 2011

9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.017189/08 Localidade/UF: Calcoene/AP
Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO CALÇOENE
Aviso: 29 Publicação: 28/03/2008 Prazo: 12/05/2008 Canal: 200

COORDENADAS

	Proposta (A)	IBGE (B)
Latitude:	02N2018	02N2951
Longitude	51W3640	50W5655

DISTÂNCIA

Distância A:B 75.72
(IBGE)

Processo

1.	Entregou documentação tempestivamente?	Sim
2.	Endereço da Antena Proposta	
Av. José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço		
2.1.	Endereço do Studio	
Av. José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço		
3.	Relação de concorrentes (d <= 4000 m)	

4.	Dependentes ordenados pela precedência do aviso de inscrição (d < 4000 m)
----	---

5.	Conclusão com base na análise dos distanciamentos do mesmo canal	VIÁVEL
6.	A estação situa-se em município de Faixa de Fronteira?	Sim
7.	Declaração do representante legal da entidade relativa ao item 6.7, IX da Norma 02/98.	
8.	Apresenta planta de arruamento que atende ao item 6.7, X da Norma 02/98?	

9.	A área urbana da localidade é <= 3,5 km?	Sim
10.	Endereço da Sede Administrativa da Emissora	

Av. José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço

11.	Este endereço está sediado na área da comunidade para qual a emissora pretende prestar o serviço?	Sim
-----	---	-----

12.	Conclusão da Análise	
-----	----------------------	--

Em relação a primeira análise técnica, o processo encontra-se instruído .
**** Não tem concorrente.

01 NOV 2008

Regina Aparecida Monteiro
(Analista)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DESPACHO INICIAL – PARTICIPANTE DE AVISO

PROCESSO: 53.000.017.189-08

LOCALIDADE: Calçoene - AP

ENTIDADE: Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço - ASCOCAL

Aviso: 25 Publicação no DOU do dia: 05.12.2007 Prazo expirou em: 02.03.2008.

DESPACHO JURÍDICO

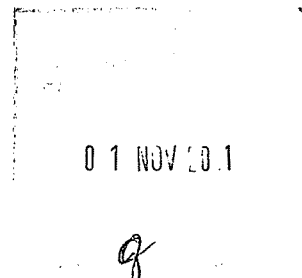
Frente a análise inicial da documentação encaminhada pela requerente em atendimento ao Aviso de habilitação acima especificado, constatou-se que a entidade:

Da análise dos atos constitutivos da entidade, mais especificamente dos artigos 14, 19 e 67, §3º e §4º do Estatuto Social, observou-se que a Requerente não satisfaz aos requisitos para a execução do serviço de Radiodifusão Comunitária, vez que não se caracteriza como associação comunitária sem fins lucrativos, em infringência aos artigos 1º e 7º da Lei 9.612/98.

Face ao exposto, o processo será arquivado e a entidade será oficiada sobre a possibilidade de apresentação de pedido de reconsideração.

Brasília, 29 de julho de 2008.

Analista Responsável / Siape: 1323593



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

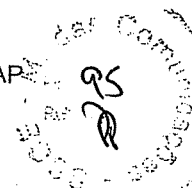
Número: 53000.017189/08 Localidade/UF: Calcoene/AP
 Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO CALÇOENE
 Aviso: 27 Publicação: 28/03/2008 Prazo: 12/05/2008 Canal: 200

Processo						
1.	A Entidade é uma:	Não se Aplica				
2.	Requerimento de Solicitação?	Sim				
Fls. 01.						
3.	A Entidade tem por objetivo a execução de Serviço de Radiodifusão?	Sim				
Art. 2 do Estatuto Social às fls. 61 dos autos.						
4.	O Estatuto e Atas estão registrados no órgão competente?					
A Ata de Fundação (fls. 41-45) e o Estatuto Social (fls. 60-89) estão devidamente registrados no livro "A" do RPJ.						
5.	Os Estatutos ou Atos Constitutivos da entidade atendem o Art 11º da Lei nº 9.612?	Sim				
Não há indícios de vinculação com outras entidades.						
6.	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República?	Não				
7.	Manifestações de apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área retendida para a prestação do Serviço ou, no caso de localidades cuja área urbana estiver circunscrita a um círculo com raio menor ou igual a 3,5 Km, sediadas na área urbana da localidade, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou	Sim				
fls. 25-31, sendo 9 válidas.						
8.	Declaração, assinada pelo representante legal, constando, se for o caso, a denominação de fantasia da entidade?	Sim				
Fls. 03 "ASCOCAL"						
9.	Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso?	Sim				
Fls. 03.						
10.	Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço de Radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de canais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados?	Sim				
Fls. 03.						
11.	Nº de Inscrição no CNPJ(CGC)?	Sim				
Fls. 33, insc. nº 09.469.601/0001-12.						
12.	Quadro Diretivo da Associação ou Fundação	Mandato: 4 anos/art.47		Validade: 20/03/2012		
	Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao
	Renato Alves dos Santos Piaba	006.890.822-90	Dir. Geral	Sim	Sim	Sim
	José Ribamar Pereira	299.206.222-00	Dir. Administ.	Sim	Sim	Sim
	Márcia Maria Gomes de Oliveira	774.616.572-91	Dir. Operações	Sim	Sim	Sim
Comprovante do recolhimento da taxa: fls. 02;						
Decl. endereço da sede: fls. 03 - Av. José Lourenço, 1288, Distrito de Lourenço;						
Decl. não possui vínculos: fls. 03;						
Relação de associados: fls. 40, no entanto, não satisfaz exigência legal.						

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.017189/08 Localidade/UF: Calcoene/AP
Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO CALÇOENE
Aviso: 27 Publicação: 28/03/2008 Prazo: 12/05/2008 Canal: 200



13. Conclusão da Análise

Da análise do estatuto social, mais especificamente nos artigos 14, 19 e 67, §3º e §4º observa-se que a Requerente não satisfaz aos requisitos para a execução do serviço de Radiodifusão Comunitária, vez que não se caracteriza como associação comunitária sem fins lucrativos. Face ao exposto, o processo está sendo arquivado com base nos artigos 1º e 7º da Lei 9.612/98.

É o relatório.

À consideração superior.

Sibela Leandra Portella Matias
(Analista)

01 NOV 2008



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DESPACHO ARQUIVAMENTO Subitem 9.7.1 da Norma 01/2004

PROCESSO: 53.000.017.189-08

LOCALIDADE: Calçoene - AP

ENTIDADE: Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço - ASCOCAL

Considerando a análise realizada no processo n.º 53.000.017.189-08 na localidade de **Calçoene - AP**, relativo ao requerimento de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, constatou-se a necessidade de **ARQUIVAMENTO** dos autos pelos seguintes fatos e fundamentos:

Da análise dos atos constitutivos da entidade, mais especificamente dos artigos 14, 19 e 67, §3º e §4º do Estatuto Social, observou-se que a Requerente não satisfaz aos requisitos para a execução do serviço de Radiodifusão Comunitária, vez que não se caracteriza como associação comunitária sem fins lucrativos, em infringência aos artigos 1º e 7º da Lei 9.612/98.

Em face do exposto a entidade deverá ser **comunicada acerca do arquivamento mediante ofício enviado por AR Postal**, resguardando-se o direito da mesma ingressar com "pedido de reconsideração" no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme disposto nos subitens 9.7.2, 9.7.3 e 9.7.4 e alíneas da Norma Complementar 01/2004. Decorrido esse prazo a documentação encaminhada será considerada intempestiva.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica, conforme determina o subitem 9.7.1 da Norma Complementar 01/2004.

Brasília, 18 de agosto de 2008.

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

De acordo Determino o arquivamento dos autos pelos fatos e fundamentos acima dispostos.

Brasília, 18 de agosto de 2008.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações
97
R

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 3º andar - anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 3311-6177 – Fax: (61) 311-6617

Ofício nº 5886 /2008/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, 18 de agosto de 2008.

Ao Senhor

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA

Associação Comunitária dos Moradores do Lourenço - ASCOCAL
Av. José Lourenço, 1289
68970-000 – Calçoene - AP

Assunto: **Arquivamento do processo**

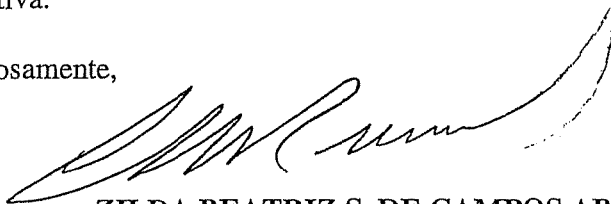
Senhor Representante,

Tendo em vista a análise realizada no processo n.º 53.000.017.189-08 na localidade de **Calçoene - AP**, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária e considerando a documentação já apresentada pela requerente, cumpre-nos informar que o mesmo foi **ARQUIVADO** pelo fato e fundamento a seguir:

Da análise dos atos constitutivos da entidade, mais especificamente dos artigos 14, 19 e 67, §3º e §4º do Estatuto Social, observou-se que a Requerente não satisfaz aos requisitos para a execução do serviço de Radiodifusão Comunitária, vez que não se caracteriza como associação comunitária sem fins lucrativos, em infringência aos artigos 1º e 7º da Lei 9.612/98.

Em face do exposto, comunicamos que o mencionado Processo se encontra arquivado no Ministério das Comunicações em Brasília e ainda, a entidade tem direito a ingressar com “pedido de reconsideração” no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme disposto nos subitens 9.7.3 e 9.7.4 e alíneas da Norma Complementar 01/2004. Decorrido esse prazo a documentação encaminhada será considerada intempestiva.

Atenciosamente,



ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

01 NOV 2008



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

INFORMAÇÃO Nº 139 /REC/2009-RADCOM/DOS/SSCE/MC - ALR

- **REFERÊNCIA:** Processo nº 53000.017189/08.
- **OBJETO:** Requerimento de Outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
- **INTERESSADO:** Associação Comunitária dos Moradores do Lourenço - ASCOCAL, na localidade de Calçoene, Estado de Amapá.
- **ASSUNTO:** Solicitação para Reconsideração da decisão proferida no ofício nº5886/08, datado de 18/08/2008, cuja análise resultou na constatação de improcedência do pedido formulado pela requerente acima mencionada.

01 NOV 2011

I - INTRODUÇÃO

1. A Associação Comunitária dos Moradores do Lourenço - ASCOCAL, qualificada nos autos do processo em referência, apresentou **Pedido de Reconsideração**, trazendo em sua petição o embasamento que julgou suficiente para sustentar a motivação de seu requerimento, buscando manter sua participação no Aviso de Habilitação, publicado no DOU do dia 28/03/08 (27º Aviso), que teve por objetivo convocar as interessadas na autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de interesse.

2. Após o esgotamento do prazo para apresentação da documentação legal exigida e considerando a capacidade administrativa do Departamento de Outorga de Serviços, foi realizado o exame dos documentos constantes dos autos do processo em referência, constatando-se a necessidade de arquivamento dos autos, diante da impossibilidade de saneamento, vez que a entidade não se caracteriza

DM

como de natureza comunitária, tal constatação advém da leitura dos artigos 14, 19 e 67 parágrafos 3º e 4º do seu Estatuto Social, infringindo ao disposto nos artigos 1º e 7º da Lei nº 9.612/98.

3. Diante da inconformidade com o arquivamento a entidade desenvolveu sua petição, no intuito de revisão da decisão, alegando os seguintes fatos, aqui dispostos de forma resumida: que solicita o desarquivamento do processo.

II - FUNDAMENTOS LEGAIS/COMENTÁRIOS

4. Como se observa, as alegações da requerente se fundamentam na necessidade de revisão do processo que objetiva a autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária naquela localidade.

5. Tais alegações merecem as seguintes considerações:

I - muito embora a requerente tenha solicitado a reconsideração da decisão que arquivou o processo, considerando a documentação apresentada inicialmente, constatou-se pela leitura dos artigos 14, 19 e 67 parágrafos 3º e 4º do seu Estatuto Social que a entidade não se **caracteriza como de natureza comunitária nos moldes do que estabelece a legislação específica para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária**, conforme já mencionado no ofício de arquivamento do processo nº5886/08 datado de 18/08/2008, infringindo ao disposto nos artigos 1º e 7º da Lei nº 9.612/98.

II - Deste modo, comunicamos que não há possibilidade de acatamento do pedido, em razão da descaracterização da entidade à época da apresentação dos documentos, fato que não pode ser alterado simplesmente com a modificação do Estatuto, desta forma, conforme acima relatado e devidamente fundamentado, permanece inalterada a decisão de arquivamento dos autos deste processo.

6. Objetivamente, as razões trazidas pela entidade, com o intuito de ver alterada a decisão deste Departamento que arquivou o processo em questão, podem ser consideradas improcedentes, vez que a entidade não tem caráter comunitário inviabilizando a continuidade da análise.

01 NOV 2011

III – CONCLUSÃO

7. Pelo que se depreende da matéria e por todo o exposto, conclui-se que o pedido:

- não deverá ser acatado, diante da improcedência das alegações aduzidas, permanecendo os autos arquivados levando, conseqüentemente, à tramitação dos autos para o arquivo.

8. Desta forma encaminhamos estas informações, sugerindo a apreciação do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços e da Sra. Secretária de

SSCE - M. das Comunicações
130
RE
1
SE
130

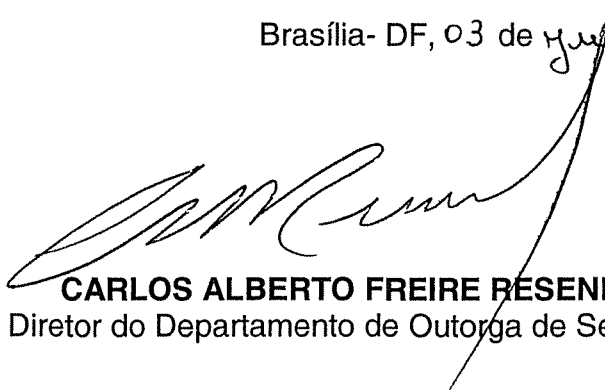
Serviços de Comunicação Eletrônica, para posterior envio de comunicado da decisão à requerente através de ofício acompanhado de AR Postal.

Brasília- DF, 03 de junho de 2009.


ALBA LUCIA RODRIGUES
Chefe de Serviço
SIAPE 94001

De acordo com o Despacho e Decisão.

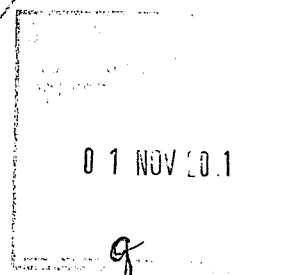
Brasília- DF, 03 de junho de 2009.


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

De acordo com a Decisão.

Brasília- DF, 03 de junho de 2009.


ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
Departamento de Outorga de Serviços

Esplanada dos Ministérios, Bloco R – Anexo-B, Sala – 300
CEP 70044-900 – Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6000 – Correio Eletrônico: radio.tv@mc.gov.br

Ofício n.º 126 /09/REC/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília- DF, 03 de junho de 2009.

Ao Senhor

Renato Alves dos Santos Piaba

Associação Comunitária dos Moradores do Lourenço - ASCOCAL

Av. José Lourenço, 1289

68970-000 - Calçoene - Amapá

Assunto: **Comunicado de decisão relativa ao pedido de reconsideração**

Senhor Representante,

Diante da análise do pedido de reconsideração apresentado pela parte interessada, **Associação Comunitária dos Moradores do Lourenço - ASCOCAL**, na localidade de **Calçoene/AP**, relativamente à documentação contida nos autos do processo nº **53000.017189/08**, comunicamos o que se segue.

A decisão proferida por meio do ofício nº5886/08, datado de 18/08/2008, refere-se à análise inicialmente efetuada diante da documentação constante nos autos do citado processo. Ocorre que o motivo que ocasionou o arquivamento do processo foi examinado, face a apresentação de pedido de reconsideração.

No entanto o pedido não foi acatado, frente às seguintes considerações:

1 - muito embora a requerente tenha solicitado a reconsideração da decisão que arquivou o processo, considerando a documentação apresentada inicialmente, constatou-se pela leitura dos artigos 14, 19 e 67 parágrafos 3º e 4º do seu Estatuto Social que a entidade não se **caracteriza como de natureza comunitária nos moldes do que estabelece a legislação específica para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária**, conforme já mencionado no ofício de arquivamento do processo nº5886/08 datado de 18/08/2008, infringindo ao disposto nos artigos 1º e 7º da Lei nº 9.612/98.

2 - Deste modo, comunicamos que não há possibilidade de acatamento do pedido, em razão da descaracterização da entidade à época da apresentação dos documentos, fato que não pode ser alterado simplesmente com a modificação do Estatuto, desta forma, conforme acima relatado e devidamente fundamentado, permanece inalterada a decisão de arquivamento dos autos deste processo.

01 NOV 2009

9

CE-M. das Com.
132
4
SCE-SS

Face o exposto, informamos que a decisão que promoveu o arquivamento do processo não pôde ser reconsiderada e, caso seja de seu interesse, a Entidade poderá apresentar Recurso Administrativo endereçado ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações no prazo de 30 dias, contados do recebimento deste Ofício, encaminhado com AR postal. Desta forma, comunicamos que o processo será remetido ao arquivo.

Atenciosamente,


ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

01 NOV 2011

g

27° ARQ

Calçorne AP

133
1
M. das Comunicações
S. 022

**ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO
LOURENÇO-ASCOCAL**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 043237/2009-98

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

09/09/2009-16:15

Seles

Lourenço - AP, 08 de setembro de 2009

Senhor Ministro ,

Por lamentável equívoco desta **Associação da Rádio Comunitária dos Moradores do Lourenço - ASCOCAL**, que apresentou o Estatuto Social com a finalidade contrária a sua natureza, o processo foi arquivado.

Outrossim, informo, que a entidade já fez as mudanças necessárias em seu Estatuto Social, com intuito de adequar-se a legislação específica para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Portanto dentro das exigências do referido serviço.

Assim, considerando ter sido corrigido o lamentável equívoco desta Associação, solicitamos o desarquivamento do **Processo nº 53000.017189/08**, para seu regular andamento.

Na certeza de contar com a especial atenção de Vossa Excelência, renovo protesto da mais alta estima e distinta consideração.

Renato Alves dos Santos
RENATO ALVES DOS SANTOS

CPF nº 006.890.822-90

Diretor Geral

01 NOV 2011

Exmo. Sr.
Ministro Hélio Costa
Ministro das Comunicações
Brasília - DF

DOCUMENTO ANEXADO
NESTA DATA

17/09/2009
Seles



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

DESPACHO INICIAL

PROCESSO: 53000.017189/2008

LOCALIDADE: Calçoene - AP

ENTIDADE: Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço - ASCOCAL

Estatuto Social, devidamente registrado: O estatuto não esta registrado e a certidão não descreve as alterações, só menciona a averbação. Fl. 127 - Estatuto. Fls. 99 a 110.

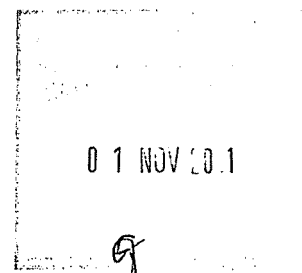
Ata de constituição da entidade e Ata de eleição, devidamente registradas: Fls. 41 a 45

Atual endereço da Sede: Av. José Lourenço nº 1288, Distrito de Lourenço – Fl. 03

Declaração, constando a denominação de fantasia: ASCOCAL – Fl. 03

Diretoria com mandato até: 20/03/2012 – Fl. 43

Mandato: 04 ANOS



Nova diretoria:

Eleita em Ata de 20/03/2008, devidamente registrada, e quadro diretivo com mandato até 20/03/2012.

Se encontra abaixo descrita (cargos –art. do estatuto):

Cargo	Nome	MAIOR./NA C. OU EMANCIP.	DEC. DE FIEL CUMPR
Diretor Geral	RENATO ALVES DOS SANTOS	Fls. 09	Fls. 04
Diretor Administrativo	JOSÉ RIBAMAR PEREIRA	Fls. 12	Fls. 04
Diretor de Operações	MARCIA MARIA GOMES OLIVEIRA	Fls. 08	Fls. 04

[Assinatura]

DECLARAÇÕES

Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou maiores de dezoito anos: Fls. 08, 09 e 12

Declaração, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade: Fl. 03

Declaração, comprometendo-se ao fiel cumprimento: Fl. 04

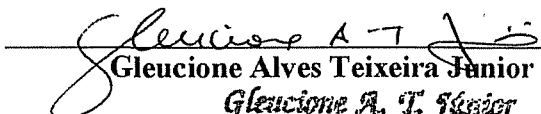
Declaração, de que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço: Fl. 03

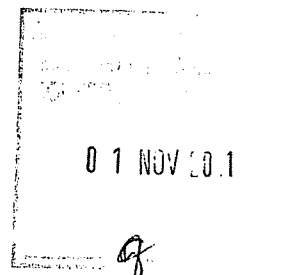
Comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas de cadastramento: Fl. 02.

DESPACHO JURÍDICO:

Diante da documentação apresentada e analisada o processo **encontra-se viável**, devendo a entidade encaminhar novamente cópia do estatuto e ata de reunião devidamente registradas, visto que as certidões apresentadas não descrevem as alterações realizadas.

Brasília, 18 de setembro de 2009.


Gleucione Alves Teixeira Junior
Gleucione A. T. Júnior
Mat. 16.23 .417
Coordenador de Radiodifusão Comunitária
CORAC/CGEO/DEOC/SCE





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

INFORMAÇÃO Nº 278 /REC/2009-RADCOM/DOS/SSCE/MC - ALR

- **REFERÊNCIA:** Processo nº 53000.017189/08.
- **OBJETO:** Requerimento de Outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
- **INTERESSADO:** Associação Comunitária dos Moradores do Lourenço - ASCOCAL, na localidade de Calçoene, Estado de Amapá.
- **ASSUNTO:** Solicitação para Reconsideração da decisão proferida no ofício nº5886/08, datado de 18/08/2008, cuja análise resultou na constatação de procedência do pedido formulado pela requerente acima mencionada.

01 NOV 2011

I - INTRODUÇÃO

1. A **Associação Comunitária dos Moradores do Lourenço - ASCOCAL**, qualificada nos autos do processo em referência, apresentou **Pedido de Reconsideração**, trazendo em sua petição o embasamento que julgou suficiente para sustentar a motivação de seu requerimento, buscando manter sua participação no Aviso de Habilitação, publicado no DOU do dia 28/03/08 (27º Aviso), que teve por objetivo convocar as interessadas na autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de interesse.

2. Após o esgotamento do prazo para apresentação da documentação legal exigida e considerando a capacidade administrativa do Departamento de Outorga de Serviços, foi realizado o exame dos documentos constantes dos autos do

Alb



processo em referência, constatando-se a necessidade de arquivamento dos autos, diante da impossibilidade de saneamento, vez que a entidade não se caracteriza como de natureza comunitária, tal constatação advém da leitura dos artigos 14, 19 e 67 parágrafos 3º e 4º do seu Estatuto Social, infringindo ao disposto nos artigos 1º e 7º da Lei nº 9.612/98.

3. Diante da inconformidade com o arquivamento a entidade desenvolveu sua petição, no intuito de revisão da decisão, alegando os seguintes fatos, aqui dispostos de forma resumida: que solicita o desarquivamento do processo.

II - FUNDAMENTOS LEGAIS/COMENTÁRIOS

4. Como se observa, as alegações da requerente se fundamentam na necessidade de revisão do processo que objetiva a autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária naquela localidade.

5. Tais alegações merecem as seguintes considerações:

I - a requerente solicitou a reconsideração da decisão que arquivou o processo, a qual este Ministério comunica o deferimento do pedido, em razão do Despacho de fls. 134/135, podendo dar prosseguimento análise dos autos, alterando, assim, o motivo que culminou no seu arquivamento.

6. Objetivamente, as razões trazidas pela entidade, com o intuito de ver alterada a decisão deste Departamento que arquivou o processo em questão, podem ser consideradas procedentes, em razão do Despacho de fls. 134/135, podendo dar prosseguimento à análise do processo.

III - CONCLUSÃO

7. Pelo que se depreende da matéria e por todo o exposto, conclui-se que o pedido:

- deverá ser acatado, diante da procedência das alegações aduzidas, ocorrendo a revisão do ato de arquivamento proferido por meio do ofício indicado no preâmbulo levando, conseqüentemente, à regular tramitação dos autos para a equipe responsável pela análise dos processos, para que se proceda à averiguação de possíveis pendências a serem cumpridas pela requerente para o saneamento da documentação constante dos mesmos.

8. Desta forma encaminhamos estas informações, sugerindo a apreciação do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços e da Sra.

Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, para posterior envio de comunicado da decisão à requerente através de ofício acompanhado de AR Postal.

Brasília- DF, 29 de setembro de 2009.


ALBA LUCIA RODRIGUES
Chefe de Serviço
SIAPE 94001


De acordo com o Despacho e Decisão.

Brasília- DF, 29 de setembro de 2009.


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

De acordo com a Decisão.

Brasília- DF, 29 de setembro de 2009.


ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

01 NOV 2011



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
Departamento de Outorga de Serviços

Esplanada dos Ministérios, Bloco R – Anexo-B, Sala – 300
CEP 70044-900 – Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6000 – Correio Eletrônico: radio.tv@mc.gov.br

Ofício n.º 240 /09/REC/RADCOMDOS/SSCE-MC

Brasília- DF, 29 de Setembro de 2009.

Ao Senhor

Renato Alves dos Santos Piaba

Associação Comunitária dos Moradores do Lourenço - ASCOCAL

Rua José Lourenço, 1289

68970-000 - Calçoene - AP

Assunto: **Comunicado de decisão relativa ao pedido de reconsideração**

Senhor Representante,

Diante da análise do pedido de reconsideração apresentado pela parte interessada, **Associação Comunitária dos Moradores do Lourenço - ASCOCAL**, na localidade de **Calçoene/AP**, relativamente à documentação contida nos autos do processo nº **53000.017189/08**, comunicamos o que se segue.

A decisão proferida por meio do ofício nº5886/08, datado de 18/08/2008, refere-se à análise inicialmente efetuada diante da documentação constante nos autos do citado processo. Ocorre que o motivo que ocasionou o arquivamento do processo foi revisto, face a apresentação de pedido de reconsideração e anexação de nova documentação, considerado procedente.

Face o exposto, informamos que **a decisão que promoveu o arquivamento do processo foi reconsiderada**, devendo a Entidade aguardar a finalização do exame dos documentos constantes dos autos do processo, que por sua vez foi tramitado para a equipe responsável pela análise, para que se proceda à averiguação de possíveis pendências a serem atendidas pela requerente para o saneamento da documentação constante dos autos.

Atenciosamente,


ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

01 NOV 2011



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PROCESSO: 53000.017189/2008

LOCALIDADE: Calçoene - AP

ENTIDADE: Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço

Estatuto Social, devidamente registrado: O estatuto não está registrado e a certidão não descreve as alterações, só menciona a averbação. Fl. 127 - Estatuto. Fls. 99 a 110.

Ata de constituição da entidade e Ata de eleição, devidamente registradas: Fls. 41 a 45

Atual endereço da Sede: Av. José Lourenço nº 1288, Distrito de Lourenço – Fl. 03

Declaração, constando a denominação de fantasia: ASCOCAL – Fl. 03

Diretoria com mandato até: 20/03/2012 – Fl. 43

Mandato: 04 ANOS

Nova diretoria:

Eleita em Ata de 20/03/2008, devidamente registrada, e quadro diretivo com mandato até 20/03/2012.

Se encontra abaixo descrita (cargos –art. do estatuto):

Cargo	Nome	MAIOR/NA C. OU EMANCIP.	DEC. DE FIEL CUMPR
Diretor Geral	RENATO ALVES DOS SANTOS	Fls. 09	Fls. 04
Diretor Administrativo	JOSÉ RIBAMAR PEREIRA	Fls. 12	Fls. 04
Diretor de Operações	MARCIA MARIA GOMES OLIVEIRA	Fls. 08	Fls. 04



DECLARAÇÕES

Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou maiores de dezoito anos: Fls. 08, 09 e 12

Declaração, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade: Fl. 03

Declaração, comprometendo-se ao fiel cumprimento: Fl. 04

Declaração, de que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço: Fl. 03

Comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas de cadastramento: Fl. 02.

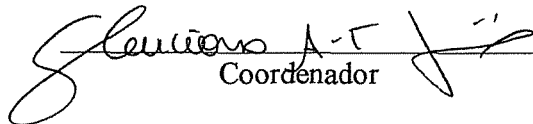
DESPACHO DE EXIGÊNCIAS JURÍDICAS

A análise da documentação apresentada indica as seguintes pendências:

DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA:

1 - Considerando as alterações estatutárias realizadas aos 15/01/2009, a entidade deverá comprovar a devida averbação das mesmas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja no Livro A do Registro de Pessoas Jurídicas ou microfilmado em Pessoas Jurídicas, conforme o caso, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação;

Brasília, 30 de setembro de 2009.


Coordenador

01 NOV 2009

9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.017189/08 Localidade/UF: Calcoene/AP
Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO CALÇOENE
Aviso: 29 Publicação: 28/03/2008 Prazo: 12/05/2008 Canal: 200



COORDENADAS		
	Proposta (A)	IBGE (B)
Latitude:	02N2018	02N2951
Longitude	51W3640	50W5655

DISTÂNCIA	
Distância A:B (IBGE)	75.72

Processo	
1.	Entregou documentação tempestivamente? Sim
2.	Endereço da Antena Proposta Av. José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço
2.1.	Endereço do Studio Av. José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço
3.	Relação de concorrentes (d <= 4000 m)

4.	Dependentes ordenados pela precedência do aviso de inscrição (d < 4000 m)
----	---

5.	Conclusão com base na análise dos distanciamentos do mesmo canal	VIÁVEL
6.	A estação situa-se em município de Faixa de Fronteira?	Sim
7.	Declaração do representante legal da entidade relativa ao item 6.7, IX da Norma 02/98.	
8.	Apresenta planta de arruamento que atende ao item 6.7, X da Norma 02/98?	
9.	A área urbana da localidade é <= 3,5 km?	Sim
10.	Endereço da Sede Administrativa da Emissora Av. José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço	
11.	Este endereço está sediado na área da comunidade para qual a emissora pretende prestar o serviço?	Sim
12.	Conclusão da Análise	
Em relação a primeira análise técnica, o processo encontra-se instruído .Pedir projeto técnico . **** Não tem concorrente.		

Regina Aparecida Monteiro
(Analista)

01 NOV 2009

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

ANÁLISE DE ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS

Referente Ofício nº _____/0 ____/RADCOM/DOS/SSCE-MC de ____/____/____

Processo nº 53.000.017.189/08 Localidade: Calçoene/AP

Entidade: _____

- () única entidade no local ou;
() com concorrentes: () arquivado(s), () em análise, () em exigência, () instruído

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS:

- () Cumpridas integralmente – Processo instruído (1ª Fase).
() Cumpridas parcialmente, restando a apresentação da seguinte documentação abaixo descrita:
() Cumpridas integralmente – Processo instruído (2ª Fase) – ENTIDADE HABILITADA

Observações: Pedir projeto técnico

Brasília, 30, 09, 09

Analista responsável: [Assinatura]

SIAPÉ: 1320758

EXIGÊNCIAS JURÍDICAS:

- () Cumpridas integralmente
() Cumpridas parcialmente, restando a apresentação da seguinte documentação:

Observações:

Vide Fls. 140 e 141.

01 NOV 2011

g

* CONTINUAÇÃO – VERSO →

SEDE: Fls. ____ - ____

DENOMINAÇÃO FANTASIA: FLS. _____ - _____

DENOMINAÇÃO:

CNPJ - FLS.

ESTATUTO SOCIAL - FLS.

ATA DE FUNDAÇÃO/CONSTITUIÇÃO – FLS.

ATA DE ALTERAÇÃO/DEFINIÇÃO DA DENOMINAÇÃO – FLS.

DIRETORIA: VÁLIDA ATÉ: ____/____/____ **MANDATO:** ____ ANOS – ART. ____

MEMBROS FLS.

Brasília, ____/____/____

Analista responsável: _____

SLAPE:



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 3º andar - anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 3311-6177 – Fax: (61) 311-6617

Ofício nº 5075 /2009/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, 30 de setembro de 2009.

Ao Senhor

Renato Alves dos Santos Piaba

Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço
Av. José Lourenço nº 1288, Distrito de Lourenço / AP
68970-000 – Calçoene / AP

DOCUMENTO ANEXADO
NESTA DATA

06/10/09

Claudio

Assunto: **Solicitação de Documentação**

Senhor Representante,

Tendo em vista a análise realizada no processo n.º 53000.017189/2008, na localidade de **Calçoene / AP**, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária e considerando a documentação já apresentada pela requerente, solicitamos a V. Sª que sejam enviados os seguintes documentos:

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:

A documentação elencada no **subitem 12.1 e suas alíneas** da Norma Complementar 01/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23/01/04, ou seja o **Projeto Técnico**, que consiste da seguinte documentação:

1. Formulário de Informações Técnicas, devidamente preenchido e assinado pelo Engenheiro responsável, contendo as características técnicas de instalação e operação pretendidas para a estação do RadCom., conforme disposto no subitem 12.1 alínea “a”.

2. declaração firmada pelo representante legal da entidade, conforme disposto no subitem 12.1, alínea “b” e subalíneas “b.1” e “b.2” da Norma Complementar 01/2004, ou seja:

a.1) declaração de que na ocorrência de **interferências prejudiciais** causadas pela estação, interromperá imediatamente suas transmissões até que essas sejam sanadas;

a.2) declaração de que na ocorrência de **interferências indesejáveis** causadas pela estação, caso essas não sejam sanadas no prazo estipulado pela ANATEL, interromperá suas transmissões;

2. planta de arruamento em escala compatível com a área da localidade objeto da outorga, e que permita a visualização do nome das ruas, assinalando o local de instalação do sistema irradiante, de modo a constar coordenadas geográficas, o traçado de circunferência de até um quilômetro de raio, que

JR – DOS/SSCE-MC

01 NOV 2009

9

245
COPIA
14/11/2011

delimita a área abrangida pelo contorno de 91 dBμ, o local da sede da entidade. Em conforme disposto no subitem 12.1, alínea "c" da Norma Complementar 01/2004;

3. diagrama de irradiação horizontal da antena transmissora, emitido pelo fabricante, com a indicação do Norte Verdadeiro; diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto; no caso de antenas de polarização circular ou elíptica, devem ser apresentadas curvas distintas das componentes horizontal e vertical dos diagramas, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "d" da Norma Complementar 01/2004. Este diagrama deverá ser correspondente ao indicado no item 8 do formulário de informações técnicas.

4. declaração do profissional habilitado de que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende as condições exigidas no item 18.2.7.1 ou estudo específico, conforme determina o item 18.2.7.1.1, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "e" da Norma Complementar 01/2004;

5. declaração do profissional habilitado atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta, ou, se for o caso, declaração de inexistência de aeródromos na localidade, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "f" da Norma Complementar 01/2004;

6. parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, atestando que a instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91dBμ da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "g" da Norma Complementar 01/2004;

7. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente à instalação proposta, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "h" da Norma Complementar 01/2004; acompanhada de comprovante de pagamento ou autenticação bancária.

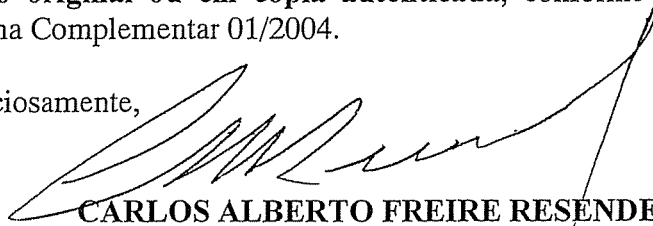
DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA:

cópia do Estatuto Social, na íntegra e legível, devidamente registrado no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmado em Pessoas Jurídicas acompanhado de Certidão Cartorária comprovando tal registro, em atendimento ao disposto nos subitens 7.2.1 e alíneas e 7.2.1.1 da Norma Complementar 01/2004;

Será facultado a essa entidade, **no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento deste ofício que está sendo acompanhado de AR Postal (Aviso de recebimento)**, apresentar os itens solicitados sob pena de arquivamento do processo.

Outrossim, informamos que o referido prazo poderá ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, desde que a requerente apresente, no prazo para cumprimento das exigências, uma solicitação formal neste sentido e ainda, toda a **documentação enviada deverá ser apresentada no original ou em cópia autenticada**, conforme determinação disposta no subitem 7.3 da Norma Complementar 01/2004.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

01 NOV 2011

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NOME OF. 5075 /2009/RADCOM/DOS/SSCE - MC 33000.017189/08 RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA ASS. COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO AV. JOSÉ LOURENÇO, 1288 - DISTRITO DE LOURENÇO/AP 68970-000 CALÇOENE/AP CEP /		AIRE IRE 146
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR 	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION 24/10/09	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR Edivanilda A. Santos		
N° DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT 	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO		

75240203-0 FC0463 / 16 14 x 186 mm

	AVISO DE RECEBIMENTO AR	RO 6 0 9 3 1 3 2 7 1 BR (CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)			
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT 11/5 OUT 2009	TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON <table border="1"> <tr> <td>h</td> <td>h</td> <td>h</td> </tr> </table>		h	h	h
h	h	h			
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT AGÊNCIA MINICOM	PREENCHER COM LETRA DE FORMA NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR Serviço Público Federal MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo-B Sala 300-0 70044-900 - Brasília-DF				
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR CIDADE / LOCALITÉ BRASIL	01 NOV 2011				

27° EXIG CALÇADÃO/AP



Ao
Senhor(a) Diretor(a) de Outorgas de Serviços
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA/DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 061344/2009-06

SEPRODIOLOGOLOG/CGRL/SPO

05/12/2009-15:54 *SEPRO*

Processo: 53000.017189/08

Local: Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço -
ASCOCAL

Em atendimento às solicitações feitas por meio do ofício relativo as pendências constatadas diante da análise do requerimento de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em nome da ASSOCIAÇÃO DA COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - ASCOCAL, comunico que estou encaminhado anexo:

- a) Estatuto e Ata devidamente registrado no Livro "A" de pessoa jurídica;
- b) Projeto técnico.

Lourenço -AP, 05 de dezembro de 2009

Renato Alves dos Santos Riaba

RENATO ALVES DOS SANTOS

CPF: 006.890.822-90

Diretor Geral

01 NOV 2011

DOCUMENTO ANEXADO
NESTA DATA

17/12/2009

Luís



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇOENE - AP.

AUTENTICAÇÃO

ESTATUTO SOCIAL

certifico que a presente COPIA
corresponde ao Original.

04.12.09

Fabírcia de Araújo Lopes
CPF: 980.964.902-00
Portaria 01871/2009 - CGJ
ESCREVENTE AUTORIZADA

I- DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

Art.1º- A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO CALÇOENE/AP, doravante denominada ASCOCAL é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Calçoene, Estado do Amapá, com sede, na Avenida José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço.

Parágrafo Único- A ASCOCAL utilizará como denominação fantasia LOURENÇO FM e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º- A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇOENE/AP tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a :

- Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Marlos Leite Marinho
CPF 510.045.939-87
OFICIAL E TABELADO
SUBSTITUTO
Portaria 00598/07

Dr. Charles Sales Borda
Adv. OAB - 438/AP



Justifico que a presente cópia
reproduz o Original.

04/09
Fabricia de Araújo Lopes
CPF: 990.964.902-00
Portaria 01871/2009 - CGJ
PROFESSOR(A) AUTORIZADA



II – respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.

§1º- É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º- Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º- Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art.3º- Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º- A receita da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO – CALÇOENE/ AP será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

Martins
CPF 910.045.932-87
OFICIAL E TABELA
SUBSTITUTO
Portaria 00555/07 SC

Dr. Charles Sales Bordin
Adv. OAB 456/AD

1 NOV 2011



Justifico que a presente COPIA
conferir com o Original.
04/10/09
Fabricia de Araújo Lopes
CPF 0197112009-00
Portaria 0197112009 - CGJ
ESCREVENTE AUTORIZADA

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º- Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Art. 6º- A ASCOCAL será composta pelas seguintes categorias de associados:

I – Fundadores – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação;

II – Contribuintes ou Efetivos – Todos aqueles que ingressarem na Associação após a data de fundação;

III – Honorários – pessoas físicas, jurídicas ou profissionais liberais, que concordam em contribuir com capital ou trabalho para o custeio e desempenho das atividades da associação.

Art. 7º- As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º- São direitos e deveres dos associados:

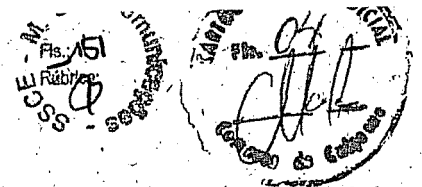
- o direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12;
- manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG;
- Apoiar, divulgar, propor e efetivar eventos, programas e propostas da entidade;
- Cumprir com as disposições estatutárias e regimentais;
- Prestigiar e defender a Entidade, lutando pelo seu engrandecimento;
- Trabalhar em prol dos objetivos da sociedade, respeitando os dispositivos estatutários, zelando pelo bom nome da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO – CALÇOENE /AP**;
- Satisfazer pontualmente os compromissos que contraiu com a Entidade;
- Observar na sede da Instituição ou onde a mesma se faça representar as normas de boa educação e disciplina;
- Acatar as decisões da Diretoria.

01 NOV 2011

9

Marcos C. de Oliveira
CPF 010343824-87
OFICIALEZ
SUBSTITUTO
Portaria 0063/07 SC

Dr. Charles Salas Bordalo
Adv. OAB 438/AP



Art. 9º- São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10- São órgãos da ASCOCAL :

- a) Assembléia Geral ;
- b) Diretoria ;
- c) Conselho Comunitário.



AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente **CÓPIA**
corresponde ao Original.
04/12/09
Fabricia de Araujo
CPF 043.132.137-00
Poderes 01971/2009 - CGJ
ESCREVENTE AUTORIZADA

Art. 11- A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da ASCOCAL, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 15 do mês de janeiro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 3 ano(s) para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§ 1º- A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º- A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ASCOCAL e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

Márcia Leite Marinho
CPF 043.132.137-00
OFICIAL E TABELADO
SUSCITO 07 SC
Poderes 0555107 SC

Dr. Charles Sales Bordalo
Adv. OAB - 43/AP

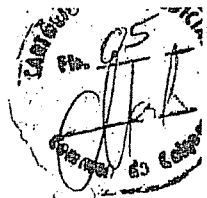
4
01 NOV 2011



Justifico que a presente **CÓPIA**

corresponde ao **Original**.

Fabírcia de Araújo Lopes
CPF: 890.951.902-00
Portaria 01/2012-008 - CGJ
ESCREVENTE AUTORIZADA



§3º- A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no **§1º**.

§4º- A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no **§1º**.

Art. 12- A Diretoria da **ASCOCAL**, órgão executivo e administrativo, será composta por um **Diretor Geral**, um **Diretor Administrativo** e um **Diretor de Operações**, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 3 anos, permitida a reeleição.

§1º- A Diretoria da **ASCOCAL** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições dispostas no **§1º**.

§ 2º- Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13- São atribuições:

I) Da Diretoria:

- Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- Representar a ASCOCAL em atos públicos ou internos;
- Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da ASCOCAL;
- Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins;
- Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral.

01 NOV 2011

Marlos Leite Martins
CPF 510.944.922-80
OFICIAL TÁBICO

Dr. Charles Sales Bordalo
Adv. OAB 438/AP



Justifico que a presente COPIA

corresponde ao Original.

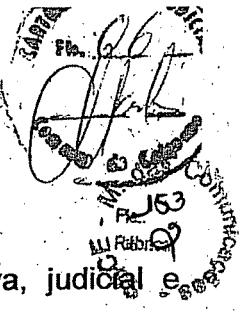
04/12/09

Fabrizia de Araújo Lopes

CPF: 800.964.902-00

Portaria 01971/2009 - CGJ

Poderes AUTORIZADA



II) De cada dirigente:

- a) Ao Diretor Geral compete: representar a ASCOCAL, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos documentos concernentes a vida financeira da ASCOCAL, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;
- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

Art. 14 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único- O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

Marlos Leite Mariano
CPF 810.045.884-82
OFICIAL E TABELÃO
SUBSTITUTO
Portaria 0254/07 ST

Dr. Charles Sales Jordão
Adv. OAB - 438/AP

01 NOV 2011

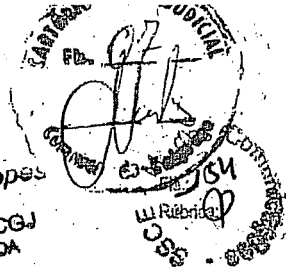


Justifico que a presente COPIA
corresponde ao Original.

04.11.2009

IV - DAS ELEIÇÕES

Fabrizia de Araújo Lopes
CPF: 900.964.902-00
Portaria 01871/2009 - CGJ
ESCRIVENTE AUTORIZADA



Art. 15- As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º- É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º- A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16- A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único- Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

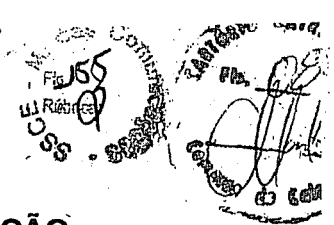
VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17- O Patrimônio e Receita da ASCOCAL será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único- Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

Maria Lúcia
CPF: 910.038.832-87
OFICIAL E TABELA
SUBSTITUTO
matéria 80598/7 SC

Dr. Charles Bortolo
Adv. OAB - 438/AP



VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18- Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 19º- A dissolução da ASCOCAL ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20- Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 21- O presente estatuto foi aprovado na AG de 15/01/2009 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Laurenço, 15 de janeiro 2009

01 NOV 2011

Renato Aves dos Santos Piaba

Renato Aves dos Santos Piaba
Diretor Geral
CPF: 006.890.822-90

AUTENTICADO

Documento que é presente COPIA
nada com o Original.

04/12/09

Fabírcia de Araújo Lopes
CPF: 980.964.902-00
Portaria 01971/2009 - CGJ
ESCREVENTE AUTORIZADA

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Comarca de Calçoene - AP

Protocolado sob o Nº 136

Livro A Nº 01, registrado sob

40, no Livro A Nº 02

16, 03, 2009

Calçoene - AP 16 de 03 de 2009.

José Ribamar Pereira

José Ribamar Pereira
Diretor Administrativo
CPF: 229.209.122-06

Marcia Maria Gomes de Oliveira

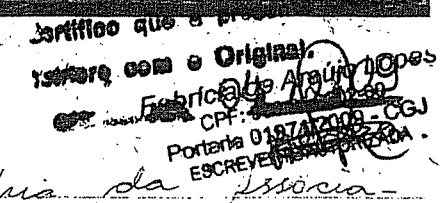
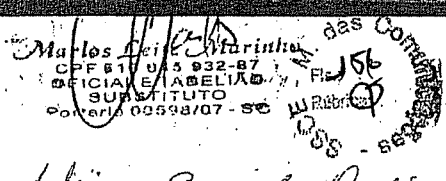
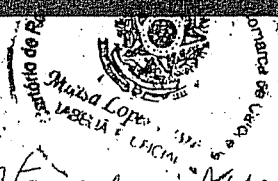
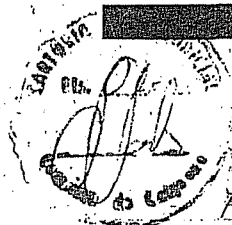
Marcia Maria Gomes de Oliveira
Diretora de Operações
CPF: 774.616.572-91

Maisa Lopes Costa

Marlos Leite Marinho
CPF: 610.945.832-87
OFICIAL TABELADO
SUBSTITUTO
Portaria 00558/07 SC

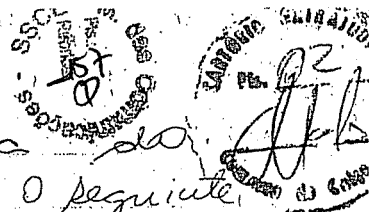
Dr. Charles Gomes Bordini
Adv. OAB - 438/AP





Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação Comunitária dos moradores do bairrinho Balneario / Rm. psoccal, realizada em 15 de janeiro de 2009.

Aos 15 (quinze) dias do mês de janeiro de ano de 2009 (Dois mil e nove) às 8:30h em seguida e última convocação com a presença de 19 (dezenove), de 17 (dezenove) associados e 02 (dois) convidadas que são: Waldinete Sudano Melo e Nelson Ferreira Neves, na sede comunitária da assembleia de Deus, Vale da Benção, sito a Rua José Lourenço, 1168, Distrito de Lourenço, Município de Balneario, Estado do Piauí, reuniram-se conforme Edital de convocação divulgado através de protocolo da carta circular no 001/09 e afimada no prédio da Prefeitura Municipal de Balneario, na sede comunitária Vale da Benção em Lourenço, na sede da psoccal na Associação dos moradores da colônia agrícola da Salgadeira / Asa pherta; na sede e campo de futebol da Associação Desportiva dos atletas do Lourenço ATIVUA, na Associação Beneficente dos Voluntários da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí - AVAL. Instalando a Assembleia Geral Ordinária da Asoccal. O senhor Presidente Renato Alves dos Santos Vialto, cumprimentou a todos, agradecendo a presença, neste momento fundamental para as deliberações que irão nortear todas as ações da Asoccal no transcorrer em 2009, na ocasião chamou para compor os trabalhos, digo, para compor e secretariar os trabalhos a Srª Marcia Maria Gomes de Oliveira. Composta a mesa o presidente proferiu:



que a Secretaria fizesse a leitura do Edital de convocação que contém o seguinte:
Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço-Calçoene/AP - Edital de convocação - Assembleia Geral Ordinária - O Presidente da Associação Comunitária do Lourenço - Calçoene/AP - Ascochal - usando de suas atribuições estatutárias convocar todos os seus 18 (dezoito) sócios a se fazerem presentes à Assembleia Geral Ordinária da Ascochal, que realizar-se-á no dia 15 de janeiro de 2009 às 8h em primeira chamada, com a maioria absoluta e às 8:30h em segunda e última chamada, com mínimo de 1/3 de seu quadro social, no Vale da Baucaá, sítio do Ju José Lourenço nº 1168, Distrito do Lourenço, município de Baurão, Estado do Amapá, para deliberar sobre a seguinte Ordem do dia: 1 - Prestação de contas do exercício 2008. 2 - Análise de administração para novos sócios. 3 - Proposta para exclusão dos sócios. 4 - Reforma do Estatuto Social. 5 - Eleição e posse do novo bairrinho comunitário. Ap - 05 de janeiro de 2009. (a) Renato Alves dos Santos Pádua - Presidente Ascochal. Verificada a leitura do Edital o senhor Presidente iniciou o primeiro ponto de pauta da Ordem do Dia que trata da 1 - Prestação de contas do exercício 2008, na ocasião o Presidente enfatizou que a Ascochal em toda sua existência

Marlos Leit.
CPF 610.04
SPECIAL
PUB. 003

01 NOV 2009

AUTENTICACAO

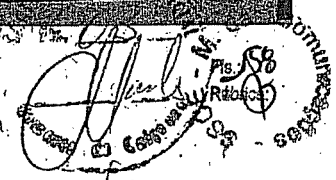
Assinatura e rubrica

Compare com o Original.

Fabrica de
CPF: 00054972-00
Portaria 0001/2009 CGJ
ESCREVENTE AUTORIZADA



04/12/09
Fabricia de Araújo Lopes
CPF: 0197112008-90
Portaria 0197112008-90
ESCREVENTE AUTORIZADA

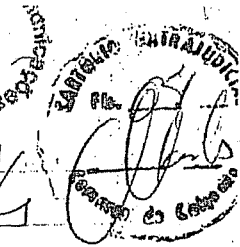


Marlos Leite Martins
CPF 510.046.932-87
OFICIAL TABELIAO
SUBSTITUTO
Portaria 00598/07 SC

jamais trabalhou com recursos financeiros e que esta prestação de conta se dará em parâmetro ao cumprimento do Estatuto Social passando para a segunda pauta, foi proposto a admissão de novos sócios, que depois de apresentados, discutidos e apreciados foi aprovado por unanimidade a admissão dos novos sócios Nelson Ferreira Neves, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado Av. Manoel Sacramento 14, balcoene. R.P. nº 47.8775-11 CPF. 719.544.908-44 pertencente a Associação dos Produtores da Colônia Agrícola da Salga-de-açu / Associação de Produtores de NPJ 02.703.372/0001-00 e Waldinele Judiano Melo, brasileira, solteira, fecunda, enfermeira, natural de Yocodé MA, nascida em 28/03/78, residente e domiciliada a Av. José Bonifácio S/N, portadora da R.P. nº 280.095-12, CPF. 796.888.962-68, conselheira da Associação Beneficente dos Voluntários da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá - AVAL - CNPJ 06.280.290/0001-50, assim a reunião para a segunda pauta e passamos a tratar a terceira pauta, que trata da exclusão de sócio. Foi relatado que o sócio João da Silva, encontrado em lugar incerto e não sabido, por este motivo, foi proposto a exclusão

01 NOV 2009

Fig. 154
C.S. 9



do mesmo que foi aceto por todos,
nada mais tendo a tratar passamos
para quarta pauta que trata da
reforma e aprovação do Novo Esta-
tuto Social. Na oportunidade o Sr.
Presidente da mesa fez a leitura
das propostas de alteração e as de-
vidas adequações ao código civil,
e recomendações da Dentel, plus-
tituindo, digo Dentel, digo, código
civil e normas da Dentel
substituindo o conselho fiscal pelo
conselho comunitário, após alguns
esclarecimentos e mais algumas
indagações partindo da plenária,
as quais foram todas respon-
didas, concluímos a aprecia-
ção das alterações em nosso
Estatuto Social, em seguida o
Sr. Presidente colocou as mesmas
para apreciação da plenária que
aprova todas as alterações por
unanimidade, assim sendo o Sr.
Presidente deu por encerrada a
quarta pauta da ordem do dia e
abriu para discussão a quinta e últi-
ma pauta que trata da eleição e
posse do Diretor e conselho comu-
nitário, neste momento o presidente
declarou que estava aberta as ins-
crições para as chapas que dese-
javam concorrer ao conselho, foram
apresentados os seguintes nomes
para apreciação e votação. *Waldemar*

Carlos Leite Mar
CPF 610.045.932-8
ESPECIALISTA
INSTITUTO
Portaria 00598/07 9

01 NOV 2011

AUTENTICAÇÃO

conferência com o original

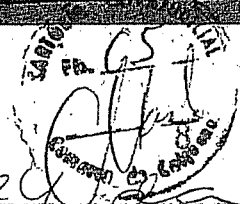
04/10/09

CPF: 960.951.902-00
Portaria 00222/09
ESCREVENTE AUTORIZADA

Autenticado
Certifico que a presente COPIA
corresponde ao Original.

Maria Lopes - 1576
ABRIL E OFICIAL

Fabricia de Almeida
CPF: 990.854.102-40
Portaria 014472/88
ESCREVENTE AUTORIZADA



Sudário Melo, Odair Shirley da
Silva Teixeira, Oleni Ribeiro de
Santos, Maria Raimunda Ferreira
Antônio Goues Soares, Maria de
Fatima Gouveia de Souza, Nelson
Ferreira Nelles, José Gualdo Soares
Ferreira, João Batista da Silva, apo-
uma breve análise dos nomes po-
tudos os presentes, a mesm colocó
para apreciação e votação de seguir
os nomes Waldinete Sudário Mel
Oleni Ribeiro dos Santos, José Gual-
do Soares Ferreira, Nelson Ferreira
Nelles, João Batista da Silva, que
ficou assim composto: Waldinete Sudá-
rio Melo, brasileira, solteira, técnica
em enfermagem, natural de Monte
MA nascida em 28/03/78, residente
e domiciliada à Av. José Lourenço
S/N, portadora de CT 280.095-12,
CPF 796.888.962-08, conselheira
da Associação Beneficente dos Velhos
Cariós da Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco - Alcal - CNP
06-280.290/0061-50 - Oleni Ribeiro
dos Santos, brasileiro, natural
de Beberibe - CE, nascido em 12/08/1966,
com 41 anos, autônomo, casado, RG
27.072.284-1-SP, CPF 114.885.698-60,
presidente da Associação dos Portistas dos PK
TAS do Lourenço ATIVA, CNPJ 09.544
553/0001-80, residente e domiciliado na Rua Lourenço
nº 45, CEP 68.970.000 - Distrito do Lourenço

Maria Lopes - 1576
CPF 610.045.932-97
SPECIALIZADA
SUBSTITUTO SE
Portaria 00598/07

1. Ex parte Smith
 2. Ex parte Smith
 3. Ex parte Smith
 4. Ex parte Smith
 5. Ex parte Smith
 6. Ex parte Smith
 7. Ex parte Smith
 8. Ex parte Smith
 9. Ex parte Smith
 10. Ex parte Smith
 11. Ex parte Smith
 12. Ex parte Smith
 13. Ex parte Smith
 14. Ex parte Smith
 15. Ex parte Smith
 16. Ex parte Smith
 17. Ex parte Smith
 18. Ex parte Smith
 19. Ex parte Smith
 20. Ex parte Smith
 21. Ex parte Smith
 22. Ex parte Smith
 23. Ex parte Smith
 24. Ex parte Smith
 25. Ex parte Smith
 26. Ex parte Smith
 27. Ex parte Smith
 28. Ex parte Smith
 29. Ex parte Smith
 30. Ex parte Smith
 31. Ex parte Smith
 32. Ex parte Smith
 33. Ex parte Smith
 34. Ex parte Smith
 35. Ex parte Smith
 36. Ex parte Smith
 37. Ex parte Smith
 38. Ex parte Smith
 39. Ex parte Smith
 40. Ex parte Smith
 41. Ex parte Smith
 42. Ex parte Smith
 43. Ex parte Smith
 44. Ex parte Smith
 45. Ex parte Smith
 46. Ex parte Smith
 47. Ex parte Smith
 48. Ex parte Smith
 49. Ex parte Smith
 50. Ex parte Smith
 51. Ex parte Smith
 52. Ex parte Smith
 53. Ex parte Smith
 54. Ex parte Smith
 55. Ex parte Smith
 56. Ex parte Smith
 57. Ex parte Smith
 58. Ex parte Smith
 59. Ex parte Smith
 60. Ex parte Smith
 61. Ex parte Smith
 62. Ex parte Smith
 63. Ex parte Smith
 64. Ex parte Smith
 65. Ex parte Smith
 66. Ex parte Smith
 67. Ex parte Smith
 68. Ex parte Smith
 69. Ex parte Smith
 70. Ex parte Smith
 71. Ex parte Smith
 72. Ex parte Smith
 73. Ex parte Smith
 74. Ex parte Smith
 75. Ex parte Smith
 76. Ex parte Smith
 77. Ex parte Smith
 78. Ex parte Smith
 79. Ex parte Smith
 80. Ex parte Smith
 81. Ex parte Smith
 82. Ex parte Smith
 83. Ex parte Smith
 84. Ex parte Smith
 85. Ex parte Smith
 86. Ex parte Smith
 87. Ex parte Smith
 88. Ex parte Smith
 89. Ex parte Smith
 90. Ex parte Smith
 91. Ex parte Smith
 92. Ex parte Smith
 93. Ex parte Smith
 94. Ex parte Smith
 95. Ex parte Smith
 96. Ex parte Smith
 97. Ex parte Smith
 98. Ex parte Smith
 99. Ex parte Smith
 100. Ex parte Smith

Carlos Leite Martins
CPF 510 046 932-87
OFICIAIS TABELIAG
OP SUBSTITUTO
Portaria 00598/07 S

01 NOV 2011

AUTENTICACAO

1.ª edição em Original.
 04/09/2008
 Fabrica de ~~Documentos~~
 CPF: 800.954.902-00
 Portante 0144444-8
 PREVENTE AUTORIZADA

Fl. 77
Cartório de Calcedonia

veira, brasileira, solteira, comerciante
portadora da RG nº 160.213-5571/MP,
e do CPF 774.616.572-91, residente e do-
miciliada no Distrito do bairrinco, balcão
à rua José bairrinco - n.º 768. Nada mais
para o momento, deu por encerrada esta
Assembleia às 11.32 minutos, em que a)
Márcia Maria Gomes de Oliveira, que se-
deturou e lavou a presente Ata, cópia
fiel do livro que vai assinada, pelo Diretor
Geral, Diretor Administrativo, Diretora
de Operações que sou eu, e pelos conselheiros
comunitários e demais presentes.
Distrito de bairrinco - AP. 15 de janeiro
de 2009.

(a) Irone Barros Muanda
Agosto Dias dos Santos
Jose Rhamon Pereira
Márcia Maria Gomes Oliveira
Orlani Riquie dos Santos
José Sualdo Soares Pereira

Charles Leite Marinho
CPF 610.045.932-87
SPECIAL E TABELADO
SUBSTITUTO
Portaria 00598/07 SC



01 NOV 2011

Edna Shirley da Silva Seixina

Registro de Pessoas Jurídicas
Comarca de Calcedonia - P

Protocolo nº 136
Ato nº 02
40
16.03.09
de 16.03.09

Maria de Fátima Correia de Souza

Maria Rainyda Ferreira

ROMERO CESAR DA SILVA

Francinilda Mendes da Silva

Glizângela Correia de Souza

AUTENTICADO

Artífice que a presente COPIA
conferiu com o Original.

Fabricia de Araújo Lopes
CPF: 980.954.902-00
Portaria 01971/2009 - CGJ
ESCREVENTE AUTORIZADA

Márcia Lopes
CPF: 610.045.932-87
TABELADO E GRAFADO



CALÇOENE-AP, 18 de novembro de 2009

A
Ilmo Sr.
Diretor do Departamento de Outorgas de Serviços
CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA-DF

Ref. Ofício nº 5075/2009/RADCOM/DOS/SSCE-MC
PROCESSO Nº 53000.017.189/08

Senhor Diretor,

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇOENE-AP, inscrita no CNPJ/MJ sob nº 09.469.601/0001-12, com sede na AVENIDA JOSÉ LOURENÇO, Nº 1288, Distrito de Lourenço, na cidade de Calçoene-AP – CEP: 68970-000, tendo em vista o Ofício nº 5075/2009/RADCOM/DOS/SSCE-MC, referente solicitação para executar Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de **CALÇOENE-AP**, por seu representante legal, abaixo assinado, vem respeitosamente à presença de V.Sa. apresentar complementação ao referido processo, a saber:

- toda documentação elencada no subitem 12.1 e suas alíneas da Norma Complementar 01/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23/01/2004, ou seja o PROJETO TÉCNICO.

Para tanto, anexa ao presente, projeto de aprovação de locais e equipamentos, elaborado por engenheiro devidamente credenciado no CREA-DF, e de acordo com a Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária, nº 01/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23/01/04, publicado no Diário Oficial da União de 26/01/2004.

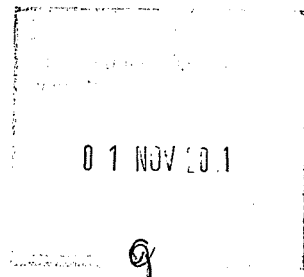
Atenciosamente,

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO – CALÇOENE-AP

Renato Alves dos Santos Piaba
RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA

Diretor Geral

CPF Nº 006.890.822-90



AVENIDA JOSÉ LOURENÇO, nº 1288 – Distrito de Lourenço
CALÇOENE-AP – CEP: 68970-000



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – Departamento de Outorga de Serviços

Ass. das Comunicações
154
W. R. R. R.
SSS - SCS

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS

1 – SERVIÇO

RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - RadCom

2 – REGISTRO FISTEL

USO EXCLUSIVO DA ANATEL

3 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç ã O C O M U N I T A R I A D O S M O R A D O -

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

R E S D E L O U R E N Ç O

CGC

0 9 4 6 9 6 0 1 0 0 0 1 1 2

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

4 – ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

LOGRADOURO

A V . J O S É L O U R E N C O N ° 1 2 8 8

LOGRADOURO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

D I S T R I T O D E L O U R E N C O

CIDADE

C A L C O E N E

UF

A P

CEP

6 8 9 7 0 - 0 0 0

FONE

FAX

E-MAIL

5 – LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

A V . J O S É L O U R E N C O N ° 1 2 8 8

BAIRRO

CIDADE

D I S T R I T O L O U R E N C O C A L C O E N E

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

A P 0 2 ° 2 0 ' 1 8 " N 5 1 ° 3 6 ' 4 0 " W

6 – ENDEREÇO DO ESTÚDIO

LOGRADOURO

A V . J O S É L O U R E N C O N ° 1 2 8 8

BAIRRO

CIDADE

D I S T R I T O L O U R E N C O C A L C O E N E

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

0 1 NOV 2011

7 – TRANSMISSOR

FABRICANTE

M O N T E L S I S T E M A S D E C O M U N I C A Ç Ã O L T D

MODELO

POTÊNCIA

CERTIFICAÇÃO

M T F M - 9 8 2 5 , 0 Watts 0 9 1 6 / 0 6

8 – ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

MODELO

I D E A L I N D . & C O M . A N T . L T D F M - E S P I R A L

GANHO max (Gt)

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

ALTITUDE DO LOCAL

0 , 0 dB 3 0 , 0 m 3 1 , 0 m 1 8 6 , 0 M

Jose Amado Benício Nascimento

9 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE															MODELO																								
K M P - C A B O S E S P . S I S T . L T D A															R G - 2 1 3 U																								
COMPRIMENTO(L)										ATENUAÇÃO EM 100 m (A _L)										PERDAS NA LINHA (P _L)										EFICIÊNCIA DA LINHA (η)									
3 1 . 0 m										6 . 5 dB										2 . 0 1 5 dB										0 . 6 2 8 7 8									

Perdas na linha (P_L) = $\frac{L \cdot A_L}{100}$ Eficiência da linha (E_F) = $10 \cdot \frac{-P_L}{10}$

10 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

ERP (dBk) = $10 \log (P_t \cdot G_{ht} \cdot G_{vt} \cdot \eta) = 10 \log (0,025 \times 1,0 \times 1,0 \times 0,62878) = -18,0356 \text{ dBk}$

P_t = Potência do transmissor, em kW.
G_{ht} = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.
G_{vt} = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes
η = Eficiência da linha de transmissão

Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 Watts.

11 - INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO

E(dBμ) = 107 + ERP(dBk) - 20 log d (km)

ERP(dBk) [] potência efetiva irradiada

d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço)

E(dBμ) = 107 + (-18,0356) - 20 log 1,0 = 88,9644 (dBμ)

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBμ.

12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

13 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO																													
J O S E E D N A L D O T E N O R I O N A S C I M E N T O																													
REG.CREA										ENDEREÇO																			
8 . 0 4 7 / D										S R T V / S E D . P A L . R Á D I O I I I S /																			
ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)																				BAIRRO									
1 1 1																				P L A N O P I L O T O									
CIDADE																													
B R A S I L I A																													
UF																													
D F																													
CEP										FONE										FAX									
7 0 3 4 0 - 9 0 2										6 1 - 3 3 2 2 - 0 6 9 4										6 1 - 3 3 2 2 - 0 6 9 4									
E-MAIL																													
E N G E T . R A D I O @ U O L . C O M . B R																													
LOCAL																				DATA									
B R A S Í L I A - D F																				1 8 / 1 1 / 2 0 0 9									
ASSINATURA																													

[Assinatura]
Eng.º Técnico Nascimento
de Telecomunicações
R. do Comércio, 124 - REGIÃO
CEP 200 304-204-20

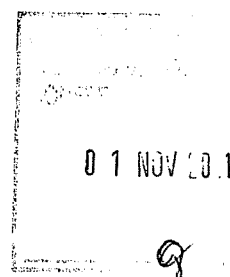


DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO – CALÇOENE-AP, na localidade de CALÇOENE-AP declara que:

- "na ocorrência de interferências prejudiciais causados pela estação, interromperá imediatamente suas transmissões até que os problemas sejam sanados".
- "na ocorrência de interferências indesejáveis causados pela estação, caso estão não sejam sanadas no prazo estipulado pela ANATEL, interromperá suas transmissões".

CALÇOENE-AP, 18 de novembro de 2009



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO – CALÇOENE-AP

Renato Alves dos Santos Piaba
RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA
Diretor Geral
CPF Nº 006.890.822-90



DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO – CALÇOENE-AP,, na localidade de CALÇOENE-AP, declara que:

- a) o local pretendido para a instalação do sistema irradiante possibilita o atendimento do disposto no item 14.2.7.1 ou 14.2.7.1.1;

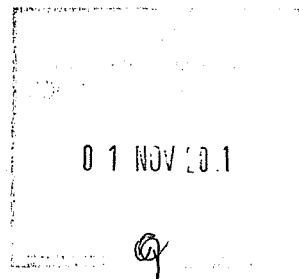
CALÇOENE-AP, 18 de novembro de 2009

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO – CALÇOENE-AP

Renato Alves dos Santos Piaba
RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA

Diretor Geral

CPF Nº 006.890.822-90





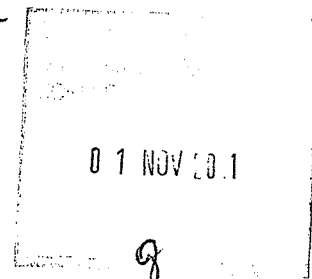
DECLARAÇÃO

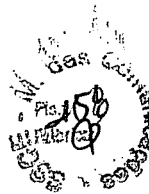
Declaro, em conformidade com as normas vigentes, que a estação transmissora da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇOENE-AP.**, na localidade de **CALÇOENE-AP**, atenderá, quando do licenciamento da estação e como condição indispensável para sua entrada em funcionamento, ao Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequências entre 9 kHz e 300GHz, aprovado pela Resolução Anatel n.º 303, de 02/07/2002, publicada no D.O.U. de 10/07/2002, *não expondo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências de valores superiores aos estabelecidos na tabela constante da referida Resolução.*

CALÇOENE-AP, 18 de novembro de 2009

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇOENE-AP

Renato Alves dos Santos Piaba
RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA
Diretor Geral
CPF Nº 006.890.822-90





DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento às normas vigentes, que em caso de ocorrência de interferência da estação da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇOENE-AP.**, na localidade de **CALÇOENE-AP** em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas, será interrompida a operação de seus transmissores até que os problemas sejam solucionados.

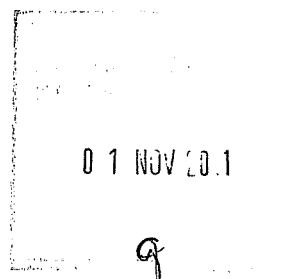
CALÇOENE-AP, 18 de novembro de 2009

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇOENE-AP

Renato Alves dos Santos Piaba
RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA

Diretor Geral

CPF Nº 006.890.822-90





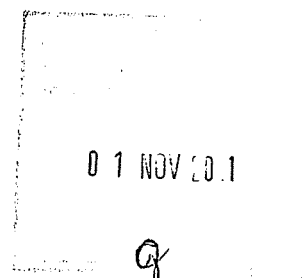
DECLARAÇÃO

JOSÉ EDNALDO TENÓRIO NASCIMENTO., Engenheiro de Telecomunicações, inscrito no CREA sob n.º 8047/D, DECLARA que:

- 1 - "As instalações da **"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇOENE-AP"**, conforme proposto no presente projeto constante de Formulário padronizado anexo, onde a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende as condições exigidas no item 18.2.7.1 ou estudo específico, conforme determina o item 18.2.7.1.1, e estão de acordo com a Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária, nº 1/2004, aprovado pela Portaria nº 103 de 23/01/04, publicada no DOU de 26/01/04"
- 2 - "As instalações dos transmissores e sistema irradiante, do **"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇOENE-AP"**, no presente projeto, constante dos Formulários Padronizados, anexos não excede o gabarito da Zona de proteção aos aeródromos existentes nas proximidades de acordo com a legislação de Radiodifusão Comunitária vigente."

Brasília-DF, 18 de novembro de 2009


JOSÉ EDNALDO TENÓRIO NASCIMENTO
José Ednaldo Tenório Nascimento
Engº de Telecomunicações
CREA Nº 8.047/D - 12ª REGIÃO
CPF Nº 226.814.261-20





LAUDO CONCLUSIVO

Declaro, sob minha inteira responsabilidade, que o Projeto Técnico da **"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO – CALÇOENE-AP"**, constante do formulário em anexo, atende as seguintes exigências:

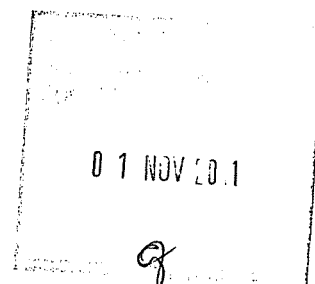
- As instalações da **"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO – CALÇOENE-AP"**, conforme proposto no presente projeto constante de Formulário padronizado anexo, atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um km de distância da antena transmissora em nenhuma direção.

NOME DO ENGENHEIRO: JOSÉ EDNALDO TENÓRIO NASCIMENTO

ENDEREÇO P/CORRESPONDENCIA : SRTV/SUL QUADRA 701 BLOCO E - ED. PALÁCIO DO
RÁDIO II SALAS 111/112 - BRASÍLIA-DF -
CEP: 70340-902
Brasília-DF

TELEFONES : (61)-3322-0694 / (61) - 3322-0695

Nº CREA : 8.047/D



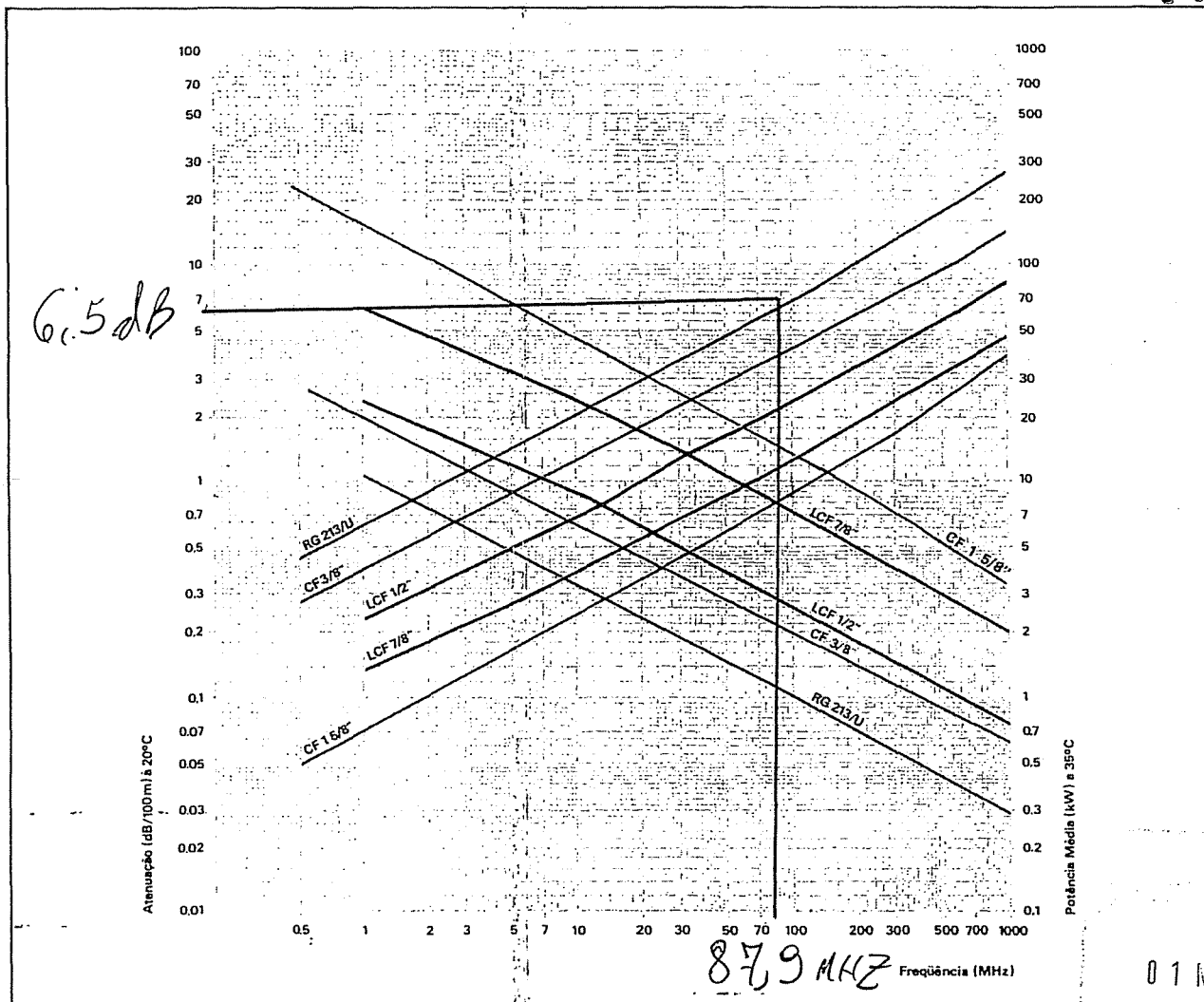
BRASILIA-DF, 18 de novembro de 2009



JOSÉ EDNALDO TENÓRIO NASCIMENTO
Engenheiro de Telecomunicações
Nº 8.047/D - 12ª REGIÃO
CPF Nº 276.814.261-20

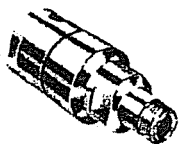
Curvas de atenuação e potência nominal para cabos 50 OHMS

Associação
de
Comunicações
do
Brasil
ABRACOM

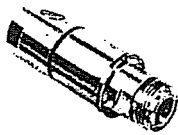


01 NOV 201

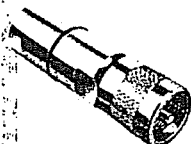
Conectores e Acessórios



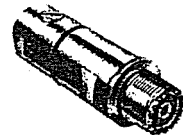
N Fêmea 7/8"



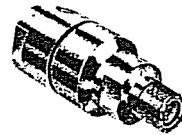
N Fêmea 1/2"



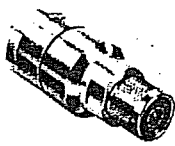
UHF Macho 1/2" e 7/8"



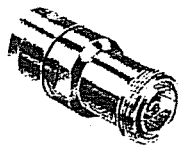
UHF Fêmea 1/2"



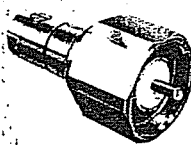
UHF Fêmea 7/8"



N Macho 1/2" e 7/8"



LC Fêmea 7/8"



LC Macho 1/2" e 7/8"



José Eduardo de Azevedo Nascimento
Engº de Telecomunicações
EIA 7/8" CREA Nº 8.047/D - 12ª REGIA
CPF Nº 226.841.261-20
Braçadeiras e
Outros Acessórios



BR 116/Km 25 Cx. Postal 146
06800 Embú SP
Tel. 011/494.2433 Pabx
Telex 11 71842 KMPL BR

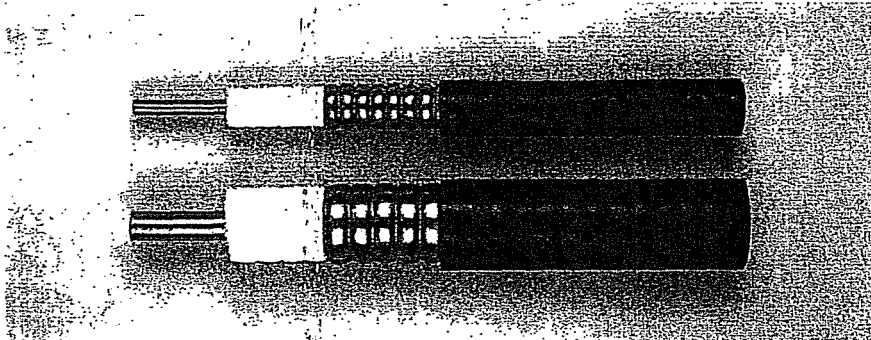
Cabos CELLFLEX[®]

LCF 1/2" e 7/8" — 50 OHMS

Baixa Perda

**Alta Velocidade
de Propagação**

**Dielétrico de
Baixa Densidade**



Aplicação

Os cabos coaxiais Cellflex LCF 1/2" e LCF 7/8" são ideais para sistemas de radiocomunicação, radiodifusão em AM/FM, UHF, TVRO, Televisão (transmissores e repetidores) de média potência, sistemas de telefonia e multiplex, emprego em instalações militares de todo o gênero, além de inúmeras outras no campo das telecomunicações e tele-informática.

Sua construção mecânica associada a qualidade de seus conectores, permite sua instalação em condições adversas, com simplicidade, barateando assim seu custo de implantação.

Os cabos Cellflex possuem condutor externo formado por um tubo de cobre corrugado; uma capa de polietileno preta resistente às intempéries, garante uma proteção adequada às mais adversas condições de instalação.

O dielétrico de polietileno expandido de baixa densidade, confere aos cabos uma baixa atenuação e alta velocidade de propagação.

Sua estanqueidade, durabilidade e eficiência, tornam os cabos Cellflex recomendados para instalação interna e externa (aérea e diretamente no solo ou em dutos).

A kmP dispõe de completo Departamento de Instalações e de Engenharia que poderão auxiliá-lo na escolha dos cabos, conectores e acessórios mais adequados a sua necessidade, instalando-os dentro de normas técnicas internacionais.

Características Elétricas

	LCF 1/2"	LCF 7/8"
Impedância (OHMS)	50	50
Capacitância (pF/m)	76	76
Tensão de Pico de RF (Kv)	1,60	3,00
Atenuação (dB/100 m)	2,30 em 100 MHz	1,25 em 100 MHz
Velocidade de Propag. Rel. (%)	88	88
Tensão de Pico de Pulso Unipolar (Kv)	4,00	7,50
Potência de Pico (Kw)	26	90

Características Mecânicas

	LCF 1/2"	LCF 7/8"
Condutor Interno (mm)	Fio de Cobre Nú Ø 4,80	Tubo de Cobre Nú Ø 9,10
Isolamento (mm)	PE Expanso Ø 12,20	PE Expanso Ø 22,00
Condutor Externo	Tubo Cobre Corrugado	Tubo Cobre Corrugado
Capa	PE Preto	PE Preto
Diâmetro Final Aprox. (mm)	16,10	28,00
Peso (Kg/m)	0,37	0,70
Lance Máx. Puxamento (m)	100	50-70
Dist. Entre Abraçadeiras (m)	0,60	0,80
Raio Mínimo de curvatura (mm)	70 p/ um Dobramento 210 p/Dobr. Seguidos	120 P/um Dobramento 260 p/Dobr. Seguidos

kmP

kabelmetal **IRELLI**

IDEAL

Antenas Profissionais

Eletrônicos
BRASIL

Empresa Certificada ISO 9001
RINA

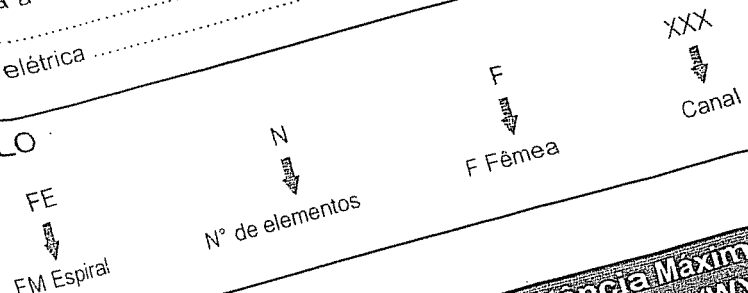
20 ANOS

Antena FM ESPIRAL

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Faixa de frequência	87,5 - 107,9 Mhz
Impedância de entrada	50 Ohm
Polarização	Circular
Potência máxima de entrada	100 Watts
Ganho por elemento	-1 dBi (-3,15 dBd)
Circularidade	+/- 1,5 dB
VSWR	< 1,1:1
Área exposta por elemento	0,09 m²
Carga ao vento por elemento	8,6 Kgf
Peso por elemento	1,6 Kg
Dimensões por elemento (A x L x P)	930 mm x 300 mm x 1050 mm
Resistência a vento	120 Km/h
Conector	UHF Fêmea
Proteção elétrica	Por intermédio da própria estrutura da antena

MODELO



DADOS de OPERAÇÃO

Nº de Elementos	Ganho		Potência Máxima de Entrada (W)	Conector
	dBi	dBd		
1	-1	-3,15	100	UHF F
2	2,15	0	200	N F
3	3,72	1,57	300	N F
4	5,3	3,15	400	E
6	6,72	4,57	600	

* A= Altura L= Largura P= Profundidade
* Pesos e dimensões são variáveis de acordo com o ganho e frequência de operação solicitada
* As informações contidas neste documento estão sujeitas a alteração sem aviso prévio.

Rua Fernando Ferreira da Silva - Bairro Santa Cecília - Pouso Alegre - MG - 37550-000



Antena FM ESPIRAL

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Faixa de frequência	87,5 - 107,9 Mhz
Impedância de entrada	50 Ohm
Polarização	Circular
Potência máxima de entrada	100 Watts
Ganho por elemento	-1 dBi (-3,15 dBd)
Circularidade	+/- 1,5 dB
VSWR	< 1,1:1
Área exposta por elemento	0,09 m ²
Carga ao vento por elemento	8,6 Kgf
Peso por elemento	1,6 Kg
Dimensões por elemento (A x L x P)	930 mm x 300 mm x 1050 mm
Resistência a vento	120 Km/h
Conector	UHF Fêmea
Proteção elétrica	Por intermédio da própria estrutura da antena

MODELO

FE	N	F	XXX
↓	↓	↓	↓
FM Espiral	Nº de elementos	F Fêmea	Canal

01 NOV 2011

DADOS de OPERAÇÃO

Nº de Elementos	Ganho		Potência Máxima de Entrada (W)	Conector
	dBi	dBd		
1	-1	-3,15	100	UHF Fêmea
2	2,15	0	200	N Fêmea
3	3,72	1,57	300	N Fêmea
4	5,3	3,15	400	EIA 7/8"
6	6,72	4,57	600	EIA 7/8"

* A= Altura L= Largura P= Profundidade

* Pesos e dimensões são variáveis de acordo com o ganho e frequência de operação solicitada pelo cliente

* As informações contidas neste documento estão sujeitas a alteração sem aviso prévio.

José Eduardo Benício Nascimento

IDEAL

ANOS



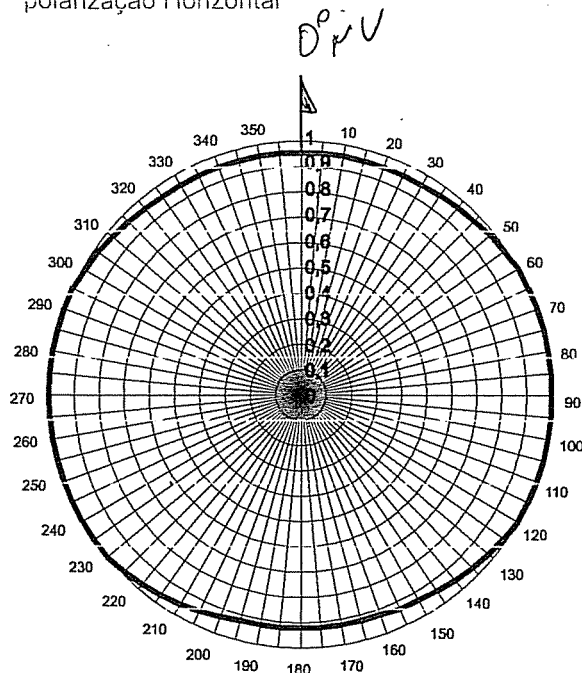
Membro da Federação CEEG

RINA

Sistema da Qualidade Certificado

Eletro-eletrônicos
BRASIL
O Vale da Eletrônica

Diagrama de Azimute na polarização Horizontal



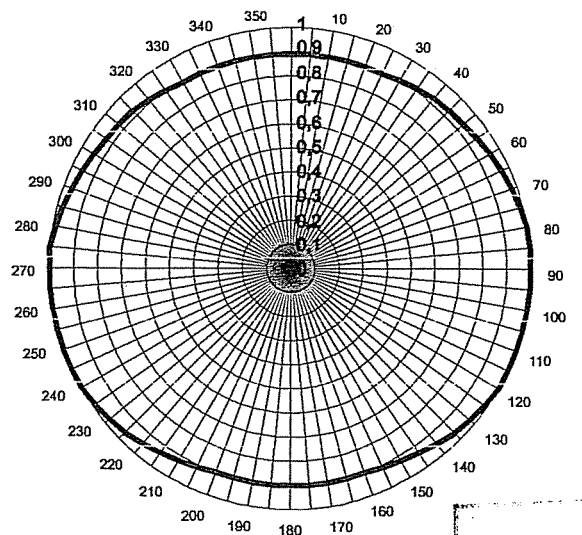
Graus	E _{max}	(dB)	(%)
0°	0,95	-0,4	91,20%
5°	0,95	-0,4	91,20%
10°	0,95	-0,4	91,20%
15°	0,95	-0,4	91,20%
20°	0,95	-0,4	91,20%
25°	0,95	-0,4	91,20%
30°	0,95	-0,4	91,20%
35°	0,95	-0,35	92,26%
40°	0,97	-0,3	93,33%
45°	0,97	-0,25	94,41%
50°	0,98	-0,15	96,61%
55°	0,99	-0,1	97,72%
60°	1	0	100,00%
65°	1	0	100,00%
70°	1	0	100,00%
75°	1	0	100,00%
80°	1	0	100,00%
85°	1	0	100,00%

Graus	E _{max}	(dB)	(%)
90°	1	0	100,00%
95°	1	0	100,00%
100°	1	0	100,00%
105°	1	0	100,00%
110°	1	0	100,00%
115°	1	0	100,00%
120°	1	0	100,00%
125°	0,99	-0,1	97,72%
130°	0,98	-0,2	95,50%
135°	0,97	-0,3	93,33%
140°	0,95	-0,4	91,20%
145°	0,94	-0,5	89,13%
150°	0,93	-0,6	87,10%
155°	0,93	-0,6	87,10%
160°	0,92	-0,7	85,11%
165°	0,92	-0,7	85,11%
170°	0,92	-0,7	85,11%
175°	0,92	-0,7	85,11%

Graus	E _{max}	(dB)	(%)
180°	0,92	-0,7	85,11%
185°	0,92	-0,7	85,11%
190°	0,92	-0,7	85,11%
195°	0,92	-0,7	85,11%
200°	0,93	-0,6	87,10%
205°	0,94	-0,5	89,13%
210°	0,95	-0,4	91,20%
215°	0,97	-0,3	93,33%
220°	0,98	-0,2	95,50%
225°	0,99	-0,1	97,72%
230°	1	0	100,00%
235°	1	0	100,00%
240°	1	0	100,00%
245°	1	0	100,00%
250°	1	0	100,00%
255°	1	0	100,00%
260°	1	0	100,00%
265°	1	0	100,00%

Graus	E _{max}	(dB)	(%)
270°	1	0	100,00%
275°	1	0	100,00%
280°	1	0	100,00%
285°	1	0	100,00%
290°	1	0	100,00%
295°	1	0	100,00%
300°	0,99	-0,1	97,72%
305°	0,98	-0,15	96,61%
310°	0,97	-0,25	94,41%
315°	0,97	-0,3	93,33%
320°	0,96	-0,35	92,26%
325°	0,95	-0,4	91,20%
330°	0,95	-0,4	91,20%
335°	0,95	-0,4	91,20%
340°	0,95	-0,4	91,20%
345°	0,95	-0,4	91,20%
350°	0,95	-0,4	91,20%
355°	0,95	-0,4	91,20%

Diagrama de Azimute na polarização Vertical



Graus	E _{max}	(dB)	(%)
0°	0,89	-1	79,43%
5°	0,89	-1	79,43%
10°	0,89	-1	79,43%
15°	0,89	-1	79,43%
20°	0,89	-1	79,43%
25°	0,89	-1	79,43%
30°	0,9	-0,9	81,28%
35°	0,91	-0,8	83,18%
40°	0,92	-0,7	85,11%
45°	0,93	-0,65	86,10%
50°	0,93	-0,6	87,10%
55°	0,94	-0,5	89,13%
60°	0,95	-0,4	91,20%
65°	0,97	-0,3	93,33%
70°	0,98	-0,2	95,50%
75°	0,99	-0,1	97,72%
80°	1	0	100,00%
85°	1	0	100,00%

Graus	E _{max}	(dB)	(%)
90°	1	0	100,00%
95°	1	0	100,00%
100°	1	0	100,00%
105°	1	0	100,00%
110°	1	0	100,00%
115°	1	0	100,00%
120°	1	0	100,00%
125°	0,99	-0,1	97,72%
130°	0,98	-0,2	95,50%
135°	0,97	-0,3	93,33%
140°	0,96	-0,45	90,16%
145°	0,95	-0,6	87,10%
150°	0,92	-0,7	85,11%
155°	0,91	-0,8	83,18%
160°	0,9	-0,9	81,28%
165°	0,9	-0,9	81,28%
170°	0,9	-0,9	81,28%
175°	0,9	-0,9	81,28%

Graus	E _{max}	(dB)	(%)
180°	0,9	-0,9	81,28%
185°	0,9	-0,9	81,28%
190°	0,9	-0,9	81,28%
195°	0,9	-0,9	81,28%
200°	0,9	-0,9	81,28%
205°	0,91	-0,8	83,18%
210°	0,92	-0,7	85,11%
215°	0,93	-0,6	87,10%
220°	0,95	-0,45	90,16%
225°	0,97	-0,3	93,33%
230°	0,98	-0,2	95,50%
235°	0,99	-0,1	97,72%
240°	1	0	100,00%
245°	1	0	100,00%
250°	1	0	100,00%
255°	1	0	100,00%
260°	1	0	100,00%
265°	1	0	100,00%

Graus	E _{max}	(dB)	(%)
270°	1	0	100,00%
275°	1	0	100,00%
280°	0,99	-0,1	97,72%
285°	0,98	-0,2	95,50%
290°	0,97	-0,3	93,33%
295°	0,96	-0,4	91,20%
300°	0,94	-0,5	89,13%
305°	0,93	-0,6	87,10%
310°	0,93	-0,65	86,10%
315°	0,92	-0,7	85,11%
320°	0,91	-0,8	83,18%
325°	0,9	-0,9	81,28%
330°	0,89	-1	79,43%
335°	0,89	-1	79,43%
340°	0,89	-1	79,43%
345°	0,89	-1	79,43%
350°	0,89	-1	79,43%
355°	0,89	-1	79,43%

01 NOV 2011

IDEAL
Antenas Profissionais

Rua Fernando Ferreira da Silva, Bairro Santa Cecília - Pouso Alegre - MG - 37560-000 - Tel: +55 3449 9688 - www.idealantenas.com.br

Bast. Carlos Eduardo Nascimento

IDEAL

ANOS



Membro da Federação CISQ

RINA

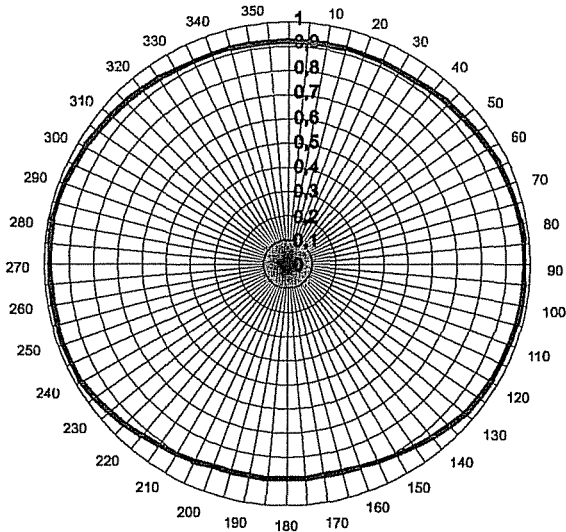
ISO 9001:2000
Sistema de Qualidade Certificado

Eletrônicos

BRASIL

O Vale da Eletrônica

Diagrama de Azimute na
polarização Circular



Grav.	Eletr.	(dB)	(dB)
0°	0,92257143	-0,7	85,11%
5°	0,92257143	-0,7	85,11%
10°	0,92257143	-0,7	85,11%
15°	0,92257143	-0,7	85,11%
20°	0,92257143	-0,7	85,11%
25°	0,92257143	-0,7	85,11%
30°	0,92789749	-0,65	86,10%
35°	0,93594429	-0,575	87,60%
40°	0,94406088	-0,5	89,13%
45°	0,949511	-0,45	90,16%
50°	0,95774524	-0,375	91,73%
55°	0,96605088	-0,3	93,33%
60°	0,97723722	-0,2	95,50%
65°	0,98287887	-0,15	96,61%
70°	0,98855309	-0,1	97,72%
75°	0,99426007	-0,05	98,86%
80°	1	0	100,00%
85°	1	0	100,00%

Grav.	Eletr.	(dB)	(dB)
90°	1	0	100,00%
95°	1	0	100,00%
100°	1	0	100,00%
105°	1	0	100,00%
110°	1	0	100,00%
115°	1	0	100,00%
120°	1	0	100,00%
125°	0,98855309	-0,1	97,72%
130°	0,97723722	-0,2	95,50%
135°	0,96605088	-0,3	93,33%
140°	0,95224785	-0,425	90,68%
145°	0,93864204	-0,55	88,10%
150°	0,92789749	-0,65	86,10%
155°	0,92257143	-0,7	85,11%
160°	0,91201084	-0,8	83,18%
165°	0,91201084	-0,8	83,18%
170°	0,91201084	-0,8	83,18%
175°	0,91201084	-0,8	83,18%

Grav.	Eletr.	(dB)	(dB)
180°	0,91201084	-0,8	83,18%
185°	0,91201084	-0,8	83,18%
190°	0,91201084	-0,8	83,18%
195°	0,91201084	-0,8	83,18%
200°	0,91727694	-0,75	84,14%
205°	0,92789749	-0,65	86,10%
210°	0,93864204	-0,55	88,10%
215°	0,949511	-0,45	90,16%
220°	0,96327438	-0,325	92,79%
225°	0,97723722	-0,2	95,50%
230°	0,98855309	-0,1	97,72%
235°	0,99426007	-0,05	98,86%
240°	1	0	100,00%
245°	1	0	100,00%
250°	1	0	100,00%
255°	1	0	100,00%
260°	1	0	100,00%
265°	1	0	100,00%

Grav.	Eletr.	(dB)	(dB)
270°	1	0	100,00%
275°	1	0	100,00%
280°	0,99426007	-0,05	98,86%
285°	0,98855309	-0,1	97,72%
290°	0,98287887	-0,15	96,61%
295°	0,97723722	-0,2	95,50%
300°	0,96605088	-0,3	93,33%
305°	0,95774524	-0,375	91,73%
310°	0,949511	-0,45	90,16%
315°	0,94406088	-0,5	89,13%
320°	0,93594429	-0,575	87,60%
325°	0,92789749	-0,65	86,10%
330°	0,92257143	-0,7	85,11%
335°	0,92257143	-0,7	85,11%
340°	0,92257143	-0,7	85,11%
345°	0,92257143	-0,7	85,11%
350°	0,92257143	-0,7	85,11%
355°	0,92257143	-0,7	85,11%

01 NOV 2011

9

IDEAL

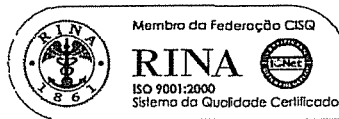
Antenas Profissionais

Rua Fernando Ferreira da Silva, Bairro Santa Cecília, Pouso Alegre - MG - 37550-000 - Tel.: +55 3449 9688 - www.idealantenas.com.br

José Ednaldo Damasceno Nascimento

IDEAL

ANOS



Eletrônicos
BRASIL
O Vale da Eletrônica

Diagrama de Elevação para 1 elemento

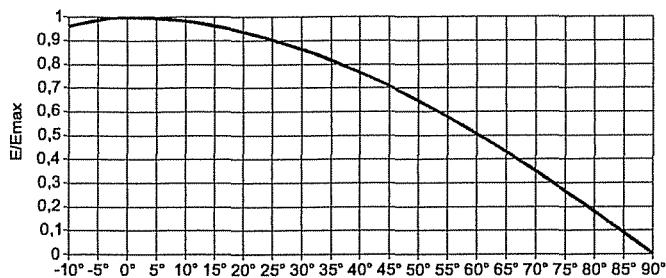


Diagrama de Elevação para 2 elementos

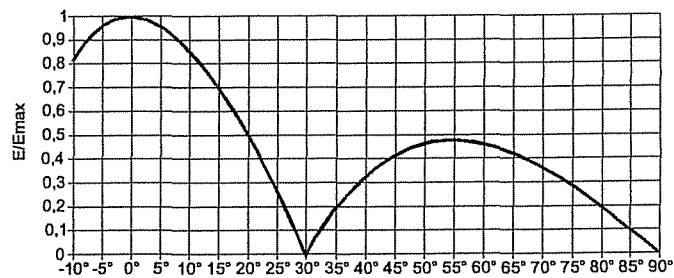


Diagrama de Elevação para 3 elementos

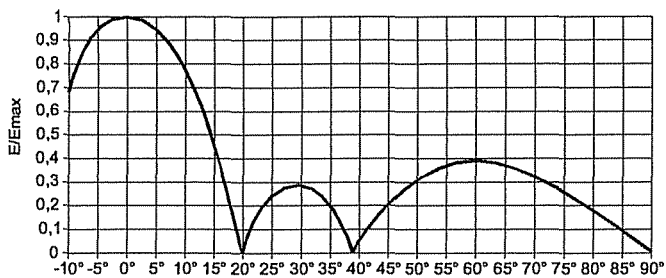


Diagrama de Elevação para 4 elementos

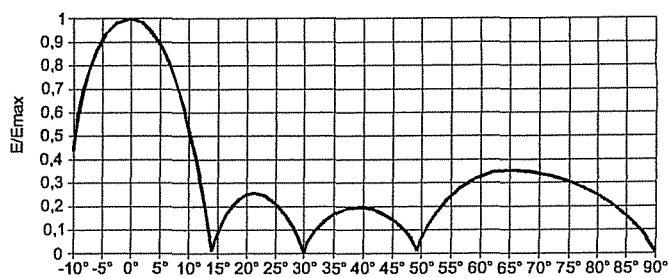
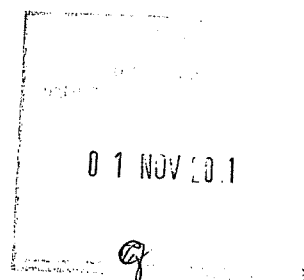
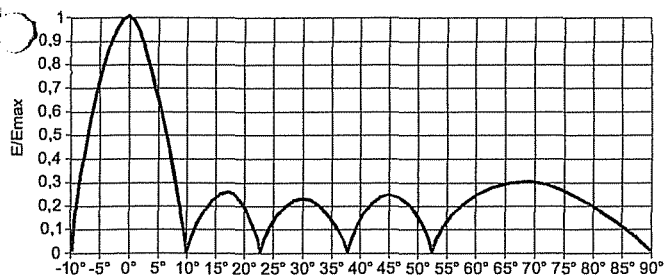


Diagrama de Elevação para 6 elementos



IDEAL
Antenas Profissionais

Rua Fernando Ferreira da Silva, Bairro Santa Cecília - Pouso Alegre - MG - 37550-000 - Tel. +55 3449 9688 - www.idealantenas.com.br

Ass. Edinaldo F. Moreira



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES



**Certificado de Homologação
(Intransferível)**

Nº 0916-06-0312

Validade: Indeterminada

Emissão: 30/06/2006

Fabricante:

MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA.
RUA JOÃO DE PAULA FRANCO 469 JARDIM MARABÁ
04775-165 - SAO PAULO - SP

Este documento homologa, nos termos do Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução Anatel nº 242, de 30 de novembro de 2000, o Certificado de Conformidade nº 00786/06, emitido pelo **OCD - IBRACE - Instituto Brasileiro de Certificação**. Esta homologação é expedida em nome do fabricante aqui identificado e é válida somente para o produto a seguir discriminado, cuja utilização deve observar as condições estabelecidas na regulamentação do serviço ou aplicação a que se destina.

Tipo:

Transmissor de Radiodifusão Comunitária - Categoria II

Modelo(s):

MTFM98

Serviço/Aplicação:

Serviço de Radiodifusão Comunitária

Características técnicas básicas:

Faixa de Frequências Tx (MHz)	Potência Máxima de Saída (W)	Designação de Emissões
87,8 a 108,0	25,0	180KF3E / 256KF8E

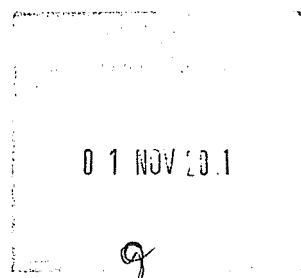
Observações:

Quando do seu fornecimento, os produtos devem estar ajustados na(s) potência(s) e frequência(s) autorizadas pelo órgão técnico competente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Constitui obrigação do fabricante do produto no Brasil providenciar a identificação do produto homologado, nos termos do art. 39 do Regulamento anexo à Resolução Anatel nº 242, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.

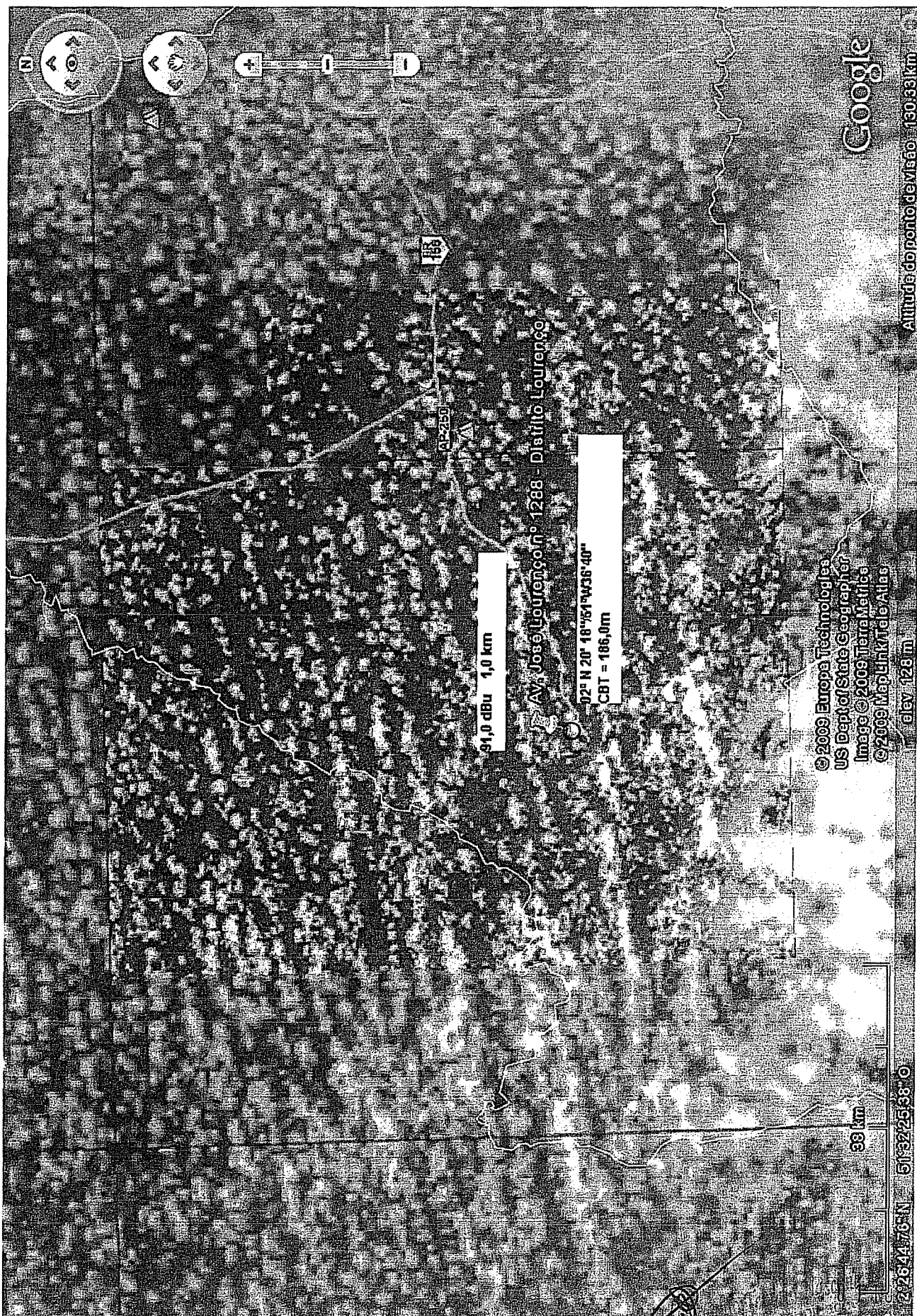
As informações constantes deste certificado de homologação podem ser confirmadas no SGCH - Sistema de Gestão de Certificação e Homologação, disponível no portal da Anatel. (www.anatel.gov.br).

Francisco Carlos Giacomini Soares
Gerente Geral de Certificação e
Engenharia do Espectro

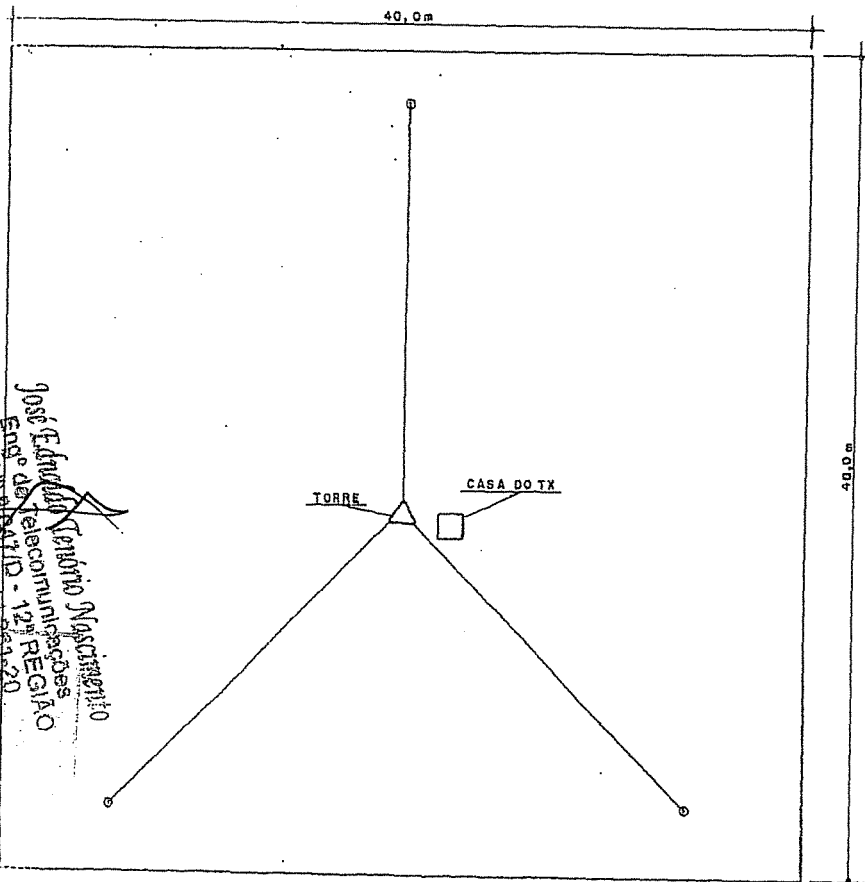


José Ednaldo Denório Nascimento

SECEM - M. das Comunicações
167
2



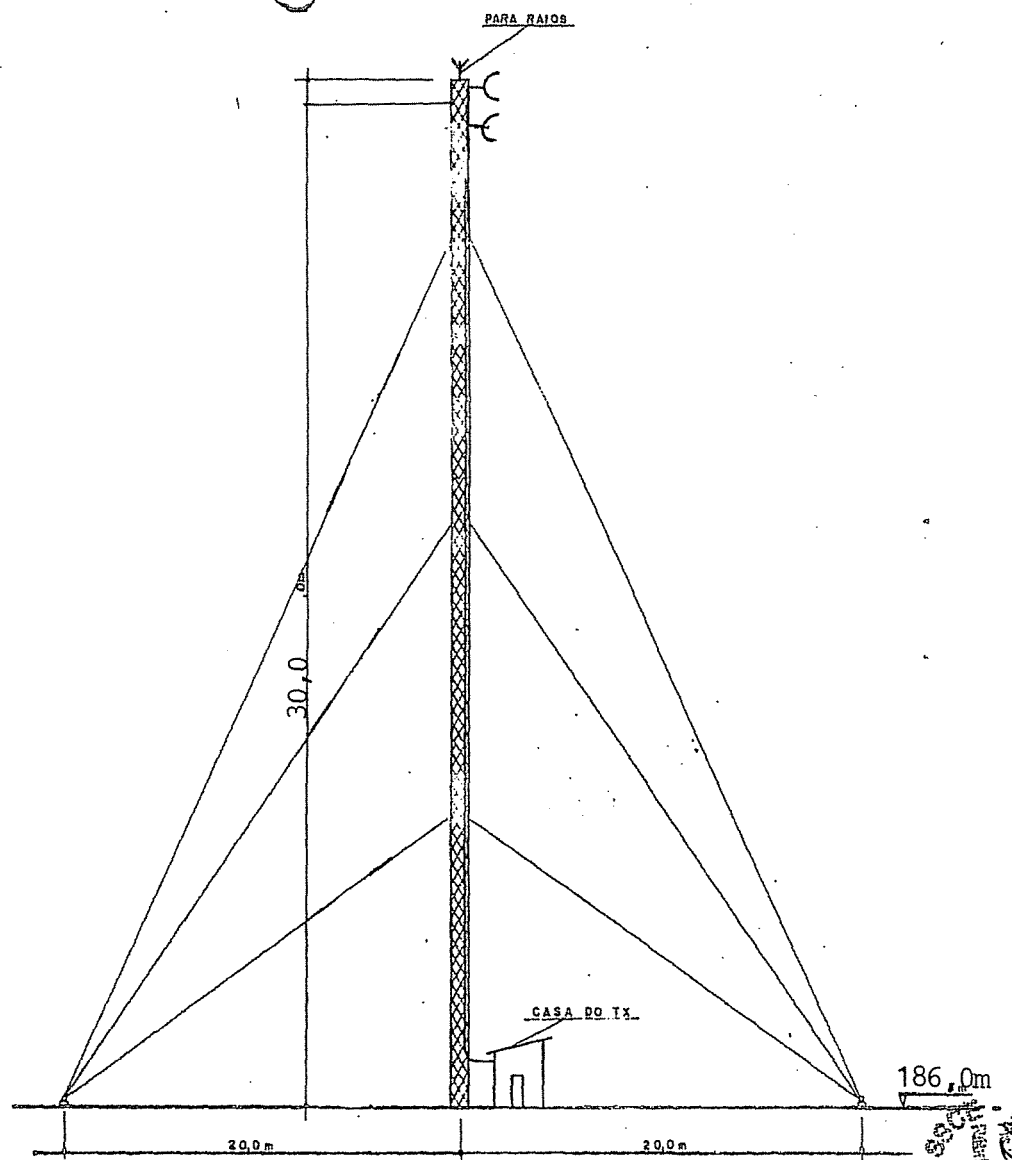
Ente de Telecomunicações
CREA Nº 8.047/D- 12º REG
CPF Nº 220.814.251-20



José Eduardo Tório Nascimento
 Eng. de Telecomunicações
 CREAN Nº 00410 - 12ª REGIÃO
 CPF Nº 236.814.554-20

01 NOV 2011

g



ASSOCIAÇÃO COM.DOS MOR.DE LOURENÇO
 Distrito de Lourenço - Calçoene-AP
 PLANTA DE INSTALAÇÃO DE CAMPO

168
 18/11/09

18/11/09



CREA-DF
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura
e Agronomia do Distrito Federal

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART

Registro de Contrato sob a forma de Anotação de
Responsabilidade Técnica - Lei Federal nº 6.496/77

ART N.º

63341/2009 das

RESPONSÁVEL TÉCNICO/CONTRATADO

2 Nome do profissional: JOSE EDNALDO TENORIO NASCIMENTO			
3 Título(s) profissional(is): ENGENHEIRO ELETRICISTA			4 Registro nº: DF8047/D
5 N.º CPF: 226.814.261-20	6 Endereço do profissional: HABITACIONAL VICENTE PIRES CHACARA 44 CS. 21B-TAGUATINGA NORTE		
8 Cidade/UF: TAGUATINGA/DF	9 CEP: 72110800	10 Telefone: (61) 33971236	11 E-mail: ENGET.RADIO@UOL.COM.BR
12 Nome da empresa contratada:		13 N.º Registro/Visto CREA-DF: /	14 Telefone: 0

CONTRATANTE

15 Nome do Contratante (pessoa física ou jurídica): ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇÓENE		16 CPF/CNPJ: 09.469.601/0001-12	
17 Endereço para Correspondência: AV. JOSÉ LOURENÇO, Nº 1288-LOURENÇO		18 Cidade/UF: CALÇÓENE/AP	20 Telefone: (61) 33220694
21 Nome do proprietário da obra/serviço: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇÓENE		22 CPF/CNPJ: 09.469.601/0001-12	23 Telefone: (61) 33220694

DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO CONTRATADO

24 Tipo do Registro da ART: 1 - Normal	25 Característica da ART: 1 - Projeto	26 Participação: 1 - Individual	27 Vínculo do profissional: 3 - Sócio	28 Situação da obra/serviço: 1 - Não Iniciada
29 Endereço da obra ou serviço: AV. JOSÉ LOURENÇO, Nº 1288, DISTRITO DE LOURENÇO				30 Cidade/UF: CALÇÓENE/AP
31 CEP: 0-000	32 Telefone: (61) 33220694	33 Valor da obra/serviço: 1000.00	34 Valor dos honorários: 1000.00	35 Prazo de execução (em dias): 90
36 Início das Atividades: 20/11/2009	37 N.º de pavimentos: 0	38 Área inicial: 0.00	39 Área de acréscimo: 0.00	40 Área total: 0.00
41 Objeto da obra ou serviço, descrito conforme o contrato: ELABORAÇÃO DE PROJETO DE APROVAÇÃO DE LOCAL E EQUIPAMENTOS DE EMISSORA DE RÁDIO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CALÇÓENE-AP				

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS

42 Nível de Atuação (cód.): 2	43 Atividade Técnica (cód.): 51	44 Classificação da Atividade Técnica (cód.): B0109	45 Quantidade: 1	46 Unidade de medida (cód.): Hz	47 Observações Complementares: DECLARO QUE O PROJETO/OBRA A QUE SE REFERE ESTE DOCUMENTO ATENDE AO ESTABELECIDO PELO DECRETO N.º 5296/2004, ART. 11: "A CONSTRUÇÃO, REFORMA OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES DE USO PÚBLICO OU COLETIVO, OU A MUDANÇA DE DESTINAÇÃO PARA ESTES TIPOS DE EDIFICAÇÃO, DEVERÃO SER EXECUTADAS DE MODO QUE SEJAM OU SE TORNEM ACESSÍVEIS À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA.
48 Entidade profissional com direito a repasse do percentual da taxa de ART: SINDICATO DOS ENGENHEIROS DE BRASÍLIA - SENGE					

PARA USO DO CREA-DF

49 Vinculação: 1. Projeto 2. Obra/Serviço 3. Co-autoria 4. Co-responsabilidade 5. Complementação 6. Substituição 7. Subcontratos	50 N.º Vínculo: 50 N.º Vínculo: 50 N.º Vínculo:	51 Serviço: 51 Serviço: 51 Serviço:	52 Vinculada à ART N.º/Ano: 52 Vinculada à ART N.º/Ano: 52 Vinculada à ART N.º/Ano:
---	---	---	---

ASSINATURAS

53 Declaro serem verdadeiras as informações acima: 	54 De acordo: 	55 De acordo: Anuência do Contratante Original
56 Local e data: Brasília 23/11/09	57 Recebido por: ART ONLINE	TODA ART DEVERÁ SER BAIXADA JUNTO AO CREA-DF QUANDO DO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO PROFISSIONAL 1ª VIA: CREA - 2ª VIA: VIA PROFISSIONAL - 3ª VIA: ÓRGÃOS PÚBLICOS 4ª VIA: OBRA - 5ª VIA: PROPRIETÁRIO

O signatário do presente documento tem ciência de que a falsidade das declarações aqui informadas configura crime e ocasionará sua responsabilidade civil, penal e administrativamente.

Válida somente com as assinaturas do Profissional e do Contratante, e após conferência pelo CREA-DF. As ARTs serão consideradas válidas pelo Crea-DF quando apresentadas em conjunto com o comprovante de seu pagamento.		
58 DATA DO PAGAMENTO: 23/11/2009	59 VALOR DA TAXA: 30,00	60 RECIBO N.º: 163341 01 NOV 2011

- Imprima em impressora jato de tinta (ink jet) ou laser em qualidade normal ou alta (Não use modo econômico).
- Utilize folha A4 (210 x 297 mm) ou Carta (216 x 279 mm) e margens mínimas à esquerda e à direita do formulário.
- Corte na linha indicada. Não rasure, risque, fure ou dobre a região onde se encontra o código de barras.
- Caso não apareça o código de barras no final, clique em F5 para atualizar esta tela.
- Caso tenha problemas ao imprimir, copie a sequência numérica abaixo e pague no caixa eletrônico ou no internet banking:

Linha Digitável: 10491.04951 96904.959606 00001.633411 1 44370000003000
Valor: R\$30,00

Recibo do Sacado

CAIXA | **104-0** | **10491.04951 96904.959606 00001.633411 1 44370000003000**

Cedente		Agência/Código do Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal		1041/049596	R\$		904959600000163341-3
Número do documento	CPF/CNPJ	Vencimento	Valor documento		
163341		30/11/2009	30,00		
(-) Desconto / Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(=) Valor cobrado	(=) Valor cobrado	
Sacado					
JOSE EDNALDO TENORIO NASCIMENTO - DF8047/D					

Demonstrativo
Não receber após o vencimento
Descrição: Registro da ART ONLINE 63341/2009

Autenticação mecânica

Endereço da obra/serviço: AV. JOSÉ LOURENÇO, Nº 1288, DISTRITO DE LOURENÇO
Proprietário: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇOENE

Corte na linha pontilhada

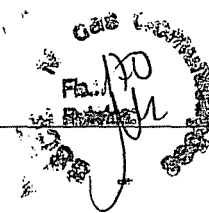
20/11/2009 - BANCO DO BRASIL - 16:43:17
123101231 0021
CHILDRONIA RB 0800 729 5678

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

CLIENTE: J & G CONS ASSESSORIA LTDA
AGÊNCIA: 1231-9 CONTA: 9.626-8
CAIXA ECONOMICA FEDERAL
10491049519690495960600001633411144370000003000
NR. DOCUMENTO 112.004
DATA DO PAGAMENTO 20/11/2009
VALOR DO DOCUMENTO 30,00
VALOR COBRADO 30,00
NR. AUTENTICAÇÃO A.316.E05.994.B2B.2DA

Transação efetuada com sucesso por: J0195444 JOSE E T NASCIMENTO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.017189/08 Localidade/UF: Calcoene/AP
Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO CALÇOENE
Aviso: 29 Publicação: 28/03/2008 Prazo: 12/05/2008 Canal: 200

COORDENADAS		
	Proposta (A)	IBGE (B)
Latitude:	02N2018	02N2951
Longitude	51W3640	50W5655

DISTÂNCIA	
Distância A:B (IBGE)	75.72

Processo		
1.	Entregou documentação tempestivamente?	Sim
2.	Endereço da Antena Proposta	
Av. José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço		
2.1.	Endereço do Studio	
Av. José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço		
3.	Relação de concorrentes (d <= 4000 m)	

4.	Dependentes ordenados pela precedência do aviso de inscrição (d < 4000 m)	
----	---	--

5.	Conclusão com base na análise dos distanciamentos do mesmo canal	VIÁVEL
6.	A estação situa-se em município de Faixa de Fronteira?	Sim
7.	Declaração do representante legal da entidade relativa ao item 6.7, IX da Norma 02/98.	
8.	Apresenta planta de arruamento que atende ao item 6.7, X da Norma 02/98?	

9.	A área urbana da localidade é <= 3,5 km?	Sim
----	--	-----

10.	Endereço da Sede Administrativa da Emissora	
Av. José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço		

11.	Este endereço está sediado na área da comunidade para qual a emissora pretende prestar o serviço?	Sim
-----	---	-----

12.	Conclusão da Análise	01 NOV 2010
-----	----------------------	-------------

Em relação a primeira análise técnica, o processo encontra-se instruído . 9

Regina Aparecida Monteiro
(Analista)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO DE RADCOM

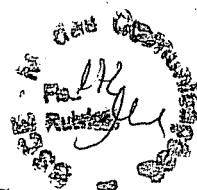
Identificação do Processo

Número: 53000.017189/08 Localidade/UF: Calcoene/AP
 Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO CALÇOENE
 Aviso: 29 Publicação: 28/03/2008 Prazo: 12/05/2008 Canal: 200

Processo							
1.	Entregou documentação tempestivamente?		Sim				
2.	Apresentou Formulário padronizado DOUL/RADCOM 02?		Sim				
3.	Apresentou Declaração firmada pelo representante legal da entidade de que na ocorrência de interferência tomará as providências previstas nas letras "a" e "b" do item 6.11 da Normal 02/98, Portaria 191 de 06/08/98, DOU 07/08/98?	a.	Sim				
		b.	Sim				
4.	Apresentou planta de arruamento, em escala de denominador máximo igual a 10.000, onde deverá estar assinalado o local de instalação do sistema irradiante, com indicação da coordenadas geográficas com precisão de segundos, e traçada a circunferência de até 1Km de raio. que limita a área abrangida pelo contorno de serviços?(nº III, item 6.11)		Sim				
5.	Apresentou diagrama de irradiação horizontal da antena transmissora, com a indicação do norte verdadeiro, diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto; no caso de antenas de polarização circular ou elíptica, devem ser apresentadas curvas distintas das componentes horizontal e vertical dos diagramas? (nº IV, item 6.11)		Sim				
6.	Apresentou declaração do profissional habilitado de que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende as condições exigidas no item 14.2.7.1 ou estado específico, conforme determina o item 14.2.7.1.1? (nº V, item 6.11)		Sim				
7.	Apresentou declaração do profissional habilitado atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta, ou se for o caso, declaração da inexistência de aeródromo na localidade? (nº VI, item 6.11)		Sim				
8.	Apresentou parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, atestando q a instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91 dBU da emissora não fica situado a mais de 1Km de distância da antena transmissora		Sim				
9.	Apresentou Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente à instalação proposta? (nº VIII, item 6.11)		Sim				
10.	Verificar no Formulário de Informação Técnicas se o Ganho de antena <= 0,0 dBU?		Sim				
<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 25%; border: none;">a. Ganho Máximo: 0,00</td> <td style="width: 25%; border: none;">b. Fabricante: Ideal Ind. e com. de Antenas Ltda</td> <td style="width: 25%; border: none;">c. Modelo: FM - Espiral</td> <td style="width: 25%; border: none;"></td> </tr> </table>				a. Ganho Máximo: 0,00	b. Fabricante: Ideal Ind. e com. de Antenas Ltda	c. Modelo: FM - Espiral	
a. Ganho Máximo: 0,00	b. Fabricante: Ideal Ind. e com. de Antenas Ltda	c. Modelo: FM - Espiral					
11.	Altura da antena em relação ao solo <= 30m?	Altura: 30,00	Sim				
12.	Potência efetiva irradiada (ERP) <= 25W (-16,02 dBk)?		Sim				
13.	O transmissor está certificado?		Sim				
<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 25%; border: none;">a. Fabricante: Montel Sistemas de comunicação Ltda</td> <td style="width: 25%; border: none;">b. Modelo: MTFM-98</td> <td style="width: 25%; border: none;">c. Categoria: 2 H</td> <td style="width: 25%; border: none;">d. Certificado: 0916-06-0312</td> </tr> </table>				a. Fabricante: Montel Sistemas de comunicação Ltda	b. Modelo: MTFM-98	c. Categoria: 2 H	d. Certificado: 0916-06-0312
a. Fabricante: Montel Sistemas de comunicação Ltda	b. Modelo: MTFM-98	c. Categoria: 2 H	d. Certificado: 0916-06-0312				
14.	Intensidade de campo no limite da área de serviço <= 91 dBU?		Sim				
15.	As coordenadas geográficas do local de instalação são as mesmas do aviso que torna público a relação das entidades SELECIONADAS para a prestação do serviço?		Sim				
16.	Conclusão da Análise						
Em relação a segunda análise técnica, o processo encontra-se instruído .							

Regina Aparecida Monteiro
 (Analista)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO



ANÁLISE DE ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS

Referente Ofício nº 5075 /0 9 /RADCOM/DOS/SSCE-MC de 30/07/09

Processo nº 53000.017189/2008 Localidade: Calcoene - AP

Entidade: _____

- () única entidade no local ou;
() com concorrentes: () arquivado(s), () em análise, () em exigência, () instruído

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS:

- () Cumpridas integralmente – Processo instruído (1ª Fase) .
() Cumpridas parcialmente, restando a apresentação da seguinte documentação abaixo descrita:
(~~X~~) Cumpridas integralmente – Processo instruído (2ª Fase) – ENTIDADE HABILITADA

Observações:

Em relação a seguinte análise técnica, o processo encontra-se em análise

Brasília, 22/01/10

Analista responsável: _____

SIAPE: 1320258

EXIGÊNCIAS JURÍDICAS:

- (~~X~~) Cumpridas integralmente
() Cumpridas parcialmente, restando a apresentação da seguinte documentação:

Observações:

Processo Instruído

01 NOV 2011

9

* CONTINUAÇÃO – VERSO →

SEDE: Fls. 03 - Avenida José Lourenço n: 1288 - Distrito de
Lourenço - Colosso - AP

DENOMINAÇÃO FANTASIA: FLs. 03 - ASCOCAL

DENOMINAÇÃO:

CNPJ - FLs. ~~000~~ 33

ESTATUTO SOCIAL - FLs. 148 a 155

ATA DE FUNDAÇÃO/CONSTITUIÇÃO - FLs. ~~55 a 59~~ ^{e eleição} 55 a 59

ATA DE ALTERAÇÃO/DEFINIÇÃO DA DENOMINAÇÃO - FLs.

DIRETORIA: VÁLIDA ATÉ: 20/03/2011 MANDATO: 03 ANOS - ART. 11 - FL. 151
MEMBROS FLs.

Diretor Geral: Renato Alves da Santa Piaba

Diretor Adm.: José Ribamar Pereira

Diretor de Operações: Marcia Maria Gomes Oliveira

Declarações: Fl. 03

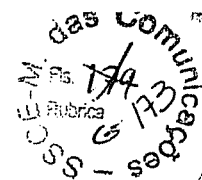
Declaração de cumprimento: FL. 04

RG / CPF: 08, 09 e 12

Brasília, 21/01/2010

Analista responsável:

SIAPÉ:



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B – sala 300

70044-900 – Brasília-DF

Tel.: (61)311-6890 – Fax: 311-6617

Ofício nº 613 /2010/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, 03 de fevereiro de 2010

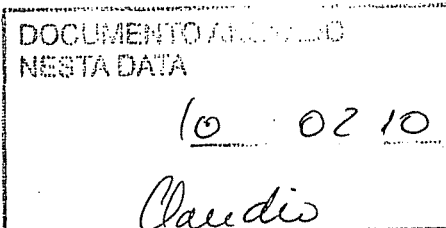
Ao Senhor

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA

Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço

Avenida José Lourenço nº 1.288, Distrito de Lourenço - AP

CEP: 68.970-000 – Calçoene – Distrito de Lourenço - AP



Assunto: Solicitação de documentação para obtenção de assentimento prévio

Prezado Senhor,

Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.017189/2008, na localidade de **Calçoene - AP**, no qual essa Entidade solicita **Assentimento Prévio** para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cumpre-nos formular as seguintes exigências, com vistas à instrução do pedido:

a) requerimento assinado pelo representante legal da Entidade, dirigido ao Secretário Executivo do Conselho de Defesa Nacional da Presidência da República, através do Ministério das Comunicações, solicitando o Assentimento Prévio para instalar a estação de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Calçoene - AP**, em conformidade com a Lei nº 6634, de 02 de maio de 1979 e do Decreto nº 85064, de 26 de agosto de 1980.

b) cópia autenticada do Estatuto Social da Entidade, constando todas as alterações realizadas e devidamente registrado no Livro "A" de Pessoas Jurídicas, inclusive artigos dispondo que:

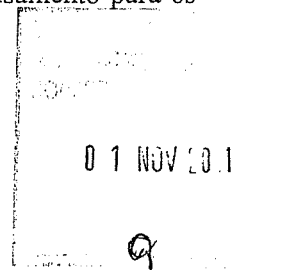
b.1) a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b.2) o quadro de pessoal será constituído de, pelo menos, dois terços de trabalhadores brasileiros;

b.3) a entidade não poderá efetuar nenhuma alteração do seu Estatuto Social sem prévia autorização da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional.

c) prova de nacionalidade de todos os dirigentes (cópia autenticada da certidão de nascimento para os solteiros, cópia autenticada da certidão de casamento para os

JR - DOS/SSCE/MC



casados, cópia autenticada de certidão de casamento com a correspondente averbação para os separados judicialmente ou divorciados e cópia autenticada de certidão de casamento e de óbito do cônjuge, para os viúvos).

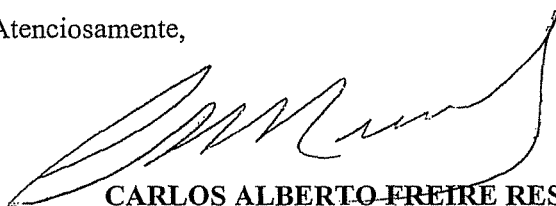
d) prova de que todos os dirigentes estão em dia com as obrigações referentes ao Serviço Militar (**original ou cópia autenticada**).

e) prova de que todos os dirigentes estão em dia com as obrigações relacionadas com a Justiça Eleitoral, apresentando Certidão atualizada de quitação com a Justiça Eleitoral (**original ou cópia autenticada**).

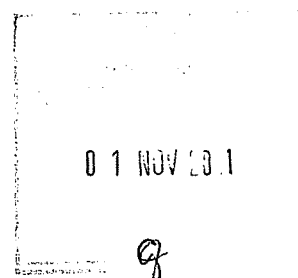
Obs. Os documentos acima citados deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

Será facultado a essa entidade, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento deste ofício, encaminhado com Aviso Postal, para instrução do pedido com a documentação exigida, sendo que a falta de resposta poderá ser considerada como desinteresse no prosseguimento do processo.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

17/11/2010
17/11/2010
17/11/2010

ANÁLISE DE ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS

Referente Ofício nº 613 /0 10/RADCOM/DOS/SSCE-MC de 03/02/2010

Processo nº 53000 019 189 / 2008 Localidade: Calçene - AP

Entidade: Associação Comunitária dos Meladores de Baniwa

(X) única entidade no local ou;

() com concorrentes: () arquivado(s), () em análise, () em exigência, () instruído

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS:

() Cumpridas integralmente – Processo instruído (1ª Fase)

() Cumpridas parcialmente, restando a apresentação da seguinte documentação abaixo descrita:

() Cumpridas integralmente – Processo instruído (2ª Fase) – ENTIDADE HABILITADA

Observações:

Brasília, ____/____/____

Analista responsável: _____

SIAPE: _____

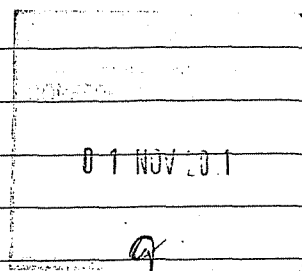
EXIGÊNCIAS JURÍDICAS:

() Cumpridas integralmente

(X) Cumpridas parcialmente, restando a apresentação da seguinte documentação:

Observações: Pendências:

* Documentação para assentimento prévio.



* CONTINUAÇÃO – VERSO →

SEDE: Fls. 03 - Avenida Jirau, nº 1288, Distrito de
Jirau

DENOMINAÇÃO FANTASIA: FLs. 03 - Asccal

DENOMINAÇÃO:

CNPJ - FLs. 33

ESTATUTO SOCIAL - FLs. 148 - 155

ATA DE FUNDAÇÃO/CONSTITUIÇÃO - FLs. 55 a 59

ATA DE ALTERAÇÃO/DEFINIÇÃO DA DENOMINAÇÃO - FLs.

DIRETORIA: VÁLIDA ATÉ: 20/03/2011 MANDATO: 3 ANOS - ART. 12
MEMBROS FLs. 55

Brasília, 08/04/2010

Analista responsável:

SLAPE:

176
SSCE -
Comunicações

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B – sala 300
70044-900 – Brasília-DF
Tel.: (61)311-6890 – Fax: 311-6617

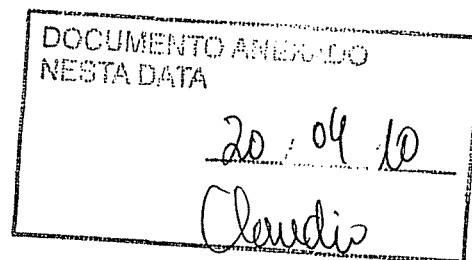
Ofício nº 1703 /2010/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, 09 de abril de 2010.

Ao Senhor

Renato Alves dos Santos Piaba

Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço
Avenida José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço
68.970-000 Calçoene-AP



Assunto: **Solicitação de documentação para obtenção de assentimento prévio**

Prezado Senhor,

Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.017189/2008, na localidade de **Calçoene-AP**, no qual essa Entidade solicita **Assentimento Prévio** para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cumpre-nos formular as seguintes exigências, com vistas à instrução do pedido:

a) **cópia autenticada** do Estatuto Social da Entidade (na íntegra), constando todas as alterações realizadas e devidamente registrado no Livro "A" de Pessoas Jurídicas, inclusive artigos dispendo que:

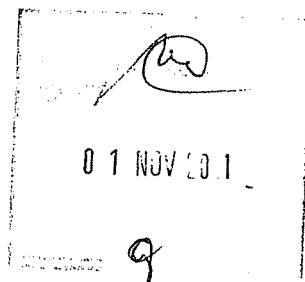
a.1) a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

a.2) a entidade não poderá efetuar nenhuma alteração do seu Estatuto Social sem prévia autorização da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional.

b) prova de nacionalidade de todos os dirigentes (**cópia autenticada** da certidão de nascimento para os solteiros, **cópia autenticada** da certidão de casamento para os casados, **cópia autenticada** de certidão de casamento com a correspondente averbação para os separados judicialmente ou divorciados e **cópia autenticada** de certidão de casamento e de óbito do cônjuge, para os viúvos). ✓

c) prova de que todos os dirigentes estão em dia com as obrigações referentes ao Serviço Militar (**original ou cópia autenticada**). ✓

JR - DOS/SSCE/MC




Ass. Com. C. 177

d) prova de que todos os dirigentes estão em dia com as obrigações relacionadas com a Justiça Eleitoral, apresentando Certidão atualizada de quitação com a Justiça Eleitoral (**original ou cópia autenticada**). ✓

Obs. Os documentos acima citados deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

Será facultado a essa entidade, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento deste ofício, encaminhado com Aviso Postal, para instrução do pedido com a documentação exigida, sendo que a falta de resposta poderá ser considerada como desinteresse no prosseguimento do processo.

Atenciosamente,


ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços
Substituto

01 NOV 2011

2º Exig.



Ao
Senhor Diretor do Outorgas de Serviços
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA/DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 025243/2010-05

SEAPA/SCE

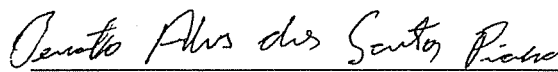
18/05/2010-15:19

Processo: 53000.017189/2008

Local: Lourenço – Calçoene/AP

Em atendimento às solicitações feitas por meio do ofício nº 1703/2010, relativo a pendência constatadas diante da análise do requerimento de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em nome da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO – CALÇOENE – AP**. Segue em anexo a documentação para obtenção do assentimento prévio.

Lourenço -AP, 15 de maio de 2010.

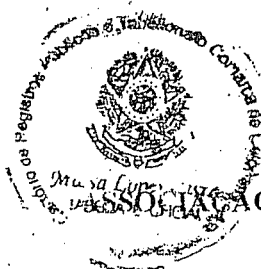

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA
Diretor Geral

01 NOV 2010

DOCUMENTO ANEXADO
NESTA DATA

19/05/2010.

Luiz



AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente **CÓPIA**
concorde com o Original.

30.04.2010

TITULAR



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇOENE - AP

ESTATUTO SOCIAL

1 - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇOENE/AP, doravante denominada ASCOCAL, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Calçoene, Estado do Amapá, com sede, na Avenida José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço.

Parágrafo Único - A ASCOCAL utilizará como denominação fantasia LOURENÇO FM e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇOENE/AP tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II - respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

NOV 20 1

[Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a signature that appears to read "José Luíz do S. Pereira" and another that reads "Charles Sales Bordalo".]

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente CÓPIA

concorde com o Original.

Maria Lúcia Costa, 30.04.2010



§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º - A receita da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇOENE/AP será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Art. 6º - A ASCOCAL será composta pelas seguintes categorias de associados:

01 NOV 2011

I - Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação;

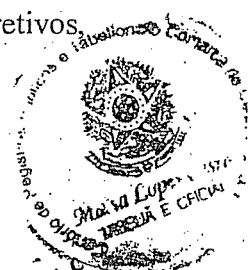
II - Contribuintes ou Efetivos - Todos aqueles que ingressarem na Associação após a data de fundação;

III - Honorários - pessoas físicas, jurídicas ou profissionais liberais, que concordam em contribuir com capital ou trabalho para o custeio e desempenho das atividades da associação.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- o direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12;
- manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG.
- Apoiar, divulgar, propor e efetivar eventos, programas e propostas da entidade;
- Cumprir com as disposições estatutárias e regimentais;
- Prestigiar e defender a Entidade, lutando pelo seu engrandecimento;



Dr. Charles Sales Barreto
Adv. OAB - 437429

José Inácio S. Pereira

- f) Trabalhar em prol dos objetivos da sociedade, respeitando os dispositivos estatutários e zelando pelo bom nome da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO - CALÇOENE /AP;
- g) Satisfazer pontualmente os compromissos que contraiu com a Entidade;
- h) Observar na sede da Instituição ou onde a mesma se faça representar as normas de boa educação e disciplina;
- i) Acatar as decisões da Diretoria.

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da ASCOCAL :

- a) Assembléia Geral ;
- b) Diretoria ;
- c) Conselho Comunitário.

Art. 11 - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da ASCOCAL, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 15 do mês de janeiro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 3 ano(s) para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§ 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ASCOCAL e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Dr. Charles Sales Bordalo
Adv. OAB - 438/AP

01 NOV 2011

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Art. 12 - A Diretoria da ASCOCAL, órgão executivo e administrativo responsável pela orientação intelectual e administrativa, será composta por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 3 anos, permitida a reeleição.

§1º - A Diretoria da ASCOCAL poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

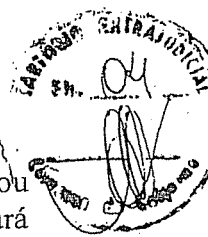
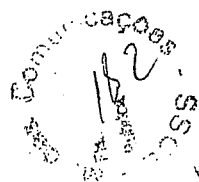
Art. 13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- Representar a ASCOCAL em atos públicos ou internos.
- Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da ASCOCAL.
- Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

- Ao Diretor Geral compete: representar a ASCOCAL, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente; coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos documentos concernentes a vida financeira da ASCOCAL, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem



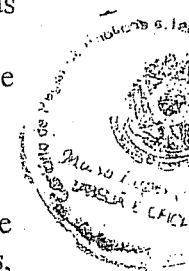
AUTENTICAÇÃO

Cartão de 100 e 500 Cópia

Inteiro com Original

30.04.2010

Notário Público
CPF 316.316.316
OFICIAL ESCRITÓRIO



Charles Sales Barbosa
MAD - 453/AD

01 NOV 2010
José Luído S. Pereira

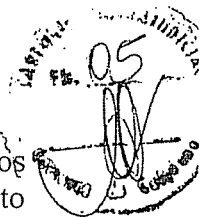
AUTENTICAÇÃO

Marta Lopes Costa
CPF 816 364 12345
OFICIAL E TABELA

Certifico que a presente **CÓPIA**

concorde com o Original.

30, 04, 2010



como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;

- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Art. 14 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado, de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Dr. Carlos Sales Barbosa
Adv. OAB - 332142

Jose Lucio S. Pereira

01 NOV 2010

Art. 17 - O Patrimônio e Receita da ASCOCAL será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

§ 1º - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

§ 2º - Em se formando quadro de pessoal, este será constituído de, pelo menos, dois terços de trabalhadores brasileiros.

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18 - Este estatuto, após prévia autorização da Secretária Executiva do Conselho de Defesa Nacional, poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 19º - A dissolução da ASCOCAL ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 21 - O presente estatuto foi aprovado na AG de 03/11/2008 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

AUTENTICAÇÃO

Comprova-se a presente **CÓPIA**

conferida com o Original.

30/04/2010

Renato Aves dos Santos Piaba
CPF: 006.890.822-90
Diretor Geral

Renato Aves dos Santos Piaba
Diretor Geral
CPF: 006.890.822-90

José Ribamar Pereira
Diretor Administrativo
CPF: 229.209.122-06

Registro de Pessoas Jurídicas
Lourenço, 10 de fevereiro de 2010 - AP

Protocolado sob o nº 149
Livro A Nº 03
Em 03 de fevereiro de 2010
Em 01.03.2010
Carimbo - AP 01.03.2010

Renato Aves dos Santos Piaba
CPF: 006.890.822-90
OFICIAL E-TABELIA

José Geraldo S. Pereira
CPF: 299.209.122-00

ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO –

CALÇOENE / AP

ASCOCAL



AUTENTICADO

Cartão que o presente **CÓPIA**

corresponde com o Original.

30.04.2010

Maisa Lopes Costa
CPF 318.365.15
OFICIAL E TABELIA
TÍTULOS

ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA PARA MODIFICAR O ESTATUTO SOCIAL.

Aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e dez (10.02.2010), reunidos em assembléia, na sede da Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço, cito à Avenida José Lourenço, numero 1.288, Distrito de Lourenço – Calçoene/AP reuniram-se a Diretoria Executiva, seus Conselhos e associados, com o objetivo de alterar o Estatuto Social para adequá-lo as disposições legais. Iniciando-se a sessão, houve a indicação do Sr. Renato Alves dos Santos Piaba para presidir os trabalhos, nomeando como secretária a Sra. Márcia Maria Gomes de Oliveira, sendo a seguir submetida à votação e aprovado a modificação e/ou acréscimos dos seguintes dispositivos:

1. O artigo 12 do Estatuto Social terá a seguinte redação: “A Diretoria da ASCOCAL, órgão executivo e administrativo responsável pela orientação intelectual e administrativa, será composta por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembléia Geral para mandato de 3 anos, permitida a reeleição.”; 2. O artigo 14 do Estatuto Social terá a seguinte redação: “O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por,

Dr. Charles Sales Bordalo
OAB - 408/AP

01 NOV 2011

no mínimo, cinco brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento de interesse exclusivo da comunidade.”; 3. O artigo 17 do Estatuto Social será acrescido de um § 2º, o qual terá a seguinte redação: “Em se formando o quadro de pessoal, este será constituído de, pelo menos, dois terços de trabalhadores brasileiros.”; 4. O artigo 18 do Estatuto Social terá a seguinte redação: “Este estatuto, após prévia autorização da Secretária Executiva do Conselho de Defesa Nacional, poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.”. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da mesa deu por encerrado a Assembléia, que vai assinada por mim, Secretária Márcia Maria Gomes de Oliveira e por todos os presentes, para que surta os efeitos legais.

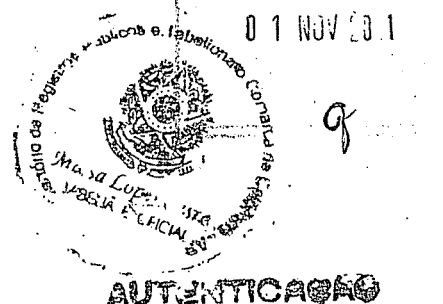
Lourenço, 10 de fevereiro de 2010.

João Paulo dos Santos Lima
Presidente da Mesa

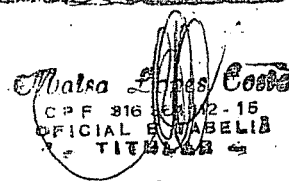
Márcia Maria G. Oliveira
Secretária

Jose Inaldo Soares Pereira

Charles Sales Barreto
1001/AP



AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente COPIA
corresponde com o Original.
30.04.2011



0007/07949

Renato Aves dos Santos Piaba
Renato Aves dos Santos Piaba
Diretor Geral

José Ribamar Pereira
José Ribamar Pereira
Diretor Administrativo

Marcia Maria Gomes de Oliveira
Marcia Maria Gomes de Oliveira
Diretora de Operações

Waldinete Sudário Melo
Waldinete Sudário Melo
Conselheira

Orleni Ribeiro dos Santos
Orleni Ribeiro dos Santos
Conselheira

José Inaldo Soares Pereira
José Inaldo Soares Pereira
Conselheiro

Nelson Ferreira Neves
Nelson Ferreira Neves
Conselheiro

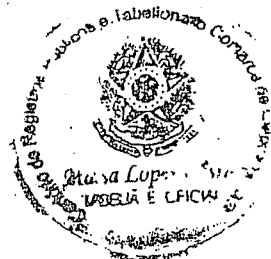
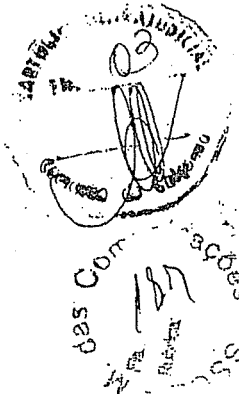
João Batista da Silva
João Batista da Silva
Conselheiro

Registro de Pessoas Jurídicas
Comarca de Calçoene - AP

Protocolado sob o Nº 149
Livro A Nº 01, em 03 de Feb
Mº 03, no Livro A Nº 02
Em 01.03.2010
Calçoene - AP, 01.03.2010

FUNDADORES:

Dr. Charles Sales Dantas
Adv. OAB - 423/02



AUTENTICADO

Documento que a presente COPIA
corresponde ao Original
30.04.2010

Marta Lopes Costa
CPF 316.361.115
ORIGINAL E TABELIA
TABELIA

01 NOV 2011



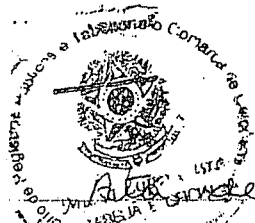
AUTENTICACAO

certifica que o presente Cópia

tem a mesma validade do Original

30.04.2010

Matheus Lopes Costa
CPF 316 304 115
OFICIAL E TABELADO
TITULAR



Ata da Reunião da Assembleia para modificação do Estatuto Social.

Aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e dez (10.02.2010), reunidos em assembleia na sede da Associação Comunitária dos Moradores do Boverino, sito à Avenida José Boverino, número 1288 - Distrito do Boverino - Faltome - AP, reuniram-se a Diretoria Executiva, seus conselheiros e associados, com o objetivo de alterar o Estatuto Social para adequá-lo às disposições legais. Iniciando-se a sessão, houve a indicação do Sr. Renato Fernandes dos Santos Viado, para presidir os trabalhos, nomeando como secretária a Sr. Yaneira Maria Gomes de Oliveira, sendo a seguinte submetida à votação e aprovada a modificação e/ou rescisões dos seguintes dispositivos: 1) O artigo 12 do Estatuto Social terá a seguinte redação: "A Diretoria da Associação, órgão executivo e administrativo responsável pela orientação intelectual e administrativa, será composta por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembleia Geral, por um mandato de 3 anos, perante a eleição". 2. O artigo 14 do Estatuto Social terá a seguinte redação: "O Conselho comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco membros natos ou naturalizados brasileiros maiores de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos de idade, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneficentes, religiosas e de moradores, desde que representativas e justificadas, com o objetivo de acompanhar a programação da entidade, com vista ao atendimento das necessidades da comunidade, iniciando-se exclu-

COMUNICADO
189

Social para a alteração de um § 2º, o qual terá a seguinte redacção: "Em se formando o quadro de pessoal, este será constituido de, pelo menos, dois terços de trabalhadores brancos." 4. O artigo 18 do Estatuto social terá a seguinte redacção: "Este estatuto, após previa autorização da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou em pelo menos de um terço nas convocações seguintes". Poderá mais tarde a tratar, o Presidente da mesa ser por encaminhado à Assembleia, que vai assinada por mim, Secretaria Maria Maria de Oliveira e por todos os presentes, para que produza os efeitos legais. Pouso, 10 de fevereiro de 2010.

Ant. Alves do Santo Ritos

Maria Maria Gomes de Oliveira

por Raimundo Pereira

Adm. de Raimundo Pereira
Presidente do Conselho

José Inácio Soares Pereira

Jão Batista de Sá

01 NOV 2010



Registro de T. Soc. Civ. do Estado de Pernambuco

Protocolado em 01/11/2010
Livro 4 No 01
03
Em 01/03/2010
AP 03/03/2010

AUTENTICADO

Certifico que a presente COPIA

corresponde ao Original.

27.04.2010



Maria Lopes Costa
C.F. 918.382/16
OFICIAL E TABELA
1175000



PODER JUDICIÁRIO

Justiça do Estado do Amapá

1º Ofício de Notas e de Registros Públicos da Comarca de Calçoene

Estado do Amapá, República Federativa do Brasil, estabelecido á Av: João Anastácio dos Santos, s/nº, Centro - CEP 68.960.000-

Oficial e Tabeliã : Maísa Lopes Costa

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS



CERTIDÃO DE CASAMENTO

A Oficial do Registro Civil da Comarca de Calçoene, Estado do Amapá, Brasil, por nomeação legal, etc... **CERTIFICA**, em virtude de atribuições que lhe são conferidas por lei, que em seu Cartório de Registro Civil, no livro nº : **B - 03** de **REGISTRO DE CASAMENTO**, às fls **327 e v**, sob o nº **375** foi registrado o Casamento de: **JOSÉ RIBAMAR PEREIRA e MARIA DO SOCORRO MARTINS DA SILVA**

Contraido em: 30 de maio de 2005

Perante : A Srª. Juíza de Paz: Silvana Cristina Rigôr

Testemunhas : Paulo César da Silva e Paulo Sérgio Silva.

ELE nascido em: Santana - MA, aos 22 de outubro de 1963, brasileiro, solteiro, garimpeiro, residente e domiciliado neste município, sito ao Distrito de Lourenço, filho de: Maria Domingas Pereira, residente e domiciliada em Cachoeira do Piriá-PA.

ELA nascida em: BR-316 da Pará - Maranhão - PA, aos 19 de novembro de 1967, brasileira, solteira, doméstica, residente e domiciliada neste município, sito ao Distrito de Lourenço, filha de: José Gomes da Silva e Maria Ângela Martins, já falecidos.

A qual passa a assinar-se: **MARIA DO SOCORRO MARTINS PEREIRA**

Foram apresentados todos os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro e o casamento foi realizado sob o regime : **COMUNHÃO PARCIAL DE BENS**

OBSERVAÇÕES : Nada Consta.

O referido é verdade e dou fé.

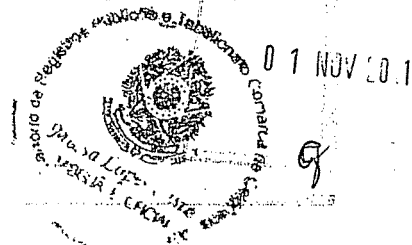
Calçoene - AP, 30 de maio de 2005.

Oficial
Maísa Lopes Costa
CPF 810.884.11-18
OFICIAL E TABELIÃ
- TITULAR

AUTENTICACAO

Certifico que a presente **CÓPIA**
é verdadeira e Original.

30.05.2005
CPF: 810.884.11-18
Portaria 01971/2005 - CGJ
ESCREVENTE AUTORIZADA



AUTENTICAÇÃO

Cartão que a presente
 com o Original.

Fabrizia de Araújo Lopes
 CPF: 960.954.902-00
 Portaria 01971/2009 - CGJ
 ESCRIVENTE AUTORIZADA

COPIA

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
 POLÍCIA TÉCNICA CIENTÍFICA
 DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

ASSINATURA DO TITULAR
 Marcia Maria Gomes Oliveira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO GERAL 160213
 DATA DE EXPEDIENTE 17/08/2010

NOME
 MARCIA MARIA GOMES OLIVEIRA

TIPO DO DOCUMENTO
 ABELARDO COSTA OLIVEIRA

NATURALIDADE
 BELEN - PA

DOC ORIGINÁRIO
 MSC. 80186 LIV. A-61 FLS. 31 BELEN-PA. 20-12-84

DATA DE NASCIMENTO
 30/07/1977

CPF
 960.954.902-00

DIRETOR DE IDENTIFICAÇÃO
 BEL. LUIZINO AMORIM MORENO

AUTENTICAÇÃO

Cartão que a presente
 com o Original.

Fabrizia de Araújo Lopes
 CPF: 960.954.902-00
 Portaria 01971/2009 - CGJ
 ESCRIVENTE AUTORIZADA

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

Marcia Maria Gomes Oliveira

AUTENTICAÇÃO

Cartão que a presente
 com o Original.

Fabrizia de Araújo Lopes
 CPF: 960.954.902-00
 Portaria 01971/2009 - CGJ
 ESCRIVENTE AUTORIZADA

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
 MARCIA MARIA GOMES OLIVEIRA

DATA DE NASCIMENTO
 30/07/1977

MUNICÍPIO / UF
 MACAPÁ / AP

INSCRIÇÃO
 0009 2174 2869

QUANTIDADE DE VOTOS
 002

ZONA
 0009

SEÇÃO
 0009

DATA DE EMISSÃO
 14/04/2010

JUIZ ELEITORAL
 JUIZ ELEITORAL

AUTENTICAÇÃO

Cartão que a presente
 com o Original.

Fabrizia de Araújo Lopes
 CPF: 960.954.902-00
 Portaria 01971/2009 - CGJ
 ESCRIVENTE AUTORIZADA

01 NOV 2010

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
 Número de inscrição

77461847254

NOME
 MARCIA MARIA GOMES OLIVEIRA

Nascimento
 30/07/1977

AUTENTICAÇÃO

Cartão que a presente
 com o Original.

Fabrizia de Araújo Lopes
 CPF: 960.954.902-00
 Portaria 01971/2009 - CGJ
 ESCRIVENTE AUTORIZADA

DECLARACAO

PAI NAO DECLARADO

Mãe: MARIA DOMINGAS PEREIRA

22.10.63 SANTANA-MG

DISPENSA DO SERVIÇO MILITAR
NÃO TER SIDO MAIS DO QUE
EM 22.12.00

Ministro da Justiça
Delegado de Polícia

AUTENTICAÇÃO

Artículo que a presente COPIA

Compare com o Original.

30.04.00
Fátima de Araújo Lopo
CPF: 960.954.902-00
Portaria 0197/2009 - CGJ
ESCREVENTE AUTORIZADA

DECLARACAO

2ª VILA

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
DIRETORIA DE SERVIÇO MILITAR
CERTIFICADO DE DISPENSA
DE INCORPORAÇÃO

28ª CSM
RA NP (875.291-B)

NOME
JOSE RIBAMAR PEREIRA

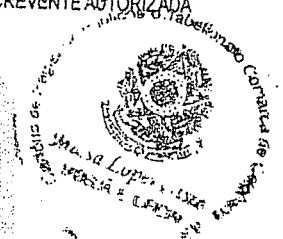
EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE

AUTENTICAÇÃO

Artículo que a presente COPIA

Compare com o Original.

30.04.00
Fátima de Araújo Lopo
CPF: 960.954.902-00
Portaria 0197/2009 - CGJ
ESCREVENTE AUTORIZADA



01 NOV 2011

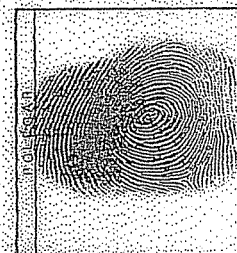
9

AUTENTICAÇÃO

Artículo que a presente COPIA

Compare com o Original.

30.04.00
Fátima de Araújo Lopo
CPF: 960.954.902-00
Portaria 0197/2009 - CGJ
ESCREVENTE AUTORIZADA



Jose Ribamar Pereira

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO CIVIL

ESTADO DO PARÁ — MUNICÍPIO DE BELÉM — COMARCA DA CAPITAL

NASCIMENTO N.º 60.185*

Cléria Chaves Castelo Branco Leão

Oficial do 2.º Cartório de Registro Civil de Nascimento e Óbitos da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará República Federativa do Brasil, por nomeação legal

CERTIFICO que as fls. 31 * e * do livro nº A-61 * de Registro de Nascimento foi registrado no dia vinte e sete de junho * de mil novecentos e oitenta * o assento de MARCIA MARLA GOMES OLIVEIRA * nascido a trinta * de julho * de mil novecentos e setenta * às 12 * horas na casa NºX Maternidade da Santa Casa, nesta cidade * do sexo feminino * filho * * * * * de Abelardo Costa Oliveira e de Telma Gomes Oliveira * * * * * sendo avós paternos Guilherme Oliveira * e Antonieta Costa Oliveira * maternos Antonio Gomes Sodré * Domingas dos Passos Gomes * 0.1 NOV 1981 declarante A genitora * serviram de testemunhas Pedro Souza e Carlos Chaves *

Em virtude da Lei n. 6.041, de 31 de dezembro de 1973, * ontem emenda nem rasura *

AUTENTICAÇÃO

Atestamos que a presente COPIA * * * * * corresponde com o Original. * * * * *

Fabrizio de Araújo Lopes
CPF: 960.934.902-00
Portaria 01971/2009 - CGJ
ESCREVENTE AUTORIZADA

Belém, 20 de dezembro de 1984.

Certifico que a certidão original encontra-se com este de feito.

Fabrizio de Araújo Lopes
CPF: 960.934.902-00
Portaria 01971/2009 - CGJ
ESCREVENTE AUTORIZADA



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **MARCIA MARIA GOMES OLIVEIRA**

Inscrição: **003971742500** Zona: 3 Seção: 18

Município: 6033 - CALÇOENE UF: AP

Data de Nascimento: 30/07/1977 Domiciliada desde: 17/04/2004

Filiação: TELMA GOMES OLIVEIRA

ABELARDO COSTA OLIVEIRA

Certidão emitida às 12:28 de 04/05/2010

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

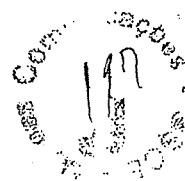
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código

SD9V.2T+Q.9BLE.QMVM

Imprimir

01 NOV 2010



● Certidão autêntica

Esta é uma Certidão de Quitação Eleitoral autêntica emitida pela Justiça Eleitoral para o seguinte eleitor:

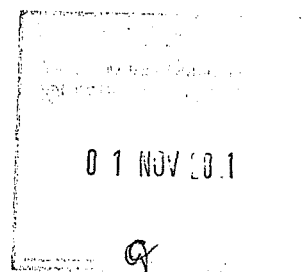
Eleitora: **MARCIA MARIA GOMES OLIVEIRA**

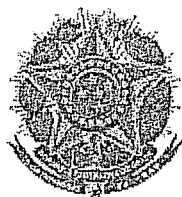
Inscrição: **003971742500**

Data Nascimento: 30/07/1977

Filiação: **TELMA GOMES OLIVEIRA**

ABELARDO COSTA OLIVEIRA





**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA**

Inscrição: **001197472593** Zona: 3 Seção: 18

Município: 6033 - CALÇOENE UF: AP

Data de Nascimento: 11/08/1988 Domiciliado desde: 17/04/2004

Filiação: EDVANILDA ALVES DOS SANTOS PIABA
RAIMUNDO NONATO MARTIL PIABA

Certidão emitida às 12:50 de 04/05/2010

01 NOV 2010

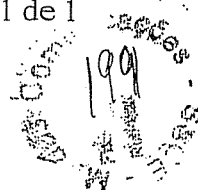
Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código **/B2L./CYM.ORN7.S1GW**

Imprimir



● Certidão autêntica

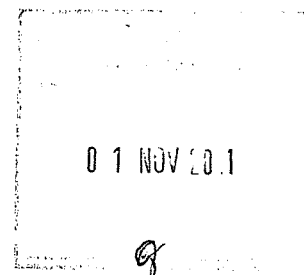
Esta é uma Certidão de Quitação Eleitoral autêntica emitida pela Justiça Eleitoral para o seguinte eleitor:

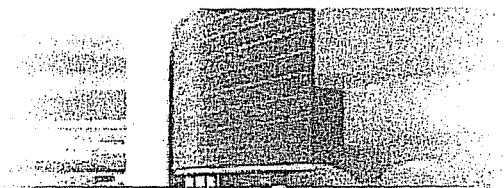
Eleitor: **RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA**

Inscrição: **001197472593**

Data Nascimento: 11/08/1988

Filiação: **EDVANILDA ALVES DOS SANTOS PIABA**
RAIMUNDO NONATO MARTIL PIABA

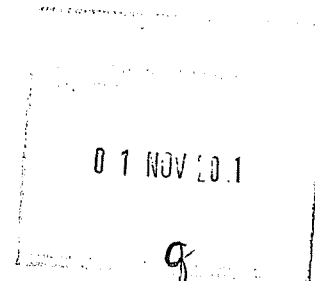


ações
Vl
Con.
Ses

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Resultado da Consulta

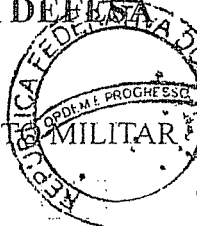
Inscrição:	019530441376
Nome:	JOSE RIBAMAR PEREIRA
Situação:	REGULAR
Zona:	3
Local:	ESCOLA ESTADUAL JUVENAL GUIMARÃES TEIXEIRA
Endereço:	TV. MÃE LUZIA, S/N, CENTRO, DISTRITO DE LOURENÇO - CENTRO
Seção:	10
Município:	CALÇOENE - AP
Imprimir:	Fechar:

Secretaria de Tecnologia da Informação - TRE-DF
Secretaria de Tecnologia da Informação - TSE

CÓPIA COLORIDA

MINISTÉRIO DA DEFESA

CERTIFICADO DE ALISTAMENTO MILITAR



Comando em Chefe
29
1988

08 28
28 045 300108 - 5 31 12 2011

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA

11 08 1988 65500000 Chapadinha MA

AV. PE. JILIO MARIA LAMBAERD, 311-F

CENTRAL 68300030 95-91141515 68300000

2 23 3ª Série do Ensino Médio M

X2010 ESTUDANTE 1 Solteiro

RAIMUNDO NONATO MARTIL PIABA

EDVANILDA ALVES DOS SANTOS PIABA

PRESTA SERVIÇO ☐ SIM ☒ NÃO

JSM-045-5 DEL SM - MACAPA-AP

MACAPA AP 10 05 2010

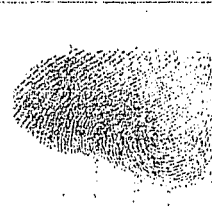
Emitido em: 10 de maio de 2010

ASSINATURA DO ALENTO

P/ Aldenora Pinto de Oliveira da Cunha - Secretário(a)

Renato Alves dos Santos Piaba
ASSINATURA DO ALISTADO

OLTECAR DIRITO



Cartão de Alistamento 51405 A-35 105 21/11/1988

CART DE CHAPADINHA-MA

PARA USO DA

PARA USO DA

28 045 300108 - 5 28 045 300108 - 5 28 045 300108 - 5

MAIO - 2009

Apresentar-se à CS em: 2/8/2011

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA

28 045 300108 - 5

1988



01 NOV 2011

9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO



ANÁLISE DE ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS

Referente Ofício nº 1403 /0 10/RADCOM/DOS/SSCE-MC

de 09/04/2010

Processo nº 53000.014189/2008

Localidade: Calçene - AP

Entidade: Associação Comunitária dos moradores de Lourenço.

(X) única entidade no local ou;

() com concorrentes: () arquivado(s), () em análise, () em exigência, () instruído

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS:

() Cumpridas integralmente – Processo instruído (1ª Fase) .

() Cumpridas parcialmente, restando a apresentação da seguinte documentação abaixo descrita:

() Cumpridas integralmente – Processo instruído (2ª Fase) – ENTIDADE HABILITADA

Observações:

Brasília, ____/____/____

Analista responsável: _____

SIAPE: _____

EXIGÊNCIAS JURÍDICAS:

() Cumpridas integralmente

(X) Cumpridas parcialmente, restando a apresentação da seguinte documentação:

Observações:

* _____

* _____

processo regular e instruído.

01 NOV 2010

* CONTINUAÇÃO – VERSO →

SEDE: Fls. 03 - Avenida José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço.

DENOMINAÇÃO FANTASIA: FLS. 03 - Ascocal

DENOMINAÇÃO:

CNPJ - FLS. 33

ESTATUTO SOCIAL - FLS. 179 - 184 → devidamente registrado

ATA DE FUNDAÇÃO/CONSTITUIÇÃO - FLS. 55-59 → devidamente registrada

ATA DE ALTERAÇÃO/DEFINIÇÃO DA DENOMINAÇÃO - FLS.

DIRETORIA: VÁLIDA ATÉ: 20/03/2011 MANDATO: 3 ANOS - ART. 12

MEMBROS FLS. 55

Brasília, 24/05/2010

Analista responsável:

SLAPE:



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA



RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 0127 /2010/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53000.017189/2008, protocolizado em 25 de abril de 2008.

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço, município de Calçoene, Estado do Amapá;

01 NOV 2011

I - INTRODUÇÃO

1. A Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço inscrita no CNPJ sob o número 09.469.601/0001-12, no Estado do Amapá, com sede na Avenida José Lourenço nº 1.288, município de Calçoene, Distrito de Lourenço, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 09 de abril de 2008, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente**, baseou o seu pleito nos termos do **Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28/03/2008, com prazo final em 12/05/2008** que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – RELATÓRIO

- **Atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Avenida José Lourenço, nº 1288, Distrito de São Lourenço, no município de Calçoene, Estado do Amapá, de coordenadas geográficas em 02°20'18,24"N de latitude e 51°36'40,13"W de longitude. Estas coordenadas foram arredondadas para 02°20'18N de latitude e 51°36'40"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que **as coordenadas geográficas indicadas foram aceitas**, pelo que se depreende da memória do documento de folha 92, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. **Vale salientar que posteriormente à realização da primeira análise a entidade não apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento.**

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alínea “b”, da Norma Complementar nº 01/2004, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 144 a169).

01 NOV 2011

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “**Formulário de Informações Técnicas**” - fl 154, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se na folha 171 . Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 202, dos autos**, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- Ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- Comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- Manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- Declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão

Rel. dos Comunitários
Fls.: 206
Relator: [assinatura]

compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **Nome: Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço;**

- **Quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Renato Alves dos Santos Piaba	Diretor Geral
José Ribamar Pereira	Diretor Administrativo
Márcia Maria Gomes Oliveira	Diretor de Operações

- **Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

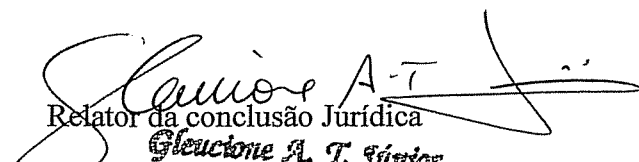
Avenida José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço, município de Calçoene, Estado do Amapá.

- **Coordenadas geográficas**

02°20'18"N de latitude e 51°36'40" W de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise Técnica" - fl. 170, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls 154 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, entendemos que o presente processo encontra-se devidamente instruído e opinamos pelo seu encaminhamento à Consultoria Jurídica para prosseguimento.

Brasília, 29 de junho de 2010.


Relator da conclusão Jurídica
Gleucione A. T. Júnior
Mat. 16.23.417
Coordenador de Radiodifusão Comunitária
CORAC/CGEO/DEOC/SCE

De acordo.


À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

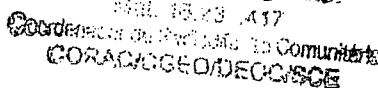

Relator da conclusão Técnica
Regina Aparecida Montez
Matr.: 1320958
Chefe de Serviço
de Radiodifusão Comunitária
SERAC/DIRAC/COFAC/CGEO/DEOC/SCE

01 NOV 2010

Brasília, 29 de junho de 2010




GLEUCIONE ALVES TEIXEIRA JÚNIOR
Coordenador de Serviços de Radiodifusão Comunitária



De acordo.

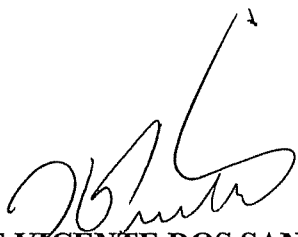
À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

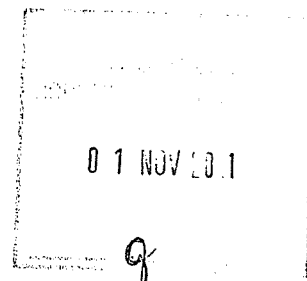
Brasília, 29 de Junho de 2010.


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0127 /2010/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 29 de Junho de 2010.


JOSE VICENTE DOS SANTOS
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica





Ass. dos Com. de
Rád. 020
Rád. 020

RELAÇÃO DE PROCESSOS CONCORRENTES PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

MUNICÍPIO: Calçoene	UF: AP
SELECIONADA: Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço	
Nº DO PROCESSO: 53000.017189/2008	
Critérios adotados para seleção: Atendimento aos preceitos da Lei 9612/98 de 19/02/1998, ao Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária aprovado pelo Decreto 2615/98 de 03/06/1998, à Norma Complementar 01/2004, aprovada pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 103 de 23/01/2004 e alterada pela Portaria nº 448 de 13/10/2005.	

SEM CONCORRENTES – ÚNICA INTERESSADA NA LOCALIDADE

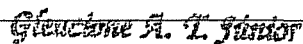
01 NOV 2011

Brasília, 29 de Junho de 2010.

Responsável: _____

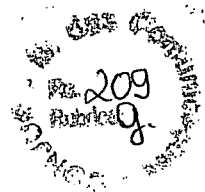


Gleucione Alves Teixeira Junior
Analista Jurídico


Mat. 18.23.417
Coordenador de Radiodifusão Comunitária
CORAC/CGEO/DEOC/SCG



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA



COTA Nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

ASSUNTO : Autorização para execução de serviço de radiodifusão comunitária. Necessidade de instrução complementar acerca da comprovação de idoneidade dos dirigentes.

Senhor Coordenador do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão Comunitária,

CONSIDERANDO que o art. 221 da Lei Maior estatui que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão às finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, respeitando valores éticos e sociais da pessoa e da família.

CONSIDERANDO a inegável presença do interesse público em todas as outorga relativas aos serviços de radiodifusão, vez que de livre e direto recebimento pelo público em geral.

CONSIDERANDO que a Lei 9.612/98 dispõe em seu art. 2º que o serviço de radiodifusão comunitária obedecerá, no que couber, ao disposto no Código Brasileiro de Telecomunicações e demais disposições legais.

CONSIDERANDO que o art. 34, a, do Código Brasileiro de Telecomunicações trata da necessidade da comprovação de idoneidade daqueles que pretendem executar serviço de radiodifusão.

CONSIDERANDO os princípios setoriais que regulamentam a atividade de radiodifusão, dentre eles a prestação do serviço em caráter *intuitu personae*.

CONSIDERANDO a necessidade de verificação da idoneidade dos dirigentes das entidades associativas que pretendem executar serviço de radiodifusão comunitária.

1. Utilizo-me do presente para solicitar a Vossa Senhoria que passe a adotar as medidas necessárias à verificação da idoneidade dos dirigentes das entidades que forem consideradas aptas à execução do serviço de radiodifusão comunitária.

2. Informo que para tanto deverão ser exigidas dos dirigentes associativos, certidões relativas a feitos criminais (Justiça Comum e Federal) dos últimos 5 (cinco) anos do local de residência, bem como se em desfavor destes há existência de imputação de execução de serviço de radiodifusão clandestina.

3. Este é o motivo pelo qual restituo os processos relativos à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária, em trâmite nesta Coordenação-Geral Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, vez que apenas será conferido regular prosseguimento ao feito após a adoção das medidas sugeridas.

Brasília, 27 de setembro de 2010.

DANIEL PEREIRA DE FRANCO

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

01 NOV 2010

9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 3º andar - anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 311-6890 – Fax: (61) 311-6617

DESPACHO



Entidade: Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço

Localidade: Caçoene

UF: AP

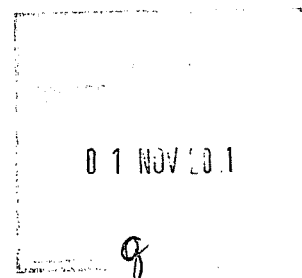
Processo: 53000017189/08

Em atendimento à Cota nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, anexada à folha 209 dos autos, informo o que se segue:

Não há, nesta localidade, registro de fiscalização por operação clandestina da Entidade supracitada, de acordo com o Sistema de Fiscalização RADAR da ANATEL.

Brasília, 11 de novembro de 2010.

Regina Aparecida Monteiro /SIAPE: 1320958



27° 174C

210
0

Ao
Senhor Diretor do Outorgas de Serviços
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA/DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 056901/2010-01

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

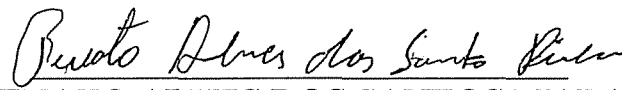
04/11/2010-16:45 SUBEO

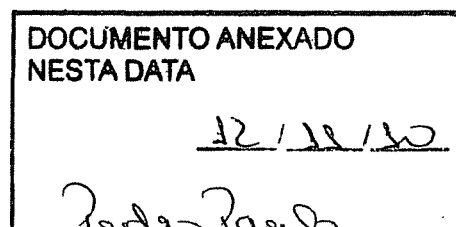
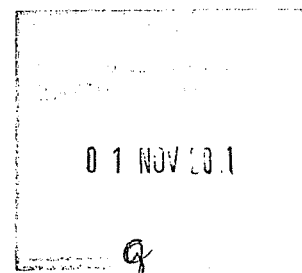
Processo: 53000017189/2008

Local: Lourenço – Calçoene/AP

Em atendimento às solicitações feitas por meio do ofício, relativo a pendência constatadas diante da análise do requerimento de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em nome da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO – CALÇOENE – AP. Segue em anexo a documentação para o regular andamento do processo.

Lourenço -AP, 01 de novembro de 2010


RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA
Diretor Geral





JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE CALÇOENE

AV. JOÃO ANASTÁCIO DOS SANTOS, S/N - CEP 68.960-000

CERTIDÃO CÍVEL E CRIMINAL

Incluídos os processos da Auditoria Militar

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 05/10/1991 até a presente data, que em desfavor de:

MARCIA MARIA GOMES OLIVEIRA

CPF: 774.616.572-91

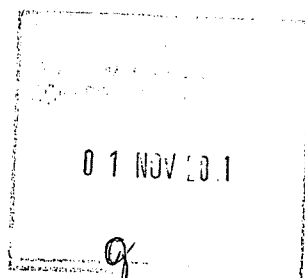
RG: 160213

Não constam processos na comarca de CALÇOENE - AP (1ª Instância).

CALÇOENE - AP, 10:40, 13/10/2010.


MARIA TEREZA RODRIGUES DE OLIVEIRA
Distribuidor(a) da Comarca de CALÇOENE

Valor : Sem Custas
Validade: 90 (NOVENTA) DIAS
Provimento Nº 175/2009 -CGJ





JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE CALÇOENE

AV. JOÃO ANASTÁCIO DOS SANTOS, S/N - CEP 68.960-000

CERTIDÃO CÍVEL E CRIMINAL

Incluídos os processos da Auditoria Militar

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 05/10/1991 até a presente data, que em desfavor de:

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA

CPF: 006.890.822-90

RG: 41231

Não constam processos na comarca de CALÇOENE - AP (1ª Instância).

CALÇOENE - AP, 10:26, 13/10/2010.

MARIA TEREZA RODRIGUES DE OLIVEIRA
Distribuidor(a) da Comarca de CALÇOENE

Valor : Sem Custas
Validade: 90 (NOVENTA) DIAS
Provimento Nº 175/2009 -CGJ

01 NOV 2011

9



JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE CALÇOENE

AV. JOÃO ANASTÁCIO DOS SANTOS, S/N - CEP 68.960-000

CERTIDÃO CÍVEL E CRIMINAL

Incluídos os processos da Auditoria Militar

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 05/10/1991 até a presente data, que em desfavor de:

JOSÉ RIBAMAR PEREIRA

CPF: 299.206.122-00

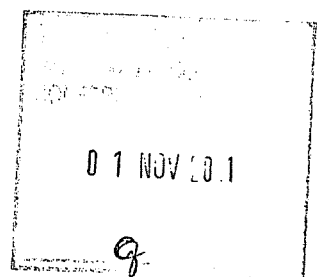
RG: 357623

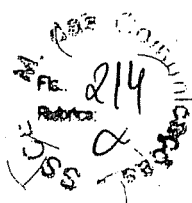
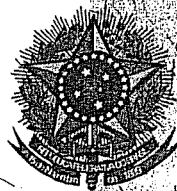
Não constam processos na comarca de CALÇOENE - AP (1ª Instância).

CALÇOENE - AP, 10:39, 13/10/2010.

MARIA TEREZA RODRIGUES DE OLIVEIRA
Distribuidor(a) da Comarca de CALÇOENE

Valor : Sem Custas
Validade: 90 (NOVENTA) DIAS
Provimento Nº 175/2009 -CGJ





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO LOCAL
AÇÕES E EXECUÇÕES

CÍVEIS, CRIMINAIS E JEF (Cível e Criminal)

Nº 2042-1

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, que contra:

JOSE RIBAMAR PEREIRA
CPF: 299.206.122-00

Consta(m) o(s) seguinte(s) processo(s) na Justiça Federal de Primeira Instância, Seção Judiciária do Estado do Amapá:

Processo	Vara	Dt. Distr.	Classe	1ª REGIÃO	Autor	Dt. Trans. Penal
2009.31.00.000900-0	1ª	13/03/2009	CRIMES AMBIENTAIS		MINISTERIO PUBLICO FEDERAL	-

* Advertência: Não há sentença condenatória transitado em julgado para a parte.

Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias.

Valor: R\$ 0,42

MACAPÁ - AP, 14:06h, 28/10/2010.

JUSTITIA SOCIETATIS FUNDAMENTUM

Existe(m)

1

01 NOV 2010
processo(s).

ROSANGELA DIAS CASTRO
Técnico Judiciário

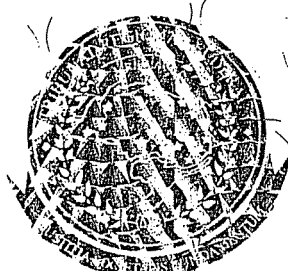
Endereço: Avenida FAB 1374, CEP: 68906-430, MACAPÁ - AP.

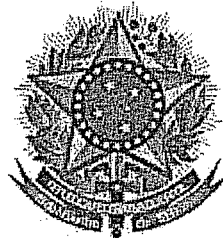
Fone: (096) 3214 - 154V

FAX: (096) 3214 - 1538

E_MAIL: sepce@ap.trf1.gov.br

USUARIO: AP3603





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado do Amapá



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 35845

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA, ou vinculado ao **CPF: 006.890.822-90**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Amapá.

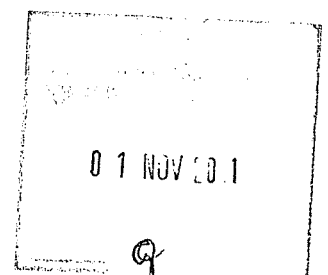
Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado do Amapá.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 141/04-SECAD/DIREF;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado do Amapá (**www.ap.trf1.gov.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Macapá - AP, 12h45, 26/10/2010.

Endereço: Av FAB, 1374 - Centro, CEP: 68906-430, Macapá-AP.
Fone: (96) 214-1531. e-Mail: nucju@ap.trf1.gov.br





Confirmação da Autenticidade de Certidões

Certidão número 35845 emitida via Internet às 12:45 horas do dia 26/10/2010, em nome de RENATO ALVES DOS SANTOS PIABA, ou vinculado ao CPF: 006.890.822-90.

Resultado: "N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Amapá".

01 NOV 2010

g



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado do Amapá



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 35843

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

MARCIA MARIA GOMES OLIVEIRA, ou vinculado ao **CPF: 774.616.572-91**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Amapá.

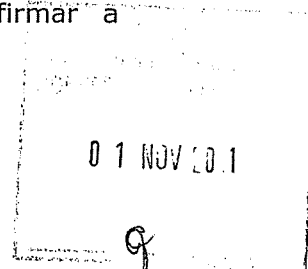
Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado do Amapá.


Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 141/04-SECAD/DIREF;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado do Amapá (**www.ap.trf1.gov.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Macapá - AP, 12h41, 26/10/2010.

Endereço: Av FAB, 1374 - Centro, CEP: 68906-430, Macapá-AP.
Fone: (96) 214-1531. e-Mail: nucju@ap.trf1.gov.br

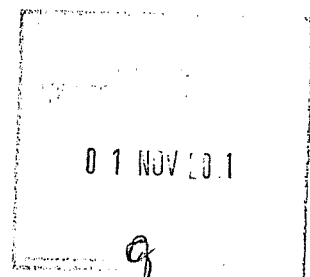


 imprimir

Confirmação da Autenticidade de Certidões

Certidão número 35843 emitida via Internet às 12:41 horas do dia 26/10/2010, em nome de MARCIA MARIA GOMES OLIVEIRA, ou vinculado ao CPF: 774.616.572-91.

Resultado: "N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Amapá".





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 3º andar - anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 3311-6177 – Fax: (61) 311-6617

Ofício nº 7216 /2010/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, 36 de novembro de 2010.

Ao Senhor

Renato Alves dos Santos Piaba

Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço
Avenida José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço
68.970-000 Calçoene / AP

Assunto: **Solicitação de Documentação**

Senhor Representante,

Tendo em vista a análise realizada no processo n.º 53000.017189/08, na localidade de **Calçoene-AP**, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária e considerando a documentação já apresentada pela requerente, solicitamos a V. Sª que sejam enviados os seguintes documentos:

DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA:

a) Em atenção à COTA Nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, que solicita a adoção de medidas necessárias à verificação da idoneidade dos dirigentes das entidades que forem consideradas aptas à execução do serviço de radiodifusão comunitária, essa Associação deverá encaminhar os seguintes documentos relativos aos dirigentes associativos:

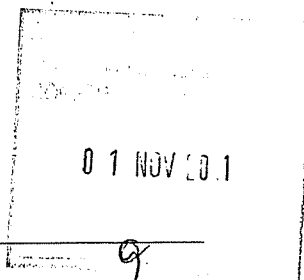
- Certidão de feito criminal da justiça estadual e federal dos últimos 05(cinco) anos do local de residência, de todos os diretores ou cargos similares.

Será facultado a essa entidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento deste ofício que está sendo acompanhado de AR Postal (Aviso de recebimento), apresentar os itens solicitados sob pena de arquivamento do processo.

Outrossim, informamos que o referido prazo poderá ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, desde que a requerente apresente, no prazo para cumprimento das exigências, uma solicitação formal neste sentido e ainda, toda a documentação enviada deverá ser apresentada no original ou em cópia autenticada, conforme determinação disposta no subitem 7.3 da Norma Complementar 01/2004.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços



Min. de Comun. e Inf.
Fls. 220
Ass. Rubrica
SS

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

INFORMAÇÃO Nº 013/2010 - RADCOM/DOS/SSCE/MC- JR

- **REFERÊNCIA:** Processo nº 53000.017189/2008 de 25/04/2008.
- **OBJETO:** Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
- **INTERESSADO:** Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço, na localidade de Calçoene, Estado do Amapá.
- **CONCLUSÃO:** Processo instruído.

Trata-se o presente processo de pedido de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Calçoene, Estado do Amapá, formulado pela Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço.

Em decorrência da análise da documentação instrutória do processo em epígrafe e de acordo com a COTA/Nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, datada de 27/09/2010 foram apontadas as seguintes pendências: **certidões dos dirigentes relativas a feitos criminais (Justiça Comum e Federal) dos últimos 05 anos do local de residência, bem como se em desfavor destes há existência de imputação de execução de serviço de radiodifusão clandestina.**

Desta forma, seguiram-se diligências para a apresentação da referida documentação, tendo sido a mesma encaminhada pela Requerente, complementando a documentação instrutória do processo.

Vale ressaltar que o crime descrito na certidão de fls. 214 dos autos em desfavor do Sr. José Ribamar Pereira (Diretor Administrativo), não se refere à execução clandestina do serviço de radiodifusão comunitária.

01 NOV 2010

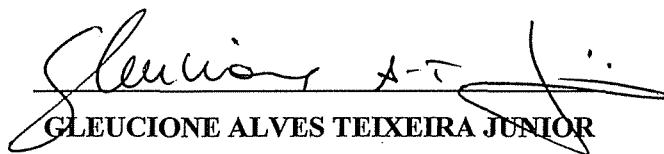
9



Frente ao saneamento do processo e ainda, considerando o RELATÓRIO Nº 0127/2010 -DOSR/SSR/MC, este Departamento **conclui que** toda a documentação constante dos autos encontra-se de acordo com a legislação atinente.

Face ao exposto, faz-se mister o retorno dos autos à Consultoria Jurídica, para apreciação do relatado e demais providências necessárias.

Brasília, 16 de novembro de 2010.


GLEUCIONE ALVES TEIXEIRA JUNIOR
Coordenador de Serviço de Radiodifusão Comunitária

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 22 de novembro de 2010.


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo a Informação nº 013/2010/RADCOM/DOS/SSCE/MC- SLP. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 22 de novembro de 2010.


JOSÉ VICENTE DOS SANTOS
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

01 NOV 2010

9



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

M. CGCE
222
V
05/05

PARECER Nº 947/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.017189/2008

INTERESSADO: Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço Calçoene

ASSUNTO: Requerimento solicitando autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Calçoene, Estado do Amapá. A documentação apresentada obedece aos padrões legais. Pelo deferimento do pedido.

Solicitação para explorar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Calçoene, Estado do Amapá. A documentação apresentada obedece aos padrões legais. Pelo deferimento do pedido.

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

01 NOV 2011

I – DO RELATÓRIO

1. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica submeteu ao crivo desta Consultoria Jurídica, processo relativo à autorização para execução do serviço de Radiodifusão Comunitária, Município de Calçoene, Estado do Amapá.

2. O Aviso de Habilitação concernente à localidade em questão foi publicado no Diário Oficial da União do dia 28 de março de 2008, sendo o prazo final para a entrega do requerimento e documentos exigidos legalmente o dia 12 de maio de 2008. De acordo com o protocolo acostado no documento de fls. 01, o requerimento foi apresentado tempestivamente.

3. O comparecimento desta Consultoria no feito se faz necessário, em razão do que preconiza a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, em especial o inscrito no Capítulo VI, definindo a competência "Das Consultorias Jurídicas" no contexto da Advocacia-Geral da União, vejamos:

"Art. 11- As consultorias jurídicas, órgão administrativamente subordinados aos Ministros de Estado, ao secretário-geral e aos demais titulares de Secretarias da Presidência da República e ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, compete, especialmente:

- I- assessorar as autoridades indicadas no caput deste artigo;*
- II- exercer a coordenação dos órgãos jurídicos dos respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas;*
- III- fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;*
- IV- elaborar estudos e preparar informações, por solicitação de autoridade indicada no caput deste artigo;*
- V- assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade*

Min. das
Comunicações
223
V
Secretaria

sob coordenação jurídica;

VI- *examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério
Secretaria e Estado-Maior das Forças Armadas:*

- a) *os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos
ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados;*
- b) *os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir a
dispensa, de licitação”.*

II – DAS MEDIDAS ADOTADAS POR ESTA CONSULTORIA JURÍDICA

4. Necessário consignar que esta Consultoria Jurídica analisando os procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, e diante da recomendação do Ministério Público Federal, expediu a COTA nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, onde recomendou à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica- Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária, a adoção de providências no sentido da verificação da idoneidade moral da entidade bem como de seu quadro diretivo, frente ao disposto no artigo 34 alínea “a” da Lei nº 4117/62, aplicável ao serviço de radiodifusão comunitária de acordo com o artigo 2º da Lei nº 4117/62 com redação determinada pela Medida Provisória nº 2216-37/2001.

5. Assim, face aos princípios que regulamentam o serviço de radiodifusão comunitária, bem como os atinentes à Administração Pública, determinou-se através da supra citada cota, que fossem juntado aos autos as certidões relativas aos feitos criminais da Justiça Estadual e Federal do local de residência dos últimos 5 anos dos dirigentes da entidade, além de declaração sobre a existência ou não de imputação à entidade de execução de serviço de radiodifusão clandestina, tais documentos se fazem necessários para a comprovação da idoneidade moral da entidade e de seus dirigentes para a prestação do serviço dentro dos ditames legais.

6. Diante disso, retornaram os autos para a tomada das providências requisitadas à Secretaria de Serviço de Comunicação Eletrônica, que instou a entidade a se manifestar e apresentar a documentação exigida.

7. Em atendimento ao solicitado, a entidade carrou aos autos as competentes certidões criminais dos seus dirigentes associativos, no que se refere a feitos no âmbito da Justiça Estadual e Federal dos últimos 5 (cinco) anos do local de residência (fls.211/218). Por sua vez, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica atestou que não há nenhum registro de fiscalização por operação clandestina da entidade, nos últimos 5 (cinco) anos (fls.209).

8. Eis o breve esboço fático que envolve a matéria em questão:

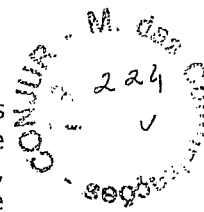
01 NOV 2011

III – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS

9. A requerente manifestou interesse em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, vejamos:

“Art. 12. As entidades interessadas em executar o RadCom deverão apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações, demonstrando seu interesse, indicando a área onde pretendem prestar o Serviço e solicitando a designação de canal para a respectiva prestação.”

[Assinatura]



10. Da análise da documentação apresentada, em atendimento aos preceitos da Lei nº 9.612, 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, da Norma Complementar nº 1/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23 de janeiro de 2004, constatou-se o que se segue.

11. A requerente foi a única entidade que demonstrou interesse na prestação do serviço, não havendo concorrentes, segundo o item 3 do Relatório nº 0127/2010/RADCOM/DOS/SSCE/MC (fls. 203/207).

12. Foram juntados aos autos, os atos constitutivos da entidade, compreendendo as atas de constituição e de eleição dos dirigentes, bem como o Estatuto Social que comprova a natureza jurídica de entidade comunitária, conforme estabelecido no artigo 7º da Lei nº 9612/98 e art. 11 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária aprovado pelo Decreto 2615/1998.

13. A entidade ainda juntou as declarações de responsabilidade firmadas por seus dirigentes, as manifestações de apoio da respectiva comunidade, entre instituições e pessoas jurídicas da localidade, estando toda a documentação de acordo com as normas legais, conforme atestado no Relatório nº 0127/2010/RADCOM/DOS/SSCE/MC (fls. 203/207).

14. Em relação as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada nos presentes autos, estas estão em consonância com o estabelecido na legislação, basicamente as regras estabelecidas na Norma Complementar nº 1/2004, conforme demonstrado pelo Relatório Final da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

01 NOV 2011

15. Foram carreadas aos autos, as certidões criminais dos dirigentes da entidade. Às fls. 214 foi juntada Certidão Criminal da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Amapá, positivada em face do diretor administrativo José Ribamar Pereira. Este é réu no Processo Criminal nº 2009.31.00.000900-0, em trâmite na 1ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado do Amapá. Conforme exposto no PARECER Nº 579/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU, que traçou os procedimentos que deverão ser adotados, frente à adoção da Cota nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU nos procedimentos referentes à autorização para a prestação do serviço de radiodifusão comunitária, em homenagem ao princípio da presunção de inocência, esculpido no artigo 5º inciso LVIII da Constituição Federal, apenas constituirá óbice a autorização, a sentença penal condenatória transitada em julgado em face de dirigente como prova inefutável de sua inidoneidade moral. No presente caso, como a mesma não se faz presente, deve a autorização ser concedida. No entanto, deverá a Secretaria de Comunicação Eletrônica- Coordenação de Radiodifusão Comunitária, em face do caráter precário do ato de autorização, atentar-se para o fato de que sobrevindo à confirmação da sentença penal condenatória transitada em julgado deverá a autorização ser desconstituída por vício de nulidade insanável, devendo o poder legislativo ser comunicado para que declare a nulidade do decreto emitido. Assim, deverá ser verificado pela Secretaria, mesmo após a autorização efetuada a estas entidades, a atualização dos dados, para a aferição dos resultados finais.

16. Conforme a análise jurídica disposta no PARECER Nº 579/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU, que neste momento, transcrevemos:

“6. A juntada pela entidade, antes da apresentação do projeto técnico, das certidões relativas a feitos criminais (Justiça Comum e Federal) dos últimos 5

anos do local de residência de seus dirigentes, é documento imprescindível para a verificação da idoneidade moral destes, já que administram e traçam diretrizes da entidade que possivelmente irá prestar serviço público com potencial influência sobre a população e a cidadania, tanto assim e, que os próprios executores dos serviços de radiodifusão afirmam ser formadores de opinião, ou seja, de possuírem uma forma peculiar de influência sobre a sociedade.

M. das C.
225
V
seg.

7. A avaliação da idoneidade moral dos dirigentes da entidade, bem como da própria entidade, encontra respaldo na legislação de radiodifusão, mormente no artigo 34 alínea "a" da Lei nº 4117/62, aplicável ao serviço de radiodifusão comunitária de acordo com o estabelecido no artigo 2º da Lei 9612/98, in verbis:

"Art. 2º O serviço de radiodifusão comunitária obedecerá ao disposto no artigo 223 da Constituição, aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da Lei nº 4117 de 27 de agosto de 1962, e demais disposições legais".

8. É claro, que apenas disposições contidas na Lei nº 4117/62 compatíveis com a legislação de radiodifusão comunitária poderão ser aplicadas, e no caso do artigo 34 alínea "a", é clara sua aplicação, uma vez que em sendo o serviço de radiodifusão comunitária mais relevante do que a própria radiodifusão comercial, por vezes, sendo aquele meio o único prestador de informações e formador de opinião de uma comunidade e por isto concedido por autorização, ato administrativo de caráter precário, se faz mais que necessário a verificação da idoneidade moral dos dirigentes que irão prestar serviço de relevância social ímpar.

9. A idoneidade moral dos dirigentes será aferida por meio da juntada das certidões relativas a feitos criminais (Justiça Comum e Federal) dos últimos 5 anos do local de residência dos dirigentes. No caso de haver positividade de certidão criminal atestando estar algum dirigente respondendo a imputação de alguma infração penal, a entidade deverá ser comunicada, em homenagem à ampla defesa, a publicidade e ao contraditório, de que a superveniência de uma sentença penal condenatória transitada em julgado acarretará a perda de sua autorização, ato administrativo precário. O trânsito em julgado da sentença penal condenatória deverá ser um marco em respeito ao estatuído no artigo 5º inciso LVII da Constituição Federal, o princípio constitucional da presunção de inocência.

10. Conforme entendimento do Ministro Marco Aurélio, relator do HC 95.886/RJ, "O princípio constitucional da presunção de inocência, em nosso sistema jurídico, consagra, além de outras relevantes conseqüências, uma regra de tratamento que impede o Poder Público de agir e de se comportar, em relação ao suspeito, ao indiciado, ao denunciado ou ao réu, como se estes, já houvessem sido condenados, definitivamente, por sentença do Poder Judiciário. Precedentes". Em outro julgamento, o Supremo Tribunal Federal, em julgamento plenário, interpretando a Constituição da República, fez prevalecer, em sua decisão, que o princípio constitucional da inocência possui domínio extra-penal, explicitando que esse postulado constitucional alcança qualquer medida restritiva de direito, independentemente se de direito civil ou direito político (RE 482.006/MG Rel. Min. Ricardo Lewandowski).

1 NOV 2011

(...)

16. Ressaltamos que em ambos os casos, tanto na certidão criminal positivada sem o trânsito em julgado de dirigente de entidade habilitada, como na positividade de prestação de serviço de radiodifusão clandestina sem decisão final emitida no processo administrativo, não poderá haver indeferimento da habilitação, devendo a entidade ser considerada apta para a prestação do serviço. No entanto, em sobrevindo à confirmação ou, da sentença penal condenatória transitada em julgado no caso dos dirigentes, ou de decisão final do processo administrativo em que se verifica a prestação de serviço clandestino, deverá a autorização ser desconstituída por vício de nulidade insanável, devendo o poder legislativo ser

9
[Assinatura]

comunicado para que declare a nulidade do decreto emitido. Assim, deverá ser verificado pela Secretaria, mesmo após a autorização efetuada a estas entidades, a atualização dos dados, para a aferição dos resultados finais."

M. da
226
v
CONJUR
Secretaria

17. Através de pesquisa realizada no sistema de fiscalização da ANATEL, não foi verificada nenhuma espécie de imputação acerca da prestação de serviço de radiodifusão clandestina que recaísse na entidade.

18. Desta feita, como não há sentença penal transitada em julgado em face do diretor administrativo José Ribamar Pereira no presente momento, conforme extrato em anexo, não existe óbice para o deferimento da autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Calçoene pela entidade.

IV – DA CONCLUSÃO

19. Com base nas informações apresentadas pelo Departamento de Outorga de Serviços em seu Relatório Final, verifica-se que o processo se encontra devidamente munido dos documentos necessários ao deferimento do pleito, estando em conformidade com a legislação que regula os atos de autorização para exploração do serviço de radiodifusão Comunitária, cuja outorga deverá seguir os preceitos do art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

20. Por derradeiro, resta informar que o Congresso Nacional, deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.

21. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, posiciona-se pelo regular prosseguimento do feito, tendo em vista a inexistência de óbice jurídico ao seu deferimento. Ao tempo em que pugnamos pelo encaminhamento dos autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica para prosseguimento.

22. Este é o Parecer que passo a submeter à consideração superior.

Brasília, 09 de agosto de 2011.

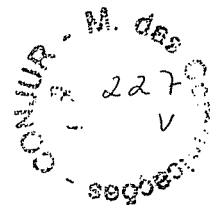
MARIANA MONTEZ MOREIRA DE ALMEIDA
Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária

01 NOV 2011



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA



DESPACHO Nº 1682/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.017189/2008

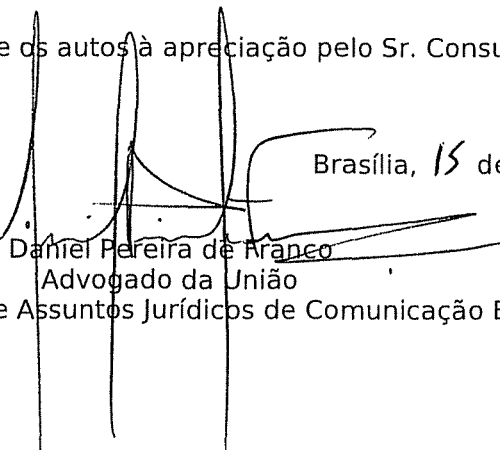
INTERESSADO: Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço Calçoene

ASSUNTO: Requerimento solicitando autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Calçoene, Estado do Amapá. A documentação apresentada obedece aos padrões legais. Pelo deferimento do pedido.

Aprovo o PARECER Nº 947/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU.

Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, 15 de agosto de 2011.


Daniel Pereira de Franco
Advogado da União

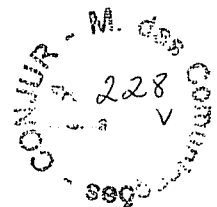
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

01 NOV 2011

9



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA



DESPACHO Nº 1683/2011/RZL/GAB/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.017189/2008

INTERESSADO: Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço Calçoene

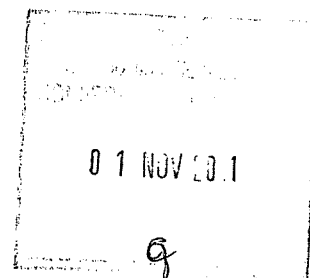
ASSUNTO: Requerimento solicitando autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Calçoene, Estado do Amapá. A documentação apresentada obedece aos padrões legais. Pelo deferimento do pedido.

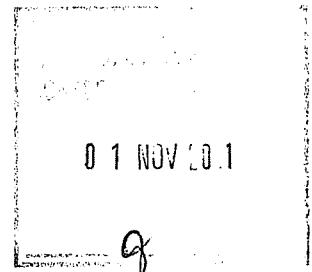
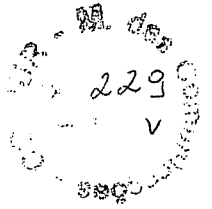
Aprovo o DESPACHO Nº 1682/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra da Sra. Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o PARECER Nº 947/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 30 de Agosto de 2011.

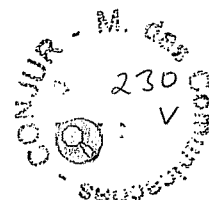
Rodrigo Zerbone Loureiro
Consultor Jurídico





ANEXO I

Seção Judiciária do Amapá(AP)
: Consulta Processual



Processo:	2009.31.00.000900-0
Nova Numeração:	870-77.2009.4.01.3100
Classe:	293 - CRIMES AMBIENTAIS(13108)
Vara:	1ª VARA FEDERAL
Juiz:	ANSELMO GONÇALVES DA SILVA
Data de Autuação:	05/03/2009
Distribuição:	3 - DISTRIBUICAO POR DEPENDENCIA (13/03/2009)
Nº de volumes:	1
Objeto da Petição:	5201509 - PESCA (LEI Nº 5.197/67, LEI Nº 7.643/87, LEI 7.679/88, DL 221/67) - CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE (LEI 9.605/98) - CRIMES PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE - PENAL 5201100 - CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA (ART. 4º AO 6º DA LEI 8.137/90 E LEI 8.176/91) - CRIMES PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE - PENAL
Observação:	
Localização:	GABINETE
Dependente ao:	0000824-25.2008.4.01.3100

Movimentação

Data	Cod	Descrição	Complemento.
10/02/2011 18:51	137	CONCLUSOS PARA SENTENÇA	
10/02/2011 17:23	101	ALEGACOES FINAIS / MEMORIAIS APRESENTADAS (OS) REU	PROTOCOLADAS EM 10/2/2011
21/01/2011 15:39	184	INTIMACAO / NOTIFICACAO POR OFICIAL MANDADO REMETIDO CENTRAL	
21/01/2011 15:39	184	INTIMACAO / NOTIFICACAO POR OFICIAL MANDADO EXPEDIDO	
13/01/2011 14:16	184	INTIMACAO / NOTIFICACAO POR OFICIAL AGUARDANDO EXPEDICAO MANDADO	INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO RÉU PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS
13/01/2011 14:16	128	CARTA PRECATÓRIA JUNTADA	CARTA PRECATÓRIA Nº 384/2010
13/01/2011 14:15	128	CARTA PRECATORIA DEVOLVIDA PELO DEPRECADO	NÃO CUMPRIDA, PROTOCOLADA NESTE JUÍZO EM 11/1/2011
14/12/2010 10:27	101	ALEGACOES FINAIS / MEMORIAIS APRESENTADAS (OS) AUTOR	ALEGAÇÕES FINAIS APRESENTADAS PELO MPF. PROTOCOLADA EM 13/12/2010.
13/12/2010 17:50	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	DO MPF
07/12/2010 14:24	126	CARGA: RETIRADOS MPF	2 VOLUMES - INTERESSADO:,PF
05/12/2010 11:27	185	INTIMACAO / NOTIFICACAO / VISTA ORDENADA MPF	INTIMAÇÃO MPF PARA APRESENTAR MEMORIAIS.
01/12/2010 18:21	118	AUDIENCIA: REALIZADA INSTRUCAO E JULGAMENTO	QTDE DEPOIMENT.:2 QTDE TESTEM.:1 QTDE PERITOS:0
30/11/2010 14:46	184	INTIMACAO / NOTIFICACAO POR OFICIAL MANDADO	

01 NOV 2011

9

		DEVOLVIDO / NAO CUMPRIDO	PEDRO DOS SANTOS CASTRO
19/11/2010 15:20	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	DO MPF
16/11/2010 16:00	126	CARGA: RETIRADOS MPF	2 VOLS - INTERESSADO:MPF
12/11/2010 11:49	116	AUDIENCIA: DESIGNADA INSTRUCAO/INQUIRICAÇÃO	DATA:01/12/2010 HORA:15:00
09/11/2010 08:03	185	INTIMACAO / NOTIFICACAO / VISTA ORDENADA MPF	NOTIFIQUEM-SE O MPF.
08/11/2010 17:53	184	INTIMACAO / NOTIFICACAO POR OFICIAL MANDADO DEVOLVIDO / CUMPRIDO	(2ª)
21/10/2010 16:48	184	INTIMACAO / NOTIFICACAO POR OFICIAL MANDADO DEVOLVIDO / CUMPRIDO	
05/10/2010 18:45	184	INTIMACAO / NOTIFICACAO POR OFICIAL MANDADO REMETIDO CENTRAL	
05/10/2010 18:44	184	INTIMACAO / NOTIFICACAO POR OFICIAL MANDADO EXPEDIDO	INTIMAR PEDRO DOS SANTOS CASTRO, CHARLES SALES BORDALO E RAIMUNDO JOSE CONCEIÇÃO DO VALE
30/09/2010 11:19	184	INTIMACAO / NOTIFICACAO POR OFICIAL AGUARDANDO EXPEDICAO MANDADO	
30/09/2010 11:17	154	DEVOLVIDOS C/ DESPACHO	A RESPOSTA PRELIMINAR DO ACUSADO NAO LOGROU EXITO EM DEMOSTRAR NENHUMA DAS HIPOTHESES DE ABSOLVIÇÃO SUMARIA... NOTIFIQUEM-SE...
30/09/2010 11:17	137	CONCLUSOS PARA DESPACHO	
29/09/2010 13:08	128	CARTA PRECATORIA EXPEDIDA / AGUARDANDO DEVOLUCAO	(2ª) 384 - DATA DEVOLUÇÃO:29/10/2010
29/09/2010 12:58	128	CARTA PRECATORIA EXPEDIDA / AGUARDANDO DEVOLUCAO	384 - DATA DEVOLUÇÃO:29/10/2010
29/09/2010 12:57	128	CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO / AGUARDANDO ATO	CARTA PRECATÓRIA INTIMATÓRIA DO RÉU PARA CIÊNCIA DE AUDIÊNCIA TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO
29/09/2010 11:27	154	DEVOLVIDOS C/ DESPACHO	A RESPOSTA PRELIMINAR DO ACUSADO NAO LOGROU EXITO... APOS A OITIVA DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO, EXPEÇA-SE CARTA PRECATORIA ...AS QUESTOES PRELIMINARES E DE MERITO SERAO OPORTUNAMENTE ENFRENTADAS QUANDO DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA... NOFIQUEM-SE O MPF...
29/09/2010 11:27	137	CONCLUSOS PARA DESPACHO	
10/02/2010 16:12	204	OFICIO DEVOLVIDO COMPROVANTE / ENTREGA EFETIVADA	(2ª)
20/01/2010 10:01	204	OFICIO DEVOLVIDO COMPROVANTE / ENTREGA EFETIVADA	OF. Nº 550/09
20/01/2010 10:01	128	CARTA PRECATORIA JUNTADA COMUNICACAO RECEBIMENTO PELO JUIZO DEPRECADO	CP.Nº 79/09

2310
M
das
Com
V
Se
2010

01 NOV 2010

24/08/2009 14:03	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: RECEBIDA(O) EM SECRETARIA	OFICIO DA VARA DE CALÇOENE
22/07/2009 10:02	128	CARTA PRECATÓRIA JUNTADA	
22/07/2009 10:01	128	CARTA PRECATORIA DEVOLVIDA PELO DEPRECADO	CARTA PRECATORIA Nº79/2009
30/06/2009 10:54	204	OFICIO EXPEDIDO	
23/06/2009 12:45	204	OFICIO ORDENADA EXPEDICAO	
23/06/2009 12:44	154	DEVOLVIDOS C/ DESPACHO	EXPEÇA-SE OFÍCIO...
23/06/2009 12:44	137	CONCLUSOS PARA DESPACHO	
18/06/2009 14:48	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: RECEBIDA(O) EM SECRETARIA	JUNTADA RESPOSTA ESCRITA ACUSADO.
30/04/2009 17:31	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	DO MPF
27/04/2009 11:07	126	CARGA: RETIRADOS MPF	1 VOLUME E 1 APENSO - INTERESSADO:MPF
27/04/2009 10:09	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: RECEBIDA(O) EM SECRETARIA	(2ª) JUNTADA DE OFÍCIO Nº 94/2009.
22/04/2009 10:06	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: RECEBIDA(O) EM SECRETARIA	ANTECEDENTES CRIMINAIS POLITEC
27/03/2009 16:31	128	CARTA PRECATORIA EXPEDIDA / AGUARDANDO DEVOLUCAO	CARTA PRECATORIA Nº 079/09 - COMARCA DE CALÇOENE - DATA DEVOLUÇÃO:27/04/2009
27/03/2009 16:30	204	OFICIO EXPEDIDO	OFICIO Nº 267 E 268/09 - POLITEC E DPF
24/03/2009 13:00	204	OFICIO ORDENADA EXPEDICAO	
24/03/2009 12:59	128	CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO / AGUARDANDO ATO	COMARCA DE CALÇOENE
23/03/2009 12:59	153	DEVOLVIDOS C/ DECISAO OUTROS (ESPECIFICAR)	RECEBO A DENÚNCIA.....
23/03/2009 12:58	137	CONCLUSOS PARA DECISAO	
18/03/2009 18:15	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	DA DISTRIBUIÇÃO
18/03/2009 17:01	223	REMETIDOS VARA PELA DISTRIBUICAO	
18/03/2009 17:01	170	INICIAL AUTUADA	
13/03/2009 15:44	3	DISTRIBUICAO POR DEPENDENCIA	

Partes

Tipo	Nome	
AUTOR	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL	01 NOV '09
ACSDO	JOSE RIBAMAR PEREIRA	
	VICTOR MANOEL MARIZ	9

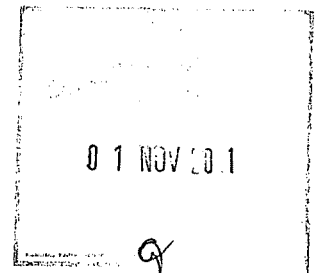
Esclarecemos que para processos criminais, a lista de partes será mostrada conforme determinado no Expediente Administrativo de nº 2005/0633 - DF. Nos demais tipos de processos (Cíveis, p.ex.), a listagem será mostrada sem restrições.

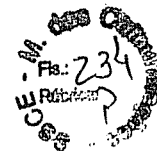
/

ATENÇÃO: Para processos criminais, sigilosos e ou com segredo de justiça decretado, o acesso às peças processuais está liberado apenas às partes cadastradas no processo e às entidades mediante uso de senha pessoal.

Este serviço tem caráter meramente informativo, portanto, SEM cunho oficial.

Emitido pelo site www.trf1.jus.br em 09/08/2011 às 15:40:04
Consulta respondida em 16.996 segundos





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Nota Técnica nº 1446/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Assunto: **Processo Instruído.**

Referência: Processo nº 53000.017189/08

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se o presente processo de pedido de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária no **Distrito de Lourenço – Município de Calçoene/ AP**, formulado pela **Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço**.

ANÁLISE

2. Em decorrência da análise da documentação instrutória do processo em epígrafe e de acordo com o PARECER Nº 947/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU, datado de 09 de agosto de 2011 o processo se encontra devidamente munido dos documentos necessários ao deferimento do pleito, estando em conformidade com a legislação que regula os atos de autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária.

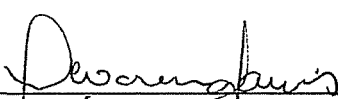
3. O processo retornou à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária para elaboração dos Atos de Autorização, Portaria e Exposição de Motivos, que seguem anexos.

CONCLUSÃO

4. Por todo o exposto, opinamos pelo encaminhamento dos autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica para prosseguimento.

À consideração superior.

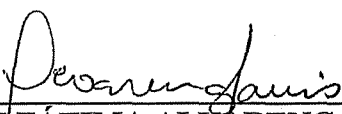
Brasília, 04 de outubro de 2011.


VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS
Analista/Chefe de Divisão

01 NOV 2011

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 04 de outubro de 2011.



VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS
Coordenadora de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Substituta

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

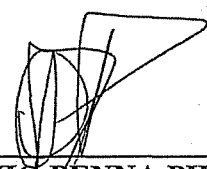
Brasília, 04 de outubro de 2011.



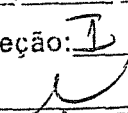
OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Aprovo a Nota Técnica nº 1446/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 04 de outubro de 2011.



OCTAVIO PENNA PIERANTI
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Substituto

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	01 / 11 / 11
Página:	60 Seção: I
ANOTADO POR: 	

PORTARIA Nº 480 , DE 28 DE OUTUBRO DE 2011.



O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.017189-08, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço, com sede na Av. José Lourenço, nº 1288, Distrito de Lourenço, Município de Calçoene, Estado do Amapá, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 02º 20' 18" N e longitude em 51º 36' 40" W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.**

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 480, de 28/10/2011, no Diário Oficial da União de 01/11/2011, que autoriza a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO** a executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **CALÇOENE/AP**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.017189/08**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

À consideração superior.

Brasília, 01 de novembro de 2011.

VALKIRIA FERREIRA MACHADO
1321450

De acordo com o Despacho. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 3 de novembro de 2011.

SIBELA LEANDRA PORTELLA MATIAS
Coordenadora de Serviço de Radiodifusão Comunitária

De acordo. Encaminhe-se ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações para as providências.

Brasília, 03 de novembro de 2011.

OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722
70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 69 /2011/GM-MC

Brasília, 21 de novembro de 2011.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00812 2011
- 53000.008191/2002

MC 00813 2011
- 53000.029423/2009

MC 00814 2011
- 53790.000871/2001

MC 00815 2011
- 53000.022431/2010

MC 00816 2011
- 53000.028316/2009

MC 00817 2011
- 53000.039495/2009

MC 00818 2011
- 53000.017189/2008

MC 00819 2011
- 53000.001792/2003

MC 00820 2011
- 53000.027948/2009

MC 00821 2011 2 volumes
- 53000.020524/2008 / 53820.000288/1998

Atenciosamente,



PEDRO DE ALCÂNTARA DUTRA
Coordenador-Geral

RECEBIDO

Em 22/11/2011

Valtonis às 9:45h

Presidência da República
Casa Civil

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais